



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA DAS POPULAÇÕES AMAZÔNICAS

Mauro Sérgio Lima Oliveira

OLHARES SOBRE A HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA DO TOCANTINS EM
TESES E DISSERTAÇÕES NOS ANOS 1990 A 2020

Porto Nacional, TO

2024

Mauro Sérgio Lima Oliveira

**OLHARES SOBRE A HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA DO TOCANTINS EM
TESES E DISSERTAÇÕES NOS ANOS 1990 A 2020**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em *Stricto Sensu* em História das Populações Amazônicas da Universidade Federal do Tocantins, como requisito à obtenção do grau de Mestre em História das Populações Amazônicas.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Guimarães Melo.

Porto Nacional, TO

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

O48o Oliveira, Mauro Sérgio Lima

Olhares sobre a historiografia acadêmica do Tocantins em teses e dissertações nos anos 1990 a 2020 [recurso eletrônico]. / Mauro Sérgio Lima Oliveira. -- Porto Nacional, 2024.

91 f.; il. color.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em *Stricto Sensu* em História das Populações Amazônicas, Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Porto Nacional, 2024.

Orientador: Prof. Dra. Rita de Cássia Guimarães Melo.

1. História. 2. Historiografia. 3. História do Tocantins. I. Título.

CDU 303.466.4:94(811.7)

Mauro Sérgio Lima Oliveira

**OLHARES SOBRE A HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA DO TOCANTINS EM
TESES E DISSERTAÇÕES NOS ANOS 1990 A 2020**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em *Stricto Sensu* em História das Populações Amazônicas da Universidade Federal do Tocantins, como requisito à obtenção do grau de Mestre em História das Populações Amazônicas.

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Prof^a. Dra. **Rita de Cássia Guimarães Melo** (UFT)

Prof. Dr. **Alexandre da Silva Borges** (UFT)

Prof. Dr. **Adelmir Fiabani** (UFFS)

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos aqui listados foram de grande contribuição para realização desse trabalho. Sem numerar o grau de importância, agradeço imensamente aos meus familiares pelo apoio prestado nos últimos dois anos. Sou grato aos colegas do programa PPGHispam, que sempre foram solícitos e companheiros nos momentos de desânimo, pela força mútua e carinho.

Agradeço à Escola Onesina Bandeira pelo incentivo à pós-graduação e pela reformulação dos horários, que me permitiu dispor de tempo para cumprir as obrigações do programa. Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em História do campus de Porto Nacional pela oportunidade e pelo apoio contínuo na minha trajetória de pesquisa.

Minha imensa gratidão à professora doutora Rita Guimaraes, pela atenção e orientação que me acompanham desde os tempos da graduação. Foi a partir de suas orientações que me formei e me tornei o profissional que sou hoje. Um grande abraço!

Agradeço à minha mãe pelo apoio, mesmo à distância, e pelo incentivo constante aos meus estudos. Minha gratidão também à minha esposa, Kelmária Nunes, por sua atenção, carinho, paciência e compreensão diante das muitas horas dedicadas às leituras. Deixo aqui registrada minha profunda admiração e carinho.

E, por fim, à minha principal fonte de inspiração, de onde tirei todas as forças para seguir e concluir esta pesquisa: meu filho, Benício Nunes Lima. Foi ele quem me fez não desistir, quem me deu forças para seguir em frente, mesmo nos momentos em que pensei abandonar a dissertação.

A você, meu pequeno, sou imensamente agradecido.

Te amo!

RESUMO

A pesquisa analisa o conhecimento histórico acadêmico sobre o Tocantins entre os anos de 1990 e 2020, destacando a importância dos estudos historiográficos do Estado para compreender suas influências sociais, políticas e culturais. Além disso, busca refletir sobre os pressupostos regionalistas, enfoques metodológicos, temas, domínios e campos explorados pelos autores em seus constructos historiográficos, através de um balanço historiográfico. O método empregado envolveu a caracterização do conhecimento histórico a partir de um inventário de teses e dissertações, com análise de sua operação historiográfica. Apesar da crescente produção historiográfica, o Tocantins ainda carece de estudos mais aprofundados, evidenciando lacunas persistentes. Os resultados revelam que a maioria das pesquisas utilizou fontes primárias de arquivos localizados em Goiás, com ênfase em temas como indígenas, políticas indigenistas, negros e os rios Tocantins e Araguaia. A pesquisa ressalta a necessidade de explorar espectro temático mais amplo e reforça a importância da criação de arquivos no próprio Estado do Tocantins, a fim de fomentar e fortalecer o conhecimento sobre a sua história.

Palavras-chave: História; Historiografia; História do Tocantins.

ABSTRACT

The research analyzes academic historical knowledge about Tocantins between 1990 and 2020, highlighting the importance of historiographical studies of the state in understanding its social, political, and cultural influences. Additionally, it seeks to reflect on regionalist assumptions, methodological approaches, themes, domains, and fields explored by authors in their historiographical constructs through a historiographical review. The method employed involved characterizing historical knowledge based on an inventory of theses and dissertations, with an analysis of their historiographical operation. Despite the growing historiographical production, Tocantins still lacks more in-depth studies, revealing persistent gaps. The results show that most research relied on primary sources from archives located in Goiás, focusing on themes such as Indigenous peoples, Indigenous policies, Black populations, and the Tocantins and Araguaia rivers. The research highlights the need to explore a broader thematic spectrum and reinforces the importance of creating archives within the state of Tocantins to foster and strengthen knowledge about its history.

Keywords: History; Historiography; History of Tocantins.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	– Dissertações defendidas pelo PPGH da UFG na década 1980	29
Gráfico 2	– Dissertações de mestrado defendidas no PPGH da UFG nos anos de 1980 e 1990.....	31
Gráfico 3	– Relação temática das dissertações defendidas pelo PPGH da UFG na década de 1990.....	32
Mapa 1	– Arquivos públicos estaduais e vinculação institucional-administrativa	33
Gráfico 4	– Incidência de temática a partir dos anos 2000 a 2020	47
Gráfico 5	– Lugares de produção nos anos 2000 a 2020	47
Gráfico 6	– Temáticas recorrentes nos anos 2000	48
Quadro 1	– Teses e dissertações sobre o Tocantins dos anos 1990 a 2020	55
Gráfico 7	– Dissertações e teses (1990 – 2020)	58
Gráfico 8	– Evolução das pesquisas historiográficas sobre Tocantins – 1990 a 2020.....	59
Quadro 2	– Quantitativo das instituições de Pós – Graduação	60
Gráfico 9	– Percentual das Universidades	61
Gráfico 10	– Recorte temporal.....	64
Gráfico 11	– Recortes cronológicos.....	65
Gráfico 12	– As temáticas (1990 – 2020)	68
Gráfico 13	– Dissertações de mestrado defendidas pelo Programa de Pós – Graduação em História das populações amazônicas (PPGHispam), de 2022 a 2023.....	70
Quadro 3	– Arquivos mencionados no pesquisas acadêmicas em teses e dissertações (1990 – 2020)	70

LISTA DE SIGLAS

AGL	Academia Goiana de Letras
ANPUH	Associação Nacional dos Professores Universitários de História
CCJ	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
CPT	Comissão Pastoral da Terra
IHGG	Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
UCG	Universidade Católica de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	A historiografia brasileira: autores e obras	15
1.2	A historiografia do Tocantins	21
1.3	Notas sobre o <i>lugar</i> de produção	23
2	OLHARES SOBRE A HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA DO TOCANTINS .	34
2.1	Olhares sobre os anos 1990	37
2.2	Diálogo com uma nova frente historiográfica na década 1990.....	39
2.3	Muda-se o tempo, muda-se os temas.....	44
3	OLHARES INICIAIS - APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA.....	53
3.1	A historiografia acadêmica do Tocantins – quantificação e caracterização	55
3.2	Lugares de produção	60
3.3	Os marcos temporais	63
3.4	Recortes cronológicos	65
3.5	Das temáticas recorrentes	68
3.6	Dos arquivos	70
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
	REFERÊNCIAS.....	74
	APÊNDICE A – PROPOSTA DE PRODUTO DA PESQUISA	86
	ANEXO A – FICHA CATALOGRÁFICA	90
	ANEXO B – FICHA PARA CARACTERIZAÇÃO DOS TEXTOS	91

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação teve como intuito tecer uma reflexão acerca da historiografia acadêmica produzida sobre o Estado do Tocantins, a partir de diferentes lugares de produção. Para tanto, a investigação do nosso objeto de estudo teve como objetivo propor uma caracterização do conhecimento histórico acadêmico com base em teses de doutorado e dissertações de mestrado produzidas no recorte temporal que vai dos anos 1990 até os anos de 2020. O nosso intuito perpassa em refletir sobre os pressupostos regionalistas, enfoques metodológicos, temas, domínios e campos explorados pelos autores em seus constructos historiográficos, por meio de um *balanço historiográfico*. Com isso, esperamos contribuir e alavancar o conhecimento acerca da história do Tocantins.

O percurso historiográfico da história do Tocantins é marcado por um movimento cronológico que abrange desde os tempos da mineração, no século XVIII – período em que o território pertencia à província de Goyaz – até a criação do Estado do Tocantins, com suas fronteiras definidas, no ano 1988, por meio da promulgação da Constituição Federal daquele ano. Deste modo, a historiografia do Tocantins passa a se configurar como um campo de estudo distinto da historiografia goiana, especialmente após o processo de emancipação política dos Estados.

Desde os primeiros anos da fundação do Tocantins, manifestou-se um grande interesse, social e político por trabalhos com a finalidade de contar a história do Estado. Apesar de Goiás já contar com um consolidado programa de pós-graduação, os historiadores goianos pouco realizaram estudos voltados à reflexão sobre a região do antigo norte goiano. O que se produziu, em grande parte, foi um conjunto de escritos carregados de generalizações, que dificultavam a identificação das particularidades da população, da sociedade, da economia e da cultura da região (Tito, 2011).

Contudo, destacam-se na produção historiográfica os nomes de Luís Palacin e Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, autores de diversas obras que fundamentaram o conhecimento histórico a respeito do antigo norte goiano. Palacin ganhou notoriedade nas décadas de 1980 e 1990 por sua atuação junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Goiás (UFG).

O autor produziu diversas obras sobre o “Antigo Norte Goiano”, com destaque para os livros “*Goiás 1722-1822: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas*”, obra resultante de suas pesquisas de livre docência e o livro “*Coronelismo no extremo norte de Goiás - O padre*

João e as três revoluções de Boa Vista” (1990), no qual o destaca a atuação da igreja frente à luta contra o coronelismo na região do Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins.

Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante também possui grande destaque, sobretudo com a defesa, nos anos 1990, da dissertação *O Movimento Separatista do Norte de Goiás, 1821 – 1988*”. Partindo de uma abordagem histórica do movimento separatista entre os anos de 1821 até 1988, a autora destaca os caminhos do movimento pró-criação do Estado, fundamentado na existência histórica de um sentimento separatista entre o sul e o norte da província/Estado de Goiás.

A escolha pelos estudos de historiografia – mais especificamente, a historiografia do Tocantins – deve-se ao fato de esse ter sido um dos principais questionamentos que vinha fazendo ao longo dos meus três primeiros anos enquanto professor da educação básica na escola Estadual Onesina Bandeira, no município de Miracema do Tocantins – TO.

Durante esses anos, nas aulas sobre os estudos históricos do Tocantins para as turmas de 9º ano, o que se tinha de produção, e, sobretudo, disponível para o ensino de história do Tocantins, estava baseado sempre pelos menos estudos, temas e autores, ou seja, para o conhecimento consolidado acerca da operação historiográfica linear, bandeirantes, exploração do ouro, populações indígenas e negras, movimentos separatistas, separação do Norte do Estado.

Contudo, havia ali outros elementos que até então não tínhamos explorado em sala. As perspectivas de ensino eram sempre as mesmas. As reflexões e conexões passado/ presente giravam em torno sempre dos mesmos conteúdos. Contudo, em determinado dia, fazendo essas conexões com os alunos, logo após uma viagem campo realizada com duas turmas do 9º ano, por volta do final dos anos de 2017 pelo centro histórico da cidade Porto Nacional, alguns alunos animados por terem conhecido de perto a história do Estado e do município, chegaram a questionar por quais motivos não sabemos tanto das histórias dos lugares, das cidades, das pessoas, e quais eram os motivos dos professores de história sempre ensinarem as mesmas coisas.

A priori, os primeiros questionamentos que tive foram sobre como comentar com meus alunos a respeito do conhecimento histórico produzido sobre a região, que estar ligado, de certa maneira, aos percursos historiográficos lineares, conforme já mencionados. Contudo, minhas palavras foram direcionadas no sentido de que não tínhamos em mãos – ou seja, na escola – nenhum tipo de referência que desse conta do que já havia sido produzido historicamente sobre o Estado. Isso nos impediu de traçar outros caminhos, compreender outros contextos e

perspectivas historiográficas e, assim, explicar outras realidades históricas para estabelecer conexões passado/presente.

Por isso, essa pesquisa justifica a necessidade dos estudos historiográficos sobre a produção do conhecimento histórico sobre o Estado do Tocantins. Por meio desse modelo operacional, suas contribuições nos permitem refletir sobre o que já se produziu sobre determinado conhecimento histórico ao longo do tempo por meio de diversas perspectivas a partir da historicidade de uma pesquisa historiográfica.

Os estudos de historiografia têm-se colocado em alto entre os profissionais de história, resultando em vários de trabalhos voltados para a crítica historiográfica. Inúmeros pesquisadores estão se dedicando a desenvolver pesquisas e debates no que diz respeito a teoria da história e da história da historiografia, além da criação de diversas revistas especializadas e o estabelecimento de linhas pesquisas nos programas de pós-graduação por todo país.

Sobre esse modelo operacional, algumas complexidades estão envolvidas quanto a sua prática, sobretudo, no que diz respeito a polissemia da palavra História e das questões conceituais quanto a definição do termo Historiografia. Quanto a palavra História, ela possui múltiplos significados, podendo estar relacionada a acontecimento das experiências do passado (*Geschichte*, em seu sentido original), quanto a narrativa desses acontecimentos (*Historie*) (Cordeiro, 2015, p. 1).

Segundo Torres (2007, p. 55), o termo “história”, pode assumir duas variantes. Para a primeira, o termo pode se enquadrar tanto dentro de um significado de um processo dos acontecimentos da humanidade dentro de um espaço-tempo, e o segundo diz respeito quanto a história-conhecimento, ou seja, os procedimentos intelectuais que visam a construir verdades relativas a partir da análise dos materiais históricos (fontes).

Quanto à questão conceitual do termo historiografia, não existe no meio intelectual de historiadores uma aceção mais adequada quanto a sua definição, provocando debates e diferentes opiniões. Segundo Lapa (1976), procurou desenvolver estudos focando nos panoramas e tendências sob um olhar acerca da cena da produção historiográfica brasileira.

Nesse sentido, para o autor (Lapa, 1976, p. 14) a historiografia pode ser definida como

o conhecimento histórico é o registro inteligente que o historiador procura fazer para compreender aquela realidade. A historiografia, ainda neste passo, seria justamente a história crítica dessa memorização e do processo que a determinou. O processo através do qual se dá o registro da realidade histórica e ele próprio registro é que são o *objeto* da historiografia.

A historiografia, para Arruda e Tengarrinha (1999, p. 11), parte da seguinte reflexão.

se a história se refere, primordialmente, as ações e/ou práticas humanas concretas, ao realmente vivido e, em segunda instância, às interpretações feitas pelos historiadores, cabe a historiografia não uma reflexão sobre a história, enquanto conjunto da produção humana, mas, fundamentalmente, sobre o conhecimento histórico, ou seja, a reflexão sobre a produção dos historiadores, ou, em termos correntes, sobre as obras históricas, como quer Carbonell. Vale dizer, o debruçar-se sobre a história conhecimento.

Fico e Polito (1992, p. 18 *apud* Silva, 2015, p. 78), ao examinarem o conhecimento histórico brasileiro nos anos oitenta, partem do entendimento de historiografia a partir da seguinte análise

partimos de um conceito de historiografia que não considera apenas a efetiva produção do conhecimento histórico, mas, também, na medida do possível, a sua disseminação social. Para isto, não só compulsamos os trabalhos de história, mas, igualmente, aqueles registros que, de alguma forma, expressavam sua repercussão. Consideramos todo o circuito que integra o processo de disseminação do conhecimento histórico, dos cursos de pós-graduação ao mercado editorial, dos eventos e entidades criadas ao leitor de História.

Cada historiador em sua obra procurou a partir do seu tempo, dar um significado específico acerca do termo. Portanto, estaremos utilizando o termo historiografia acadêmica na pesquisa, afim de torná-la operante, para nos referir a todo texto redigido, a partir de um contexto político, social e cultural, resultante de uma pesquisa histórica produzida por historiadores operacionalizado por uma instituição acadêmica, cujo resultado materializa-se a partir de uma dissertação de mestrado e de uma tese de doutorado. Para a “história da historiografia”, estaremos nos referindo ao seu estudo crítico.

A partir do exposto, a questão que se coloca na pesquisa é decorrente das seguintes reflexões. De onde escrevem os historiadores? O que escrevem? Quais temas priorizaram? Quais recortes? Que arquivos utilizaram? Deste modo, afim de dar materialização a pesquisa, nosso objetivo geral consiste em analisar a produção historiográfica sobre o Tocantins referente ao marco temporal dos anos 1990 a 2020.

Os desdobramentos do objetivo principal, ou seja, os objetivos específicos, estão em inventariar o que foi produzindo durante o intervalo de tempo dos anos 1990 a 2020, que consistem nos primeiros anos da fundação do Estado, com o início das atividades do programa de pós-graduação em História do campus de Porto Nacional. Analisar o contexto histórico de produção da historiográfica inventariada dentro do marco temporal analisado, e por fim, caracterizar a produção historiográfica do Tocantins, afim de identificar, temas, recortes, arquivos e instituições.

A natureza do trabalho se insere dentro de uma pesquisa exploratória/descritiva de abordagem qualitativa e quantitativo. Conforme Gil (2019, p. 41)

a pesquisa exploratória é particularmente útil para familiarizar-se com um fenômeno pouco conhecido, mapear suas características e identificar possíveis relações entre as variáveis. Já a pesquisa descritiva busca descrever com precisão as características de uma população, fenômeno ou processo, utilizando métodos qualitativos e/ou quantitativos para coletar e analisar dados.

A metodologia utilizada consistiu na produção de um inventário da produção do conhecimento histórico acadêmico sobre o Tocantins (teses e dissertações), a partir de bibliotecas virtuais, repositórios digitais, bancos de dados de teses e dissertações de diferentes programas de pós-graduação. O objetivo foi identificar as nuances em torno de suas operações, a partir da análise dos elementos textuais e pós-textuais.

A título de compreensão dessas nuances, esta dissertação organiza-se em três capítulos. No primeiro capítulo, procurei, à luz das orientações teóricas, traçar um olhar sobre os historiadores e a historiografia brasileira. Para tanto, utilizei as reflexões de alguns historiadores que se dedicaram ao estudo da historiografia brasileira. Em seguida, explorarei os primeiros constructos historiográficos sobre o Tocantins. Por fim, refleti sobre o contexto histórico das primeiras pesquisas acadêmicas produzidas sobre o Tocantins.

No segundo capítulo buscou-se traçar um olhar sobre a produção historiográfica do Tocantins dos anos 1990 a 2020. As principais influências historiográficas da época, marxismo e nova história, que moldariam o modo de produzir história nos anos 1990, a partir do Programa de pós-graduação da UFG, principal ponto de produção do conhecimento histórico que foi produzido sobre o Estado do Tocantins. Logo em seguida, as influências da nova história, o alargamento temático e a exploração de temas recorrentes.

No terceiro capítulo, analiso a historiografia acadêmica produzida sobre o Tocantins por meio de um inventário. Para tanto, apresento as nuances a partir de um balanço a partir das operações historiográficas. A partir dele, analiso as principais características dessa produção, como, os lugares de onde os historiadores estão produzindo história do Tocantins, quais marcos temporais priorizaram, os recortes cronológicos e temáticas recorrentes, e, por fim, quais principais arquivos utilizaram.

Deste modo, minha intenção na pesquisa não foi apontar um panorama geral do estado da produção do conhecimento histórico acadêmico produzido sobre o Tocantins. Contudo, tive em vista explorar esse conhecimento histórico no sentido de tentar propor caminhos para novas reflexões e pesquisas acadêmicas sobre o Tocantins.

1.1 A historiografia brasileira: autores e obras

O campo de estudo denominado de história da historiografia, objeto de reflexão deste estudo, tema recente¹, vem despertando interesse crescente entre os praticantes de Clio. O campo disciplinar tem tido papel relevante no cotidiano dos profissionais da história, particularmente os vinculados às instituições acadêmicas (Malerba, 2006).

Recentemente, o resultado desses novos estudos, através da metodologia da história da historiografia, impactou significativamente na operação historiográfica de historiadores e historiadoras, que passaram a elaborar trabalhos historiográficos substanciais, no que diz respeito as questões teóricas e metodológicas. O resultado desse impacto foram os trabalhos voltados para a crítica historiográfica de pesquisas e debates sobre a teoria da história e a história da historiografia. Revistas especializadas e estabelecimento de linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação dão conta dessa tendência (Santos, 2018).

Exemplo disso é a criação de linhas de pesquisa específicas para a discussão da teoria e metodologia da história e da historiografia em alguns dos principais programas de pós-graduação do país, tais como o programa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e o da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, mas também as discussões realizadas por historiadores localizados em instituições cariocas como a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFFRJ, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, assim como, mais recentemente, em instituições paulistas como a Universidade Federal de São Paulo – Unifesp e a Universidade Estadual Paulista – Unesp/Assis. Também foram criados alguns espaços institucionais que encampam e, em grande medida, direcionam estas discussões, como, por exemplo, a Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia – SBTHH e dois Grupos de Trabalho – GTs inscritos na Associação Nacional de História – Anpuh Nacional. Vale lembrar ainda que a Associação Nacional de História foi presidida nos biênios 2007-2009 por Manoel Luiz Salgado Guimarães e em 2009-2011 por Durval Muniz de Albuquerque Júnior, pesquisadores ligados à área (Santos, 2018, p. 15).

Em relação a essa nova área de atuação dos historiadores no Brasil, é atribuído ao historiador José Honório Rodrigues², o título de pesquisador pioneiro nesse campo de pesquisa.

¹ Os estudos de história da historiografia são um fenômeno relativamente recente na historiografia brasileira. Embora desde a década de 1940, José Honório Rodrigues tenha dado os primeiros passos no sentido de arraigar o interesse por esse tipo de investigação e até idealizado um empreendimento de grande monta como o “Instituto de Pesquisa Histórica”, as reflexões sobre as formas e procedimentos que envolvem a produção de conhecimento histórico sempre foram preteridas, no Brasil, em favor de “pesquisas empíricas” propriamente ditas (Silva, 2015, p. 35).

² José Honório Rodrigues é autor de diversos livros que tratam sobre o tema, tendo destaque para as seguintes obras: *Civilização holandesa no Brasil* (1940); *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica* (1949); *O continente do Rio Grande* (1954); *Aspirações nacionais* (1962); *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural* (1965); *História e historiadores do Brasil* (1965); *Vida e história* (1966); *História e historiografia* (1970); *Independência: revolução e contrarrevolução*, (1976); *História, corpo do tempo* (1976); *O Conselho de Estado. O Quinto Poder?* (1978); *História da História do Brasil. A historiografia colonial*. (1979) (Gaio, 2018, p. 100).

Entre os pioneiros contam-se profissionais que marcam com seu nome o panorama historiográfico brasileiro. No itinerário intelectual e historiográfico desses autores pode-se acompanhar a migração da formação original em Direito para a especializada em História, mesclada com certa militância na política, na literatura e no jornalismo. São exemplos dessa evolução Rodolfo Garcia (1873-1949), Basílio de Magalhães (1874-1957), Afonso d'Escragnoille Taunay (1876-1958), Oliveira Viana (1883-1951), Otávio Tarquínio de Souza (1889-1959), Alfredo Ellis Júnior (1896- 1974), Pedro Calmon (1902-1985), Caio Prado Júnior (1907-1990), Américo Jacobina Lacombe (1909-1993), Eurípedes Simões de Paula (1910-1977), Nelson Werneck Sodré (1911-1999), Alice Canabrava (1911-2003), José Honório Rodrigues (1913-1987), Eduardo d'Oliveira França (1917-2003), dentre tantos outros (Martins, 2011, p. 10).

Sobre o mesmo tema, acerca da crítica historiográfica, merecem destaque os trabalhos de José Jobson Arruda, *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*, (1999), de Carlos Fico e Ronald Polito, *A historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica* (1994), e de José Roberto do Amaral Lapa, *A História em questão – Historiografia brasileira contemporânea* (1976).

Em sua obra, Lapa (1976) preza a história da historiografia como um modelo de balanço historiográfico, procurando estabelecer uma análise interpretativa dos estudos historiográficos produzidos no Brasil mediante diagnósticos, panoramas e tendências percorridas por eles. Dedicar especial atenção às definições conceituais de história, História e historiografia nem sempre observadas com rigor em estudos anteriores.

[...] a história aparece aqui não só como definição do fato histórico em si, mais também como o seu registro, isto é, a sua memorização documental e bibliográfica, o que implica dizer, a sua recriação conforme o substrato ideológico que envolve o historiador ou que ele próprio impõe. Dessa maneira, podemos reconhecer na realidade histórica o objeto da História. O conhecimento histórico é o registro inteligente que o historiador procura fazer para compreender aquela realidade. A Historiografia, ainda neste processo, seria justamente a história crítica dessa memorização e do processo que a determinou. O processo através do qual se dá o registro da realidade histórica e ele próprio é que são o objeto da Historiografia (Lapa, 1976, p. 14).

O autor traça uma periodização da historiografia brasileira. A primeira vai dos estudos produzidos no século XIX até 1920. Nesse período, os autores “guarda[m] as mesmas limitações tradicionais, não tomando no seu conjunto sequer conhecimento do progresso sofrido pelas ciências humanas, nem mesmo dos estudos históricos em outros países” (Lapa, 1976, p. 69-70). Dentre eles, exceção feita para as obras de Capistrano de Abreu, sempre em sintonia com o pensamento histórico estrangeiro.

Naquele período ressalta a singularidade da renovação das técnicas de investigação, da tipologia das fontes e das temáticas a cargo de pesquisadores autodidatas. Ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, IHGB e aos IHGs estaduais cabia a sistematização dos trabalhos. O que caracterizava a historiografia desse período era o revisionismo factual descritivo baseado

nos princípios da “*histoire événementielle*”; a predominância dos estudos pautados pelo político-administrativo, por biografias/genealogias de estadistas e chefes de governos preferencialmente do período colonial; e carência das demais ciências sociais ainda não introduzidas satisfatoriamente no país (Lapa, 1976).

A partir de 1920, aceleraram a historiografia no Brasil as questões políticas, sociais, econômicas e, sobretudo, culturais, advindas do Modernismo – responsável pela renovação formal e temática, bem como por uma tentativa ideológica/filosófica, que se propunha pensar uma realidade estética já em voga no continente europeu. No seio dessa renovação historiográfica destacam-se os historiadores Sergio Buarque de Holanda (1936) e o historiador/sociólogo Gilberto Freyre (1933), autores que mantiveram estreito contato com as ideias modernistas.

De 1940 em diante, a historiografia, advinda do seio das universidades, ganha *status* científico. Sobre essa produção historiográfica acadêmica, a qual se refere como científica, Lapa [1976], p. 32 *apud* Silva, 2015, p. 75):

diagnosticou o estado em que se encontrava a produção histórica no Brasil àquela época: censurou o desapego à teoria apresentado pelos historiadores brasileiros, observou a antiga predileção pelos estudos de história colonial e do império em detrimento de história republicana do país; denunciou a chamada “conspiração anticontemporânea”, fruto da concepção de que o historiador não pode analisar fatos muito próximos ao seu presente. Como consequência dessas posturas, verificou certa defasagem entre a História e outras ciências como a Sociologia ou a Ciência Política no que concerne ao conhecimento da história recente do país [...].

De forma ensaística, Arruda e Tengarrinha (1999), em estudo sobre historiografia contemporânea brasileira e portuguesa, reuniram as experiências históricas que ocorreram no Brasil e em Portugal. Eles procuraram estudar as direções e apontaram os rumos, tendências e conflitos ocorridos na historiografia contemporânea brasileira e no país ibérico. Refletem a respeito das acepções dos termos história e historiografia e traçam um panorama do que seria a periodização da historiografia brasileira, tal qual fez Lapa (1976).

Se a história se refere, primordialmente, às ações e/ou às práticas humanas concretas, ao realmente vivido e, em segunda instância, às interpretações feitas pelos historiadores, cabe à historiografia não uma reflexão sobre a história, enquanto conjunto da produção humana, mas, fundamentalmente, sobre o conhecimento histórico, ou seja, a reflexão sobre a produção dos historiadores [...]. Vale dizer, o debruçar-se sobre a história – conhecimento (Arruda; Tengarrinha, 1999, p. 11).

A propósito da periodização da historiografia brasileira, propõem três momentos. O primeiro, chamam de “A pré-história da produção histórica no Brasil”, abrangendo de 1838, quando da criação do IHGB – “marca o nascimento da organização sistemática da preservação da memória histórica no Brasil” – até por volta dos anos 1930.

A partir de então, num segundo momento, constitui-se uma historiografia acadêmica por profissionais universitários. A narrativa ganha compromisso com a preservação da memória nacional, foca feitos dos “grandes homens brasileiros”, eventos e datas marcantes ao privilegiar a história política (Arruda; Tengarrinha, 1999, p. 33). Denominado de “O nascimento da moderna produção histórica no Brasil” compreende o período entre os anos 1930 e 1970. Não se tratou de uma mudança estanque e repentina. Antes mesmo de esgotar-se esta produção historiográfica produzida no IHG por autodidatas, as obras de Capistrano de Abreu já ensaiavam críticas a esse modelo tradicional de produção história.

A revisão empreendida por Capistrano se inicia com a publicação de *Caminhos Antigos*, o *Povoamento do Brasil* e capítulos de *História Colonial*, que buscam explicação da originalidade da história do Brasil enquanto nação, daí a ênfase na diversidade regional, a civilização do couro, do açúcar, do ouro, acompanhada de uma multidão de autores até então praticamente ausentes ou a quem se dera apenas o papel de figurante anônimo, reforçando a ideia da nação construída a partir de seu interior, do sertão (Arruda; Tengarrinha, 1999, p. 38).

Encerrado o período de produção dos historiadores autodidatas, coube aos pesquisadores e professores formados no ambiente universitário registrar eventos marcantes ocorridos nos decênios 1920, como a Semana de Arte Moderna, a primeira Revolta dos Tenentes, a fundação do Partido Comunista... Abandonadas as questões tradicionais, abraçam a cultura e a civilização contemporâneas (Pecaut, 1989 *apud* Arruda; Tengarrinha, 1999, p. 41). Contudo, não deixam de registrar e debruçar-sobre a trajetória das hoje clássicas obras dos pesquisadores Gilberto Freyre (1933)³, Caio Prado Júnior (1933)⁴ e Sérgio Buarque de Holanda (1936)⁵.

Por fim, os autores sugerem um terceiro momento da historiografia brasileira, a “Consolidação da moderna produção historiográfica no Brasil”, que abrange os anos de 1970 a 1998. Muitos de seus atores, intelectuais, historiadores, professores universitários viveram no contexto do autoritarismo dos governos militares e foram punidos pela ditadura, sofrendo perseguições, exilados, e até mesmo aposentados compulsoriamente diante do recrudescimento característico do regime da época.

Nesse contexto, pelo ato institucional nº 5, vários historiadores foram afastados de suas atividades, entre eles, Caio Prado Júnior, Emília Viotti da Costa, Eulália Maria Lahemayer Lobo, Guy de Holanda, Hugo Weiss, Manoel Maurício de Albuquerque e Maria Yeda Linhares, além dos excluídos nas demais áreas das humanidades, sendo o Departamento de Ciências Sociais da USP um dos mais atingidos pelo expurgo,

³ Autor da obra, *Casa Grande e Senzala* (1933).

⁴ Autor da obra, *Evolução Política do Brasil* (1933).

⁵ Autor da obra, *Raízes do Brasil* (1936).

inclusive seu grande líder de pesquisa, Florestan Fernandes, e a maior parte de seus discípulos (Arruda; Tengarrinha, 1999, p. 57).

Durante o período ditatorial e pós-ditatorial as temáticas voltaram-se para as questões nacionais, e os objetos de reflexão dos historiadores agora estavam voltados para questões que diz respeito ao capitalismo, industrialização, sociedade escravista, burguesia, desenvolvimento e subdesenvolvimento, modos de produção. Durante o período em questão, também ganham amplitude a história econômica, demográfica e social, bem como os métodos quantitativos.

Sob influência dos historiadores franceses da segunda geração dos Annales, a produção intelectual da USP passa a dividir com novos centros universitários a irradiação do conhecimento histórico até então sob o seu protagonismo.

Em *A historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica* (1994), os historiadores Fico e Polido (1994, p. 147), também se dedicam a traçar um balanço da historiografia brasileira. Procuraram fazer uma avaliação crítica da historiografia brasileira dos anos 1980, dando destaque aos impactos dos cursos de pós-graduação em História e as transformações ocorridas nos aspectos teóricos, metodológicos e temáticos. Baseando-se nos levantamentos e análises a partir do centro Nacional de Referencia Historiográfica, onde apontam para a significativa profissionalização da área da história.

Assim como os historiadores Lapa e Arruda procuraram em suas análises esboçar uma reflexão conceitual acerca do termo historiografia, Fico e Polito (1994), fizeram o mesmo, contudo, procuraram traçar um panorama diferente dos outros autores, entendendo o conceito de historiografia considerando o seguinte diagnóstico.

Partimos de um conceito de historiografia que não considera apenas a efetiva produção do conhecimento histórico, mas, também, na medida do possível, a sua disseminação social. Para isto, não só compulsamos os trabalhos de história, mas, igualmente, aqueles registros que, de alguma forma, expressavam sua repercussão. Consideramos todo o circuito que integra o processo de disseminação do conhecimento histórico, dos cursos de pós-graduação ao mercado editorial, dos eventos e entidades criadas ao leitor de História (Fico; Polito, 1994 *apud* Silva, 2015, p. 78).

Na contramão do que preconizaram Lapa (1976), Arruda e Tengarrinha (1999), estes autores não caracterizam a historiografia brasileira sob um critério temporal, privilegiam o estágio em que se encontram os estudos historiográficos a seu ver “essencial uma referência à evolução das universidades do país ou, mais especificamente, dos cursos de pós-graduação em história brasileiros” (Fico; Polido, 1994, p. 148).

Contudo, nas reflexões dos historiadores, percebe-se que eles se preocuparam em arquitetar um panorama do que tem sido produzido nos cursos de pós-graduação em História que estavam se fortalecendo no país nos anos 1980.

O fato é que a consolidação dos cursos de pós-graduação em História no Brasil é um fenômeno dos anos 80. Ainda que os mesmos, em sua maioria, tenham sido criados na década anterior, uma avaliação mais detalhada de seu perfil, bem como do montante dos trabalhos realizados naquele período, indicaria o seu caráter incipiente. Instalados os cursos de pós-graduação, seus frutos mais efetivos ficariam para os anos 80, tanto quanto um fluxo mais contínuo e permanente de pesquisas (que também se relaciona com a ampliação do número de bolsas mantidas pelas agências de fomento) e uma definição de perfil institucional um pouco mais precisa. Isto se dá num quadro de ampliação da bibliografia considerada pelos historiadores, com a multiplicação de enfoques teóricos e metodológicos (Fico; Polito, 1994, p. 152).

Desta forma, procuraram enveredar por caminhos na qual não se restringiria somente a uma compilação de obras e autores, mas sim, interessados nas condições e disseminação do conhecimento pelos cursos de pós-graduação em História no Brasil, os autores esboçam um conjunto de “questões nebulosas” a respeito do estágio do conhecimento histórico na década de 1980, que têm interferido no processo de profissionalização dos historiadores no país (Fico; Polito, 1994, p. 153).

Dentre essas questões, apontam o estreitamento das conexões entre a comunidade de historiadores e historiadoras, os mercados de editoras e os veículos de comunicação desde a década de 1980. O resultado desse processo foi a difusão da história e com um público crescente, graças à retomada da democracia institucional a partir dos meados dos anos 1980, as editoras universitárias vêm enfrentando dificuldades para manter a periodicidade da produção histórica. Além disso, a paulatina diminuição da censura nos anos 1980, que, de certa forma, foi crucial para que fosse cada vez mais disseminada.

Em relação à década de 1980 em diante, houve a difusão dos programas de pós-graduação em História, em que as pesquisas se concentraram em temas específicos sobre História do Brasil, de forma natural. Segundo Fico e Polito (1994), as pesquisas sobre outras sociedades diminuíram 9% no mesmo período, em comparação com a década anterior. Outro aspecto relevante no texto é a alteração do período de estudado. Para os autores, há uma mudança de foco nas teses e dissertações, que se concentravam na década de 1970 no período colonial, em relação ao período recente, ou seja, o Brasil República⁶.

Também é considerável, no entanto, que a produção historiográfica dos anos 1980 foi marcada por uma abordagem de cunho regionalista. Entretanto, os autores consideram que tais abordagens tem-se levarem em consideração os parâmetros de viabilidade em detrimento da

⁶ É o caso de *História da indústria e do trabalho no Brasil* (1982), de Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi, que trata do desenvolvimento industrial e capitalista no Brasil, da formação da burguesia, das condições de trabalho e de vida do operariado e suas questões organizacionais e mobilizatórias. Antes, em 1976 Boris Fausto publicara *Trabalho urbano e conflito social*, um clássico indispensável para a compreensão das correntes políticas e da dinâmica do movimento operário bem como da utilidade das análises de categorias profissionais específicas (Fico; Polito, 1994, p. 156).

originalidade e/ou relevância, uma forma de “paroquialismo”, ao que chama os historiadores. Acerca dessas obras, ponderam os autores, faltara, mais rigor, e sobretudo uma carência na reflexão teórico/metodológico de seus historiadores.

Desta forma pudemos observar que, ao examinar as abordagens historiográficas nas narrativas dos autores e suas respectivas obras. Levando em consideração que “as narrativas históricas são produtos culturais de determinado tempo, nas quais se inserem experiências e visões de mundo da sociedade na qual ela é produzida e sobre a qual ela mesma almeja elucidar” (Malerba, 2006, p. 23-24 *apud* Nascimento, 2016, p. 32), ou seja, muitas delas passaram a fazer parte do rol das problemáticas como mencionado. Sendo assim, fazer história pressupõe uma função prática, na qual buscamos responder questões do presente, levando em conta a realidade social em que o historiador está inserido.

1.2 A historiografia do Tocantins

Com as reflexões dos historiadores Lapa (1976), Arruda e Tengarrinha (1999), podemos notar que, em determinados marcos cronológicos, é visível que os construtos historiográficos marcam questões que são inerentes à época. Deste modo, percebemos que as primeiras narrativas que tiveram como foco de suas reflexões, a região do antigo norte da capitania do Goyaz, escritas por historiadores e/ou memorialistas, compartilham determinadas temáticas que vão caracterizar os primeiros constructos históricos/literários sobre a região que compreende o atual Tocantins.

Tiveram destaque, as temáticas que procuraram refletir sobre o “*insulamento*”, “*mineração, - auge e decadência*”, “*mito fundador do Estado*”, “*movimento separatista*”, “*processos identitários*”, dentre outras. Abaixo, destacamos um conjunto de autores “pioneiros”, com as suas respectivas obras que tiveram destaque nos primeiros anos da implantação do Estado do Tocantins.

Autores que procuraram nas narrativas de suas operações historiográficas, refletirem sobre os aspectos históricos do novo Estado. Sejam elas produzidas na perspectiva de uma obra histórica, de acordo com as teorias e metodologias da ciência histórica, ou então ela produzida do ponto de vista de uma *produção histórica*. Salientamos que, *produção histórica* aqui ela é entendida como um conjunto de trabalhos que têm como objetivos descritivos do passado, sem as nuances de um trabalho elaborado de acordo com as metodologias e teorias inerentes à ciência da História (Tito, 2011).

Dentre eles, destacam-se os historiadores Luís Palacin, Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, Temis Parente e Odair Giraldin⁷. Suas obras são fundamentais para o entendimento histórico da região, e constituem-se referências indispensáveis àqueles que se aventuram produzir conhecimentos sobre a região.

Luís Palacin se destacou pelo seu trabalho junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG), nas décadas de 1980 e 1990. O autor escreveu diversas obras sobre o “Antigo Norte Goiano”. No seu livro “*Goiás 1722-1822: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas*” (1972), fruto de suas pesquisas de livre docência, Palacin analisa a criação dos primeiros núcleos populacionais e a organização das estruturas administrativas, bem como os eventos que ocorreram durante a mineração, abrangendo desde os contrabandos, os rios e a prosperidade do metal, até a decadência. Em *Coronelismo no extremo norte de Goiás – O padre João e as três revoluções de Boa Vista*” (1990), narra e analisa uma série de eventos ocorridos no final do século XIX que envolvem a participação da igreja na luta contra o coronelismo dos oligarcas regionais no norte da província de Goiás.

Em sua dissertação de mestrado, *O Movimento Separatista do Norte de Goiás, 1821–1988* (1990), Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante faz uma análise histórica do movimento separatista abrangendo o recorte temporal entre os anos 1821 a 1988. A autora buscou enfatizar os rumos do movimento em prol da criação do Estado do Tocantins com base no histórico sentimento separatista entre o Sul e o Norte da Província/de Goiás.

Temis Parente, uma das historiadoras pioneiras nos estudos sobre o Tocantins, em *Fundamentos históricos do Estado do Tocantins* (1999), enfatiza os aspectos históricos que influenciaram o declínio da mineração e os mecanismos de resistência da sociedade do norte da capitania do Goyaz, e como essas sociedades desenvolveram mecanismos de resistência durante os períodos de crise.

Com *A (trans)formação histórica do Tocantins* (2002) – coletânea de treze autores organizada pelo historiador Odair Giraldin –, salientam-se diversos aspectos sobre a história do atual do território que compreende o Tocantins. Dividida em três partes, a coletânea é elaborada por 13 escritores que procuraram discorrer sobre assuntos diversos. As temáticas abordam desde questões étnicas dos diversos grupos indígenas que habitam a região, passando pelo período da mineração, passando pelos aspectos social e identitário da cidade de Porto Nacional e Gurupi, pela construção da Belém-Brasília, e pelas histórias políticas que marcaram a implantação do Estado do Tocantins.

⁷ Não se trata de estabelecer um marco temporal específico para marcar um ponto de partida para a historiografia regionalista academicista do Tocantins, mas abrir os debates para a crítica a respeito da historiografia do estado.

Contribuem com subsídios históricos relevantes para a formação do Tocantins ainda nos primeiros anos do mais novo Estado, um grupo de escritores memorialistas. Dentre eles as obras de Osvaldo Rodrigues Póvoa – *História do Tocantins* (1994) – e de Otávio Barros da Silva – *Breve História do Tocantins e de sua Gente: Uma Luta secular* (1966).

Em seu livro “*História do Tocantins*”, publicado em 1994, Osvaldo Rodrigues Póvoa, sob a perspectiva de Alencastre, buscou, a partir de uma narrativa do ponto de vista do nortense, descrever os acontecimentos nos campos político e administrativo da história do Goiás. O autor, em determinados momentos, procura interpretar fatos históricos, que, para Póvoa, haviam sido deturpados por escritores goianos (Tito, 2011).

Também sob a perspectiva de Alencastre, o livro *Breve História do Tocantins e de sua gente: uma luta secular*, escrito em 1996 por Otávio Barros da Silva, além de salientar fatos históricos e os que tangem a formação do povo tocaníneo procura traçar uma ideia mais ampla da história do Tocantins mediante recursos iconográficos, imagens e mapas. O autor, contudo, procurou retratar na obra, não somente os aspectos históricos, mas, também, agregar fatos que tangem a formação do povo tocaníneo.

1.3 Notas sobre o *lugar* de produção

O início da década de 1970 foi marcado por uma inflexão substancial no que diz respeito a ampliação dos *lugares* de produção do conhecimento histórico acadêmico brasileiro.

[...] lugar por excelência da produção do campo historiográfico no Brasil, irá sofrer ampliação sem precedentes com a criação de novos programas de pós-graduação. Tal processo, iniciado na década de 70, irá consolidar-se na década seguinte, seja pela criação de novos cursos, seja pelo aumento quantitativo da produção, seja pelo aumento da qualidade dos trabalhos defendidos no âmbito de tais programas (Belieiro, 2017, p. 76).

O surgimento desses espaços institucionais, ou melhor, desses *lugares* de produção de conhecimento, constituem como importantes pontos de inflexão da produção histórica produzida no Brasil, sobretudo por conta das exigências que engendram no seio dessas instituições (Poltronieri, 2020).

São do início dos anos de 1970 as primeiras historiografias acadêmicas produzidas pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFG, e mais adiante pela Universidade Católica do Goiás, UCG, os dois *lôcus* de produção de conhecimento histórico da região do antigo norte

de Goiás. Elas foram responsáveis pela formação de professores de História⁸, genitores de uma comunidade de pesquisadores ligados à academia.

Nos novecentos, até aproximadamente a década de 1960, essa tarefa de construção da(s) história(s) de Goiás foi levada a cabo, predominantemente, por memorialistas, genealogistas e historiadores diletantes, ou seja, médicos, políticos, jornalistas, advogados, dentre outros estudiosos que se interessavam em produzir narrativas relacionadas a fenômenos históricos acontecidos em “território goiano”. Americano do Brasil, Zoroastro Artiaga, Henrique Silva, Ofélia Sócrates Monteiro, Sebastião Fleury Curado, Jaime Câmara, são alguns nomes desse escol de cultores da história goiana (Silva, 2013, p. 224).

A partir desse período houve uma guinada na forma de produzir conhecimento histórico sobre a região (Silva, 2015), graças ao VI Simpósio Nacional de História da Anpuh, nos primeiros anos da década de 1970. O encontro permitiu o contato dos historiadores das instituições goianas com já renomados pesquisadores da Universidade de São Paulo, USP⁹ e como historiador espanhol Luís Palacin da UCG¹⁰.

A aproximação e do diálogo e interação entre instituições e historiadores resultaram em incentivo à carreira universitária dos professores goianos, para que juntos trilhassem um caminho que fosse cada vez mais próximo das discussões e das tendências historiográficas praticadas nos consolidados centros acadêmico-científicos do país em São Paulo e Rio de Janeiro (Silva, 2015, p. 205).

⁸ O curso emergiu mediante a migração de professores oriundos do Centro de Estudos Brasileiros (CEB) da Universidade Católica de Goiás (UCG), extinto em razão da perseguição política durante a ditadura militar, e estava inicialmente vinculado ao curso de Geografia e à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) (Assunção; Gonçalves, 2020, p. 08).

⁹ “Destarte, o papel que a USP desempenhou nesse processo também foi importante, sobretudo pela intensificação da procura pelo curso de doutorado por parte dos professores da UFG. As professoras Dalísia E. Martins Doles, Maria Augusta S. de Moraes e Marivone Matos Chaim, defenderam, em 1972, na USP, suas teses de doutorado, intituladas, respectivamente: *Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX, Contribuição para o estudo político e oligárquico de Goiás* e *Aldeamentos indígenas e sua importância no povoamento da capitania de Goiás no século XVIII (1749-1811)*” (Silva, 2013, p. 02).

¹⁰ “Com formação superior em História e jesuíta por convicção, o padre espanhol Luis Palacin Gomez desembarcou em solo goiano, na década de 1960, para principiar seu apostolado. Nessa mesma época, devido a sua vinculação com a sua ordem religiosa, a Companhia de Jesus, com a Universidade Católica de Goiás, Luis Palacin iniciou também sua carreira acadêmica, entregando-se à prática docente e à pesquisa em História. Desde então, esse jesuíta espanhol acabou dedicando grande parte de sua vida à pesquisa e escrita da *História de Goiás*. Dessa forma, especialista em História Moderna, mas com conhecimento nas áreas de Teoria da História, Filosofia e Teologia, Palacin enveredou-se pelos rastros do ‘passado goiano’: adentrou arquivos portugueses e brasileiros, manuseou cartas oficiais e documentos de Estado, examinou a literatura de viajantes estrangeiros, visitou monumentos, constituindo-se, indubitavelmente, num dos maiores pesquisadores sobre a história deste Estado. O conjunto de suas obras é prova incontestável desse ardor historiográfico: *Goiás: 1772–1822 – estrutura e conjuntura numa capitania de minas*, *A fundação de Goiânia e o desenvolvimento de Goiás*, *Patrimônio histórico de Goiás*, *Subversão e corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás*, *Quatro tempos de ideologia de Goiás*, *Coronelismo no extremo norte de Goiás: Padre João e as três revoluções de Boa Vista e História Política de Catalão*” (Silva, 2008, p. 249-250). A respeito do historiador Palacin, Cf. SILVA, Rogerio Chaves da. **O jesuíta e o historiador**: a produção historiográfica de Luís Palacin sob o prisma da matriz disciplinar de Jorn Rusen. 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Goiás, Goiânia, 2006. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/Rogerio_Chaves_da_Silva.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

As contribuições de Palacin, por sua vez, inauguraram uma nova fase para a historiografia regionalista goiana. O efeito da presença do historiador na instituição seria um divisor de águas, sobretudo em razão dos procedimentos teórico-metodológicos advindos dos *Annales*¹¹, à luz das reflexões do historiador Ferdinand Braudel¹².

A influência desses dois aspectos contribuiu significativamente para a inserção do rigor metodológico no trato com as fontes históricas, ganha protagonismo sobre os modelos de escrita factualista e autodidata padronizados pelo Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, IHGG, e pela Academia Goiana de Letras, AGL, até então *locus* de produção de conhecimento histórico.

Marcada por particularidades teórico-metodológicas, essa historiografia acadêmica se apresentou com uma fisionomia distinta a da produção anterior: o exame crítico das fontes históricas utilizadas, o cuidado metodológico, o recurso a aportes teóricos debatidos no universo acadêmico, a produção/apropriação de conceitos históricos e a formulação de hipóteses que passariam pelo crivo da crítica acadêmica. Enfim, uma historiografia preocupada com a validação científica dos resultados investigativos (Silva, 2015, p. 20).

Entre 1972 até 1980, a área de concentração do Programa de Pós – Graduação da UFG, em História do Brasil (*latu senso*), foi modificada para História das Sociedades Agrárias¹³ por intermédio do professor Luís Palacin. Com as novas linhas de pesquisa em História e região, História da terra e do trabalho e História das relações cidade-campo, redefiniu-se o perfil historiográfico do conhecimento Histórico sobre o Goiás.

A nova área de concentração, juntamente com o estabelecimento das linhas de pesquisa alavancaram o conhecimento histórico no âmbito da abordagem regionalista. Por História Regional, entenda-se

¹¹ A revista foi intitulada, inspirada nos *Annales de Géographie* de Vidal de La Blache, *Annales d'histoire économique et sociale*. De acordo com Burke (1997, p. 33), “pretendia exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica”. Essa pretensão foi manifestada em seus primeiros números com o predomínio da presença de historiadores econômicos. De acordo com Martin e Bourdê (1990), em seu primeiro número os editores expuseram seus objetivos com a revista: 1) eliminar o espírito de especialidade, promover a pluridisciplinaridade e favorecer a união das ciências humanas; 2) passar da fase dos debates teóricos (os da *Revue de Synthèse Historique* dirigida por Henri Berr) para a fase das realizações concretas. Com certeza, conforme afirmou Martin e Bourdê, o grupo ao redor da revista se preocupou muito mais em fazer a história sobre novos moldes do que discuti-la teoricamente, função que ficou para as gerações posteriores (Matos, 2010, p. 118).

¹² em sua tese *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico da época de Filipe II*, [...] o historiador apresentou uma análise estrutural da história, dividida em três pisos, caracterizados pelos seus distintos ritmos de evolução: como base apresentou uma geo-história, que consistia na análise da história do homem e suas relações com o meio; por cima um estudo estrutural da sociedade dividida em cinco planos – economias, impérios, civilizações, sociedades e guerras; em terceira parte analisou os acontecimentos políticos e os homens. Sua fórmula se define: “Para ser tem que se ter sido”, ou seja, “Tem-se que abordar as realidades sociais, todas as formas amplas da vida coletiva, as economias, as instituições, as arquiteturas sociais, as próprias civilizações, sobretudo estas” (Matos, 2010, p. 126 – 127).

¹³ “[...] uma questão passou a preocupar os órgãos superiores do Mestrado, bem como a Capes e o CNPq: o curso mostrava-se incaracterístico, permitindo todos os temas possíveis, sem que se indicasse, de forma precisa, suas linhas norteadoras” (Salles; Freitas, 1996, p. 10 *apud* Solomon, 2022, p. 35).

[...] a forma de abordagem que o historiador faz do seu objeto de estudo, recortando determinado espaço a ser estudado. De acordo com essa percepção, o sentido de espaço deve ser compreendido de maneira mais ampla, considerando a interdisciplinaridade entre a História e a Geografia (Moretto, 2016, p. 121).

Barros (2005, p. 98 *apud* Moretto, 2016, p. 121) descreve que “o espaço pode ser abordado como uma área indeterminada que existe previamente na materialidade física”, Moretto (2016, p. 121), continua o pensamento afirmando que “neste caso, ainda não estão sendo consideradas as noções de ‘espaço social’, de ‘espaço imaginário’ e de ‘espaço literário’”

Pode-se entender também como,

História Regional como uma história local, restrita temporal e espacialmente, de menor valor científico em relação às produções intelectuais que abordavam grandes períodos temporais e amplos recortes espaciais. Tal perspectiva científica implicou na abertura de novos horizontes políticos, a partir de debates com a comunidade científica de História e também a abertura do campo de saber historiográfico, para valorizar novos sujeitos históricos (Silva; Pereira, 2016, p. 310).

Os estudos regionalistas se propagaram pelo Brasil a partir da década 1970 no âmbito da História agrária no âmbito da renovação historiográfica do final dos anos 70, advinda do movimento dos *Annales* e denominada como *Nova História*¹⁴. Esses estudos priorizavam os métodos empíricos com um número expressivo de fontes seriadas onde só era possível de ser produzido sob um recorte espacial regional (Viscardi, 1997). Pode-se afirmar que as abordagens regionalistas foi, de certo modo uma tendência observada por muitos cursos de pós-graduação em História nas universidades brasileiras nas décadas de 1970 e 1980.

No Brasil, os estudos regionais proliferaram, sobretudo a partir da década de 70. Suas maiores expressões ocorreram majoritariamente no âmbito da História Agrária, cujos estudos tinham por pressupostos metodológicos a pesquisa empírica, realizada sobre um número expressivo de fontes seriadas, o qual só era possível de ser produzido através de um recorte espacial regional (Viscardi, 1997, p. 84-85).

Fico e Polito (1994) ao procurarem fazer um balanço da historiografia brasileira nas décadas de 1970 e de 1980 na tentativa de apreender os contornos da produção do período, destacaram uma série de questões. Apontam as influências que sofreram os programas de pós-graduação em História no período, e, também, sobre as questões que giram em torno das

¹⁴ A renovação historiográfica do final dos anos 70, advinda do movimento dos *Annales* e denominada como *Nova História* permitiu aos historiadores ampliarem seus campos de investigação e os objetos de análises na construção do conhecimento histórico. Os fatos agora não falam por si só, ou seja, há uma contraposição em relação a objetividade dos estudos tradicionais e os historiadores propunham uma “história-problema” ligada ao uso de hipóteses que seriam explicitadas por eles e serviriam de fio condutor para a pesquisa (Saliba, 2017, p. 316). Como resultado desse processo, há o surgimento de trabalhos sistematizados e o alargamento do olhar para as fontes históricas, que, durante esse período adquiriram novos significados para serem analisadas como *documentos* (Ferreira, 2017, p. 64). No seio dessa renovação se destacaram o estudo da História Regional, cuja definição não somente agora ultrapassaria os limites geográficos, mas, os recortes políticos e administrativos (Moretto, 2016, p. 119).

guinadas teórico/metodológicas e temática decorrentes da época. Além do mais, são destaques também, a falta das contribuições de pesquisas de historiadores brasileiros em contextos fora do país, bem como, a necessidade da expansão das discussões em Teoria da História e Historiografia para o fortalecimento da narrativa histórica brasileira.

Os autores identificaram um grande número de programas de pós-graduação que foram criados durante esse período e a constituição de linhas de pesquisas voltadas para uma abordagem regional.

Uma das características advindas com a criação dos cursos de pós-graduação por todo o país foi o estudo da História Regional ou do tipo de história que, sob este nome, se vem praticando no Brasil. Analisando o II Encuentro de Historiadores Latinoamericanos, José Roberto do Amaral Lapa destacava, com acerto, que os trabalhos de História Regional demonstravam “o alcance que a Universidade pode ter com a interiorização do ensino superior e, portanto, a desmetropolização do conhecimento histórico (Fico; Polito, 1994, p. 159).

Em *República em Migalhas: história regional e local*, Amado (1990) se reúne com outros historiadores interessados pela discussão da categoria região na historiografia e apontam uma série de questões que corroboram com o caráter regionalista do conhecimento histórico que se produziu nos decênios de 1980. Segundo a autora, esses fatos podem ser explicados a partir das seguintes razões que a justificam.

a) pela própria mudança do conceito de região, como se viu; b) pelo esgotamento das “macro-abordagens”, das grandes sínteses até então predominantes, as quais, embora necessárias e capazes de apontar parâmetros, mostravam-se claramente insuficientes quando cotejadas com estudos mais particularizados; c) pela instalação e desenvolvimento de cursos de pós-graduação em todo o país, permitindo, pela primeira vez em algumas regiões, a formação de uma geração de pesquisadores dotada de embasamento científico e comprometida com temas locais; e d) pelas transformações recentes da História brasileira, que modificaram profundamente a organização espacial do país, chamando a atenção para regiões até então pouco conhecidas, como a Norte e a Centro-Oeste (porque até então apresentavam baixo grau de integração com o modo de produção dominante) e provocando um reordenamento da relação entre todas as regiões brasileiras (Amado, 1990, p. 11).

No entanto, Silveira (1990) chama a atenção para a forma e abrangência da categoria *região/espço* pela produção historiográfica, no que diz respeito as problematizações que giram em torno da categoria. O que se nota na obra são os incômodos por parte de Silveira em relação a falta dos questionamentos com o conteúdo. Para a historiadora, o recorte regional é dado como algo aceito e acabado, sobretudo carente de questionamento histórico?

Não se atenta para o conceito de Região e de Espaço enquanto construção, processo histórico concreto, portanto, atravessado pela temporalidade e nesta interferente. Uma vez que os recortes espaciais já estão definidos *a priori*, a relação Região-História não se constitui, pois, num problema em si (Silveira, 1990, p. 17).

Nesse sentido, as historiadoras pontuam a necessidade de compreender *região* a partir da Geografia crítica. Para tanto, os “geógrafos têm proposto um novo conceito de região, capaz de apreender as diferenças e contradições geradas pelas ações dos homens, ao longo da História, em um determinado espaço” (Amado, 1999, p. 8). Em Geografia, a organização dos espaços constitui uma categoria espacial compreende especificidade/ singularidade de uma totalidade.

A categoria vai se incorporar na história a partir da interdisciplinaridade entre as duas ciências com as transformações que seriam propostas principalmente pelos geógrafos a partir da “geografia crítica” (que incorpora as premissas do materialismo dialético e histórico). Eles recomendaram um novo conceito de região que seria capaz de apreender as diferenças e contradições geradas pelas ações dos homens, ao longo da História, em um determinado espaço (Amado, 1990, p. 08).

Segundo Fico e Polido (1994), os impasses da historiografia regional advêm das escolhas temáticas por conta dos pesquisadores, que, por sua vez, decorriam de a localização dos cursos de pós-graduação estar inserido em determinadas regiões. Deste modo, é notório a insatisfação pela falta de problematizações acerca da categoria *região/espço* por parte dos pesquisadores em suas reflexões.

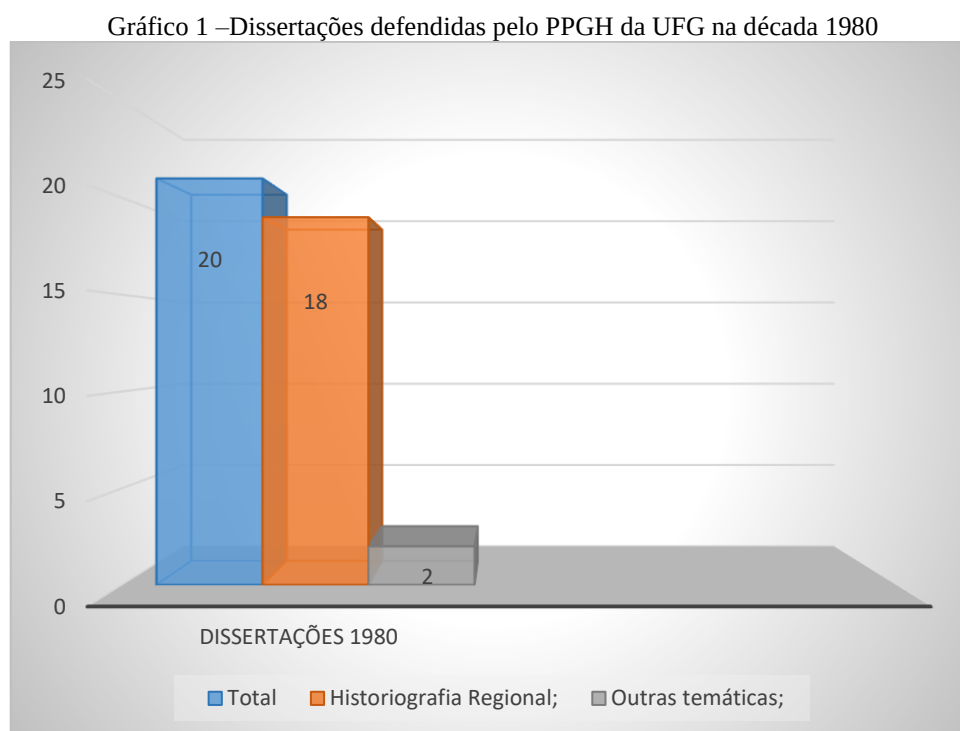
Tanto que, sobre regiões onde estes cursos inexistem, são raros os trabalhos de história. Daí que críticas de “paroquialismo” têm sido feitas, isto é, o comprometimento com dada região não obedece a critérios de relevância ou originalidade, mas tão somente a parâmetros de viabilidade. Em muitos trabalhos a noção de “espaço” é quase ausente, prevalecendo o enfoque temporal. O significado de região, da mesma forma, é tido como um dado, não resultando, como seria de se esperar, do imbricar de perspectivas sociais, económicas, culturais ou outras com a problemática espacial (Fico; Polito, 1994, p. 159).

Petersen (2003) tece uma série de considerações acerca do pensamento histórico brasileiro no final dos 1990. A historiadora procurou tecer uma série de análises acerca do pensamento histórico brasileiro no final dos anos 1990, considerando algumas questões como o alargamento em torno do campo temático, as reflexões de caráter teórico mais visíveis e a utilização de novas fontes. Além de examinar algumas questões que caracterizaram a historiografia do período, ou seja, a história regional.

Nesse contexto observa que alguns recortes espaciais elevados à categoria de regionais chegam a adquirir outro significado além de um território que o pesquisador escolheu estudar. “Tais trabalhos não incorporam outras reflexões, que envolvam as relações entre o local, o regional e o global; os próprios conceitos de região, espaço, fronteira, não prestam nenhum serviço teórico ao alargamento da análise histórica” (Petersen, 2003, p. [8]).

Deste modo, o impacto desse modelo de abordagem foi decisivo para a produção de trabalho de cunho regionalista para o Programa de Pós – Graduação da UFG, como podemos na configuração das linhas de pesquisas, em História e Região, História da Terra e do Trabalho e História das Relações Cidade – Campo, inseriram as produções acadêmicas dentro desse modelo de abordagem a partir da perspectiva regional. A produção de pesquisas historiográficas regionais levou diversos estudiosos a adentrarem os arquivos estaduais e locais, até então pouco explorados e mal armazenados.

Portanto, diante dessas questões, e dado ao interesse histórico na região do Estado do Goiás, foi possível que os historiadores pudessem examinar os aspectos mais localizados da região, para melhor compreendê-las, conforme podemos observar no (gráfico 1), a grande quantidade de pesquisas acadêmicas de cunho regionalista produzidas pela instituição dentro do recorte dos anos 1980.



Fonte: Dados da pesquisa coletados no site da Universidade Federal do Goiás (2023)¹⁵.

Pela leitura do gráfico, ele nos infere que no marco temporal dos anos 1980, houve a defesa de vinte dissertações, dentre os quais, dessas vinte, há predominância de dezoito

¹⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO GOIÁS. Programa de Pós – Graduação em História da UFG. **Dissertações defendidas pelo PPGH da UFG**. Goiânia, [2023]. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/p/1266-dissertacoes-e-teses>. Acesso em: 29 dez. 2023.

trabalhos que estão caracterizadas dentro do enfoque das abordagens regionalistas¹⁶ dentro das fronteiras do território goiano. Os destaques vão as para as pesquisas das historiadoras Francisca Araújo da Silva (1987)¹⁷ e Eliane Mendonça Márquez de Rezende (1984)¹⁸, que não estão inseridas no contexto da historiografia regionalista do Goiás.

Na década seguinte, abordagens interpretativas advindas da Nova História, contribuíram para o aumento significativo do número (gráfico 2) de dissertações defendidas pelo PPGH da UFG, em detrimento do abandono gradual do marxismo decorrente da crise dos “paradigmas da modernidade”

A chamada “crítica pós-moderna ou narrativista” alardeava que a historiografia não passava de um mero discurso construído a partir das representações do historiador e, por isso, questionável quanto à possibilidade de promover, de fato, uma apreensão cognitiva de realidade passadas. Essas crises (“ontológica” e “epistemológica”) confluíram para um crescente abandono dos grandes modelos explicativos, o que favoreceu a aproximação de concepções analíticas voltadas para temas, abordagens e objetos históricos mais específicos. É observando esse contexto que compreendemos como a crise/resistência do marxismo (seja como explicação da realidade social ou como agenda política) e a ascensão da “nova história” e da “história cultural” marcaram, vigorosamente, a produção historiográfica em Goiás nos anos 1990 (Silva, 2015, p. 362).

Portanto, a década de 1990, assinala uma fase de mudanças e evolução significativas, acerca da sua produção historiográfica regionalista. O período marcou também, os confrontos de perspectivas interpretativas e uma transição gradual da predominância teórica das correntes marxistas para as diversas abordagens da história cultural. Culminando no domínio teórico e

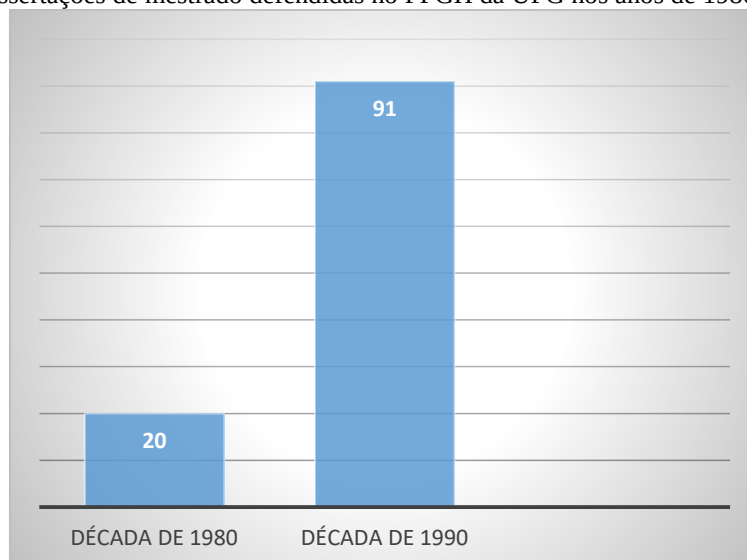
¹⁶ Afonso, Lúcia Helena Rincon (1981). *O Partido Comunista do Brasil (1945-1947)*. Suas propostas na região Centro-Oeste; Anzai, Leni Caselli (1985). *Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás (1888-1930)*; Barreira, Celene Cunha Monteiro Antunes (1989). *Região da Estrada do Boi: usos e abusos da natureza*. Borges, Barsanufio Gomides (1982). *O despertar dos dormentes*; Brito, Maria Helena de Oliveira (1982). *A colônia alemã do Uvã — uma tentativa oficial de colonização em Goiás (1924-1954)*; Carneiro, Maria Esperança Fernandes (1981). *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*; Chaul, Nasr N. Fayad (1985). *A construção de Goiânia e a transferência da capital*; Luz, Josélio Mendes (1987). *A primeira experiência de planejamento estatal em Goiás: o plano e a reforma administrativa do governo Mauro Borges (1961-1964)*; Luz, Maria Amélia de Alencar (1982). *Estrutura fundiária em Goiás: consolidação e mudanças (1850-1910)*; Machado, Maria Cristina Teixeira (1986). *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*; Magalinsk, Júlia Maria (1987). *Imigração para Goiás (1920-1952): política e prática*; Melo Neto, Tenório (1988). *A contribuição de Brasília para o desenvolvimento econômico de Goiás: 1960 a 1980*; Nunes, Heliane Prudente (1985). *A era rodoviária em Goiás: impactos na estrutura rural e urbana (1930 - 1961)*; Oliveira, Marisis Cunha (1988). *Questão agrária em Goiás: governo Mauro Borges, 1961-1964*; Rezende, Eliane Mendonça Marquez de (1983). *Uberaba: uma trajetória socioeconômica (1811-1910)*; Rosa, Maria Luiza Araújo (1980). *História de uma transição de oligarquias: Goiás (1899-1909)*; Salgueiro, Heliana Angotti (1982). *A singularidade da obra de Veiga Valle*; Silva, Francisca (1987). *Uma tentativa de colonização: a colônia agrícola do Iata em Rondônia (1943-1972)*; Siqueira, Edna Lima (1982). *O trabalhador livre em Goiás (1830-1850)*; e Tomazini, Maria Lúcia Vanucci (1989). *Mulher gari: história e memória da força de trabalho feminina. Goiânia, 1979 a 1988*.

¹⁷ Silva, Francisca Araújo da (1987). *Uma tentativa de colonização: a colônia agrícola do Iata em Rondônia (1943-1972)*. 181. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1987.

¹⁸ Rezende, Eliane Mendonça Márquez de (1987). *Uberaba: uma trajetória socioeconômica (1811-1910)*. 1987. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1987.

metodológico da história cultural na década seguinte, estabelecendo sua influência no cenário historiográfico brasileiro, e, sobretudo, no cenário historiográfico goiano, que demonstrou um crescimento em termos quantitativos (Silva, 2015).

Gráfico 2 – Dissertações de mestrado defendidas no PPGH da UFG nos anos de 1980 e 1990

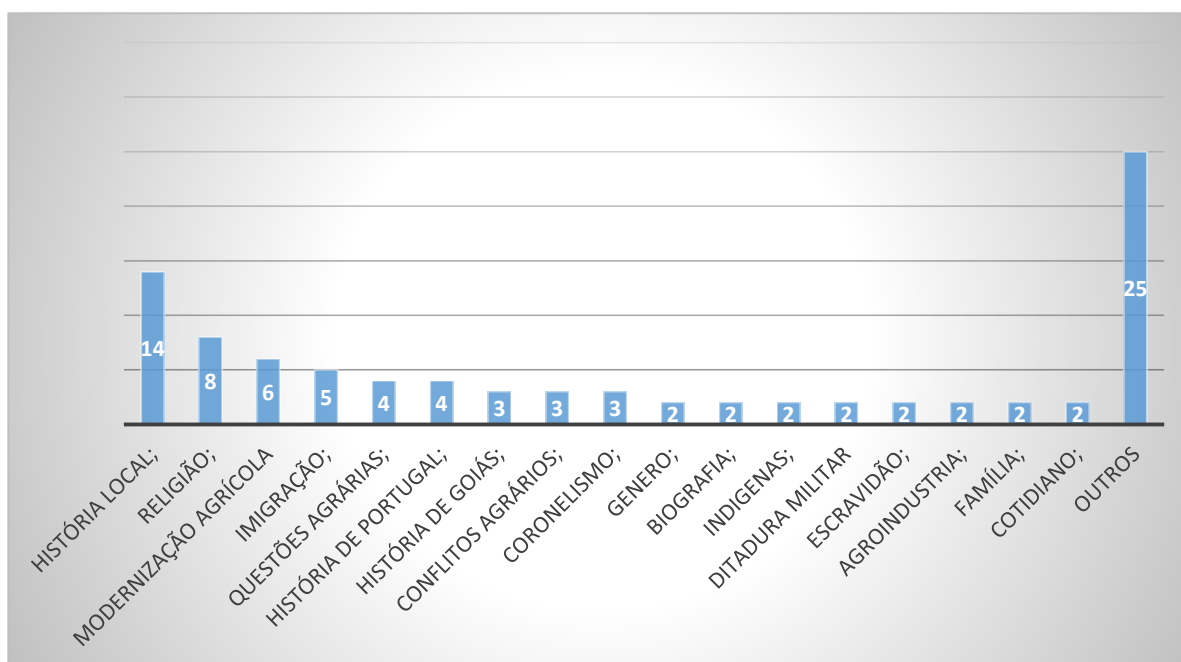


Fonte: Dados da pesquisa coletados no *site* da Universidade Federal do Goiás (2023)¹⁹.

Graças a essas novas abordagens, as mudanças ocorridas no processo de operacionalização historiográfica, alterou-se substancialmente o conteúdo temático (gráfico 3) das pesquisas na década de 1990. Também houve significativa produção historiográfica sobre o Goiás em contrapartida à minúscula sobre o antigo Norte goiano.

¹⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO GOIÁS. Programa de Pós – Graduação em História da UFG. **Dissertações defendidas pelo PPGH da UFG**. Goiânia, [2023]. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/p/1266-dissertacoes-e-teses>. Acesso em: 29 dez. 2023.

Gráfico 3 – Relação temática das dissertações defendidas pelo PPGH da UFG na década de 1990



Fonte: Dados da pesquisa coletados no site da Universidade Federal do Goiás (2023)²⁰.

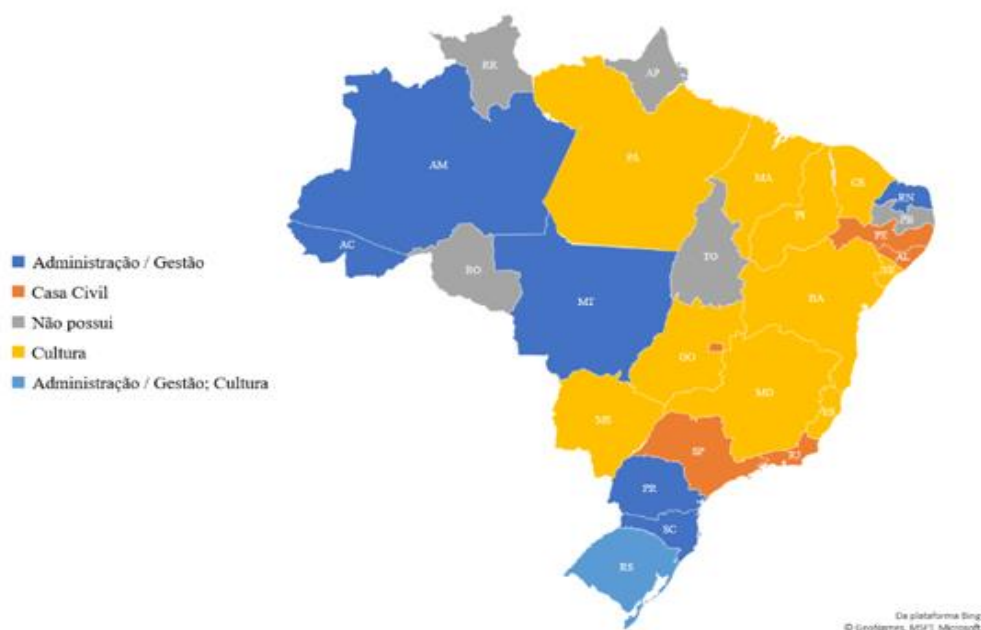
A ausência de estudos acadêmicos de fôlego sobre o antigo norte do Goiás, não é um dos nossos eixos norteadores na pesquisa, contudo, é objeto de reflexão para pensarmos os motivos pelos quais levaram os historiadores a privilegiarem mais o sul do que norte. Acessibilidade as fontes? Inexistência de arquivos que pudessem subsidiar com documentação primárias as pesquisas?

Salles (1971, p. 460-461), passou a inventariar o conhecimento histórico produzido sobre o Goiás, no início da década de 1970. A historiadora argumenta que a “inexistência” de pesquisas sobre a região pode estar relacionada à pobreza das fontes documentais das cidades do norte, onde a maioria dessa documentação pode ter sido destruídas ou pelo tempo, ou pela falta de cuidado com os arquivos oficiais. Restava uma documentação em arquivos paroquiais, particulares, esquecida em canastras e baús da qual constavam testamentos, escrituras, cartas epistolares.

A propósito das péssimas condições da documentação/fonte para pesquisas históricas mencionadas por Salles (1971) e Alves (2019) volta ao assunto em estudo recente sobre como as tensões e os pressupostos do fazer histórico manifestam-se no exercício da profissão de historiadora em arquivos públicos estaduais atualmente. Em razão disso catalogou os arquivos públicos (mapa 1) e suas respectivas vinculações institucional/administrativas.

²⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO GOIÁS. Programa de Pós – Graduação em História da UFG. **Dissertações defendidas pelo PPGH da UFG**. Goiânia, [2023]. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/p/1266-dissertacoes-e-teses>. Acesso em: 29 dez. 2023.

Mapa 1 – Arquivos públicos estaduais e vinculação institucional-administrativa



Fonte: Alves (2019).

Pelo visto, no Norte do país, sobretudo no Tocantins, inexistem arquivos públicos. A legislação estadual, no entanto, de 2012 que dispõe de leis sobre o assunto determinando que cabe “a cada órgão ou entidade da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, no âmbito de sua competência: I - assegurar o acesso aos documentos públicos; II baixar os atos necessários à gestão de documentos públicos” (Alves, 2019, 124). Em 2009 foi enviada uma proposta de criação de um arquivo para o Estado de Tocantins à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, CCJ da Assembleia Legislativa do Estado sem manifestação ou resposta dos responsáveis até hoje.

2 OLHARES SOBRE A HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA DO TOCANTINS

As primeiras produções acadêmicas que procuraram objetivar o sobre o Estado do Tocantins como estudo, estiveram ligadas, sobretudo, ao programa de Pós-Graduação em História da UFG, caracterizado principalmente por uma abordagem regionalista, sobretudo, que se produziu de conhecimento histórico durante a década de noventa.

Dos noventa em diante, nota-se um crescimento da produção de pesquisas distribuídas por vários programas de pós-graduação pelo Brasil, e, contudo, a inflexão no processo de abordagens e a variedade temática. Esses fatores estariam ligados ao “*momento de trânsito*” na qual a historiografia goiana estaria passando, ou seja, este estaria sendo um período caracterizado pela transição dos modelos de abordagens marxistas para inserção das abordagens da Nova História.

Tratemos de aclarar melhor essa assertiva. Até meados dos anos 90, verificamos, no interior da produção historiográfica em Goiás, que havia um predomínio de investigações marcadas por linhas teórico-interpretativas de cunho marxista, o que, de certo modo, representava uma continuidade em relação ao painel historiográfico dos anos 80. [...] notamos ainda que, a partir da segunda metade da década, na medida em que ocorria o empalidecer dos trabalhos com sustentação teórica marxista, experimentava-se o ascender de elementos teóricos, metodológicos e focos de abordagem ligados à chamada “Nova História”, que, logo em seguida, desaguarda numa dominância de vertentes da “(Nova) História Cultural”. Mas é preciso frisar: tratou-se de uma fase de “trânsito entre caminhos historiográficos”, entrecortado por relações de força intelectuais, por interpenetrações de perspectivas e por intempéries institucionais (Silva, 2015, p. 365).

Paralelamente ao “trânsito entre caminhos historiográficos”, ou seja, entre a paulatina transição das linhas teórico-interpretativas do marxismo para os temas que estão ligados à abordagem da “*Nova História*”, insere-se o contexto da crise dos paradigmas da modernidade. Não obstante, que a História, enquanto matriz disciplinar de História passaria por uma crise epistemológica²¹ voltada notadamente para o ofício do historiador.

Longe de ser uma crise especificamente marxista, houve, a partir de fins década de 1960, uma espécie de descrença com relação a muitos “paradigmas da modernidade”. Os grandes modelos de desenvolvimento, as construções utópicas do século XIX e XX foram, acidamente, questionadas. Conceitos que se pretendiam universais, como otimismo histórico, progresso e desenvolvimento, foram fraturados por um

²¹ Tendo seu estatuto colocado em xeque, questionou-se a possibilidade de a História elaborar conhecimento racionalmente orientado acerca da experiência humana do passado. A chamada “crítica pós-moderna ou narrativista” alardeava que a historiografia não passava de um mero discurso construído a partir das representações do historiador e, por isso, questionável quanto à possibilidade de promover, de fato, uma apreensão cognitiva de realidade passadas. Essas crises (“ontológica” e “epistemológica”) confluíram para um crescente abandono dos grandes modelos explicativos, o que favoreceu a aproximação de concepções analíticas voltadas para temas, abordagens e objetos históricos mais específicos. É observando esse contexto que compreendemos como a crise/resistência do marxismo (seja como explicação da realidade social ou como agenda política) e a ascensão da “nova história” e da “história cultural” marcaram, vigorosamente, a produção historiográfica em Goiás nos anos 1990 (Silva, 2015, p. 361 – 362).

pessimismo quanto as suas possibilidades reais de concretização. Essa crise dos “projetos modernos” e a crítica às “teorias de modernização” refletiam, em parte, a não concretização das expectativas geradas e a decepção quanto aos efeitos perversos das práticas políticas, sociais e científicas que diziam visar ao bem da humanidade. Esse momento de reflexão foi marcado por um tipo de filosofia da cultura pessimista quanto aos pressupostos otimistas que indicaram, a partir do iluminismo, as certezas de uma evolução contínua e ilimitada da humanidade. Evolução esta que aconteceria em função do progresso acelerado das ciências e das técnicas, entendidas como expressões supremas do valor da verdade e do potencial libertador da “razão” (Silva, 2015, p. 366).

O desgaste da metodologia marxista nas décadas anteriores concorreu significativamente para que houvesse essas mudanças frente as novas orientações historiográficas no interior do ambiente acadêmico, que viria a desaguar nesse “momento de trânsito” em trabalhos cujos temas estariam ligados à Nova História.

[...] fracasso dos empreendimentos políticos das esquerdas, pelo desalento em relação ao balanço das “revoluções terceiromundistas”, pelo esfacelamento do chamado “socialismo real”, pelos avanços do neoliberalismo capitalista e pela consolidação das pretensões imperialistas de algumas nações. Os mais duros golpes vieram com a queda do Muro de Berlim (1989) e a desagregação da URSS nos anos 1990 (Silva, 2015, p. 366).

A produção acadêmica de então revela que os objetos de investigação eram fenômenos recentes do contexto histórico em que viviam os pesquisadores. Isso demonstra o quão a produção historiográfica acadêmica procurou refletir sobre temas ligados a ditadura e/ou conflitos oriundos pela terra, conforme veremos mais adiante.

Outros eventos ocorridos naquela década 1980, como o processo de redemocratização brasileira, as diretas-já e, sobretudo, a promulgação da Constituição 1988, interfeririam de forma substancial, no “início²²” de um processo de conhecimento historiográfico acadêmico sobre o Estado do Tocantins, tendo em vista que as primeiras pesquisas sobre o Tocantins foram desenraizadas a partir do PPG em História da UFG. E esses fatores concorreram para essa inflexão.

Naquela época (contexto dos anos 90), outros fenômenos da história goiana recente viriam a lume, estimulados, de certa forma, pelo momento histórico em que se vivia e/ou pelas “perspectivas de orientação” adotadas. Estamos convencidos de que o fim da ditadura e a consequente abertura política do país, por exemplo, favoreceram o interesse pela história dos conflitos e dos movimentos sociais no campo, pela problemática agrária à época da repressão, pela atuação da Igreja Católica e de suas organizações sociais ou pela própria ocorrência da ditadura em Goiás (Silva, 2015, p. 379).

²² O termo “início” no texto, não se refere a um “início” propriamente dito ou marco inicial da produção historiográfica sobre o Tocantins, mas ao crescimento significativo de produções históricas e acadêmicas sobre o Estado no início dos anos de 1990.

Aliás, o calor dos debates e negociações sobre a criação do Estado do Tocantins desmembrado do Estado de Goiás a partir da promulgação da Constituição de 1988, despertaram o interesse por parte de alguns historiadores e escritores residentes na região pela escrita política e social da sua história, conforme já foi objeto de reflexão no capítulo anterior.

Cabe ressaltar que alguns desses historiadores eram moradores ou mantinham relações de identidade com a região. Provavelmente também por isso tenham direcionado a temática de seus estudos, bem como apontado a natureza dela até então pouco ou não explorada. A propósito, convém destacar os trabalhos de Arbués (1995) e Aquino (1966). Margareth Pereira Arbués defende a sua dissertação *A migração e a construção de uma (nova) identidade regional: Gurupi (1958 – 1988)*, em 1995, pelo Programa de Pós – Graduação em História da UFG. Na obra, que está dividida em três capítulos, a historiadora faz a reconstrução histórica da cidade Gurupi “através das frentes migratórias que chegaram à região” atraídas pelo sonho do enriquecimento rápido. De caráter pioneiro sobre um estudo voltado pra abordagem local, a autora aponta na introdução do trabalho, a relação que possui com a região.

A historiografia do Norte goiano é restrita, e outro trabalho dessa natureza ainda não foi feito. A opção em desenvolvê-lo se deu não só pelo amor que nos prende a essa terra (por pertencermos à região) mas, entre outros aspectos, pela inexistência de estudos sistemáticos e específicos sobre essa área (Arbués, 1995, p. 15).

Deste modo, podemos perceber o quão a relação com o lugar social ocupado pela historiadora foi decisiva para analisar a região na qual ela está inserida. Por sua vez, o historiador Aquino (1996), perscruta o ritmo do crescimento físicos e do desenvolvimento regional das cidades às margens da rodovia Belém-Brasília, bem como a própria construção da rodovia e seus desdobramentos na urbanização e modernização do Antigo Norte de Goiás, a partir da defesa da sua dissertação de mestrado “*A construção da Belém – Brasília e a modernidade no Tocantins*”, em 1996.

Diferente da historiadora Arbués (1995), o historiador portuense relata nos agradecimentos a relação estabelecida com a cidade de Porto Nacional – Tocantins.

À direção do Centro Universitário da Unitins de Porto Nacional e ao colegiado de História, pela nossa liberação. Aos colegas do centro Universitário de Porto Nacional pela convivência profissional. Aos funcionários e funcionárias do centro Universitário de Porto Nacional pelo respeito e convivência profissional (Aquino, 1996, p. 7-8).

Convém, nesse sentido, o retorno nas reflexões do historiador Certeau (1982), o lugar/espço de produção das pesquisas historiográficas não está condicionado exclusivamente ao espaço institucional. Haja vista que se deve levar em consideração os espaços econômico,

político, cultural e a dimensão afetiva em que o pesquisador está envolvido como o caso dos mencionados, um gurupiense, outro portuense.

2.1 Olhares sobre os anos 1990

A década de 1990 foi campo fecundo de trabalhos acadêmicos que se proporiam refletir sobre a região do Tocantins, constituídos sobretudo de pesquisas oriundas do Programa de Pós – Graduação de História da UFG. Naqueles anos, a produção historiográfica regionalista do programa, continuou focando então o Estado do Tocantins.

Das noventa e uma dissertações defendidas no PPGH da UFG, oito delas privilegiaram-no como tema, conforme aponta o quadro abaixo.

Quadro 01 - dissertações defendidas no PPGH da UFG (1990) de cunho regionalista sobre Tocantins

TÍTULO	AUTOR
<i>Os conflitos pela terra na região do Bico do Papagaio-Tocantins, na década de 1980 (1990).</i>	Liliana Patrícia Lemus Sepúlveda Pereira
<i>O movimento separatista do Norte de Goiás 1821-1988 (1991).</i>	Maria do Espirito Santo Rosa Cavalcante
<i>Josimo: uma vida no conflito social do Bico do Papagaio (1991).</i>	Mário Aldighieri
<i>A migração e a construção de uma (nova) identidade regional: Gurupi (1958-1988). (1995).</i>	Margareth P. Arbués
<i>A esquerda em armas: História da Guerrilha do Araguaia (1972-1975) (1995).</i>	Romualdo Pessoa Campos Filho
<i>Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil (1996).</i>	Edivaldo Antônio dos Santos
<i>A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins (1996).</i>	Napoleão Araújo de Aquino
<i>Um Porto no Sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880-1910 (1997).</i>	Maria de Fátima Oliveira

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Desse total, constamos a presença de 08 dissertações, cujo o objeto de pesquisa, é caracterizado pela presença da renovação epistemológica dos anos precedentes, ou seja, da *Nova História*, conforme podemos observar no anexo do quadro 02.

Quadro 02 - dissertações defendidas no PPGH da UFG (1990) de abordagem da *Nova História*

TÍTULO	AUTOR
<i>O movimento separatista do Norte de Goiás 1821-1988</i> (1991).	Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante
<i>A migração e a construção de uma (nova) identidade regional: Gurupi</i> (1958-1988). (1995).	Margareth P. Arbués
<i>Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil</i> (1996).	Edivaldo Antônio dos Santos
<i>A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins</i> (1996).	Napoleão Araújo de Aquino
<i>Um Porto no Sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880-1910</i> (1997).	Maria de Fátima Oliveira

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

E apenas três delas tiveram como objetivo problematizar alguma temática com base na abordagem metodológica e teórica da corrente historiográfica marxista, conforme está demonstrado no anexo do quadro 03.

Quadro 03 - dissertações defendidas no PPGH da UFG (1990) de abordagem marxista.

TÍTULO	AUTOR
<i>Os conflitos pela terra na Região do Bico do Papagaio-Tocantins na década de 1980</i> (1990).	Liliana Patrícia Lemus Sepúlveda Pereira
<i>Josimo: uma vida no conflito social do Bico do Papagaio</i> (1991).	Mário Aldighieri
<i>A esquerda em armas: História da Guerrilha do Araguaia (1972-1975)</i> (1995).	Romualdo Pessoa Campos Filho

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Com relação a esses historiadores que buscaram em suas reflexões, a partir de modelos teóricos marxistas, analisar os aspectos históricos concernentes ao Tocantins, seguindo as características e contexto na qual vivenciavam, destacamos os historiadores, Patrícia Lemus Sepúlveda Pereira (1990), Mário Aldighieri (1991) e o historiador Romualdo Pessoa Campos Filho (1995).

A historiadora Liliana Patrícia Lemus Sepúlveda Pereira (1990), defendeu a dissertação intitulada, “*As lutas por terras e os conflitos agrários*”. O trabalho é composto por três capítulos, onde a autora teve em vista analisar o processo de formação da unidade econômica e cultural do estado Goiás, situando o bico do papagaio no contexto local e nacional onde analisou as relações estabelecidas entre camponeses com as classes dominantes e com o Estado.

A historiadora, na introdução do trabalho, deixa claro seu posicionamento e indicação da corrente teórica.

Hoje vivemos o colapso dos sistemas fechado. Estamos condenados a viver com o indeterminado. Por isso precisamos admitir que a investigação, absolutamente necessária, jamais acabará com as zonas de sombra em matéria de conhecimento. Quer dizer, mesmo quando o conhecimento humano avança, ele não elimina o indeterminado, o infinito, o desconhecido. Pelo contrário, o avanço do conhecimento gera outras indagações. E para conviver com esta situação é preciso ter humildade. Ou, como diz Castoriadis, “afastar a ilusão racionalista, aceitar com sinceridade a ideia de que existe o infinito e o indefinido, admitir sem, entretanto, renunciar ao trabalho, que toda determinação racional deixa um resíduo não determinado e não racional, que o resíduo é tão essencial quanto o que foi analisado (Pereira, 1990, p. 11 – 12).

A citação demonstra o comprometimento e o contexto social que vivia a historiadora, ou seja, período marcado pelo contexto das políticas econômicas dos governos que acabaram por provocar grandes fluxos migratórios por todo Brasil, relacionadas pelos choques entre os modos capitalistas de produção e formas pré-capitalistas (Pereira, 1990, p. 12). Deste modo, justifica-se a escolha pelo modelo marxista.

O historiador Mário Aldighieri (1991), defendeu a dissertação intitulada “*Josimo: uma vida no conflito social do Bico do Papagaio*”. O autor procurou acompanhar dez anos da vida do padre Josimo Moraes de Tavares até a sua morte, acompanhando a trajetória do seu trabalho junto aos camponeses da região do bico do papagaio. A dissertação é composta por cinco capítulos acompanhado por uma parte introdutória na qual consta o referencial teórico.

Para o desenvolvimento das narrativas, o autor procurou fundamentação nos aportes teóricos a partir de Marx em “A Ideologia Alemã” e de Agnes Heller, em “O cotidiano e a História”, justificando a preferência pelo modelo de abordagem marxista nos primeiros parágrafos da dissertação. “Para desenvolver o trabalho, usei, sobretudo, o modelo teórico marxista, acompanhado no seu devir histórico, principalmente no que se refere à visão do homem-pessoa-indivíduo na classe e na história [...]” (Aldighieri, 1991, p. 01).

Embasados nos textos dos teóricos em questão, Aldighieri procurou destacar a valorização do *homem-pessoa-indivíduo* como sujeito histórico, libertário de um processo alienador e capaz de propor mudanças na sociedade, contrário ao sujeito heroico e gênio da historiografia clássica, mas, aquele que possui uma identificação com as classes subalternas.

E por fim, o historiador Romualdo Pessoa Campos (1995), defendeu a dissertação de mestrado intitulada *A esquerda em armas: história da Guerrilha do Araguaia (1972-1975)*, onde o autor procurou fazer uma investigação da Guerrilha do Araguaia nos anos de 1972 a 1975, procurando analisar o contexto histórico na qual se inseriu a guerrilha e a atuação dos principais partidos políticos da época. Buscou analisar o contexto histórico na qual se insere a

guerrilha bem como a atuação dos principais partidos políticos da época. Para tanto, no aspecto teórico, a Guerrilha do Araguaia foi analisada tendo como paradigmas de interpretação o materialismo histórico de Karl Marx e Engels, nas primeiras páginas da introdução do trabalho.

No aspecto teórico, analisei a Guerrilha do Araguaia tendo como paradigmas de interpretação o materialismo histórico, as formulações firmadas por Karl Marx e Friederich Engels, que compuseram um conjunto de conceitos adquiridos dos estudos da dialética e o materialismo, aplicados ao estudo da História dos seres humanos, apresenta uma concatenação dos fatos históricos, determina-lhes uma ligação íntima entre causa e efeito (Campos Filho, 1995, p. 01).

A partir da observação das dissertações, constata-se que o modelo teórico-interpretativo oriundo das abordagens marxista, é ponto de partida para análise do objeto de pesquisa para os historiadores. O contexto decorrente das lutas pela terra na região do norte do Estado fora decisivo pela escolha do modelo de abordagem. Todos os trabalhos partem do pressuposto analítico do ponto de vista do recorte espacial, tendo como foco o *Bico do Papagaio*, região localizada no norte do Tocantins.

Notamos que no período em questão, poucos historiadores se aventuraram a refletir sobre a região norte do Estado na década 1990. Contudo, podemos considerar que foi até um número bastante significativo, se levarmos em conta a quantidade de trabalhos que buscaram analisar esse mesmo recorte espacial e temporal a partir das abordagens teórico/metodológicas do marxismo entre os anos 1990 a 2000.

2.2 Diálogo com uma nova frente historiográfica na década 1990

A diminuição da presença da historiografia marxista dos lugares de produção, na década de 1990, está ligada a paulatina substituição do modelo interpretativo de análise decorrente do marxismo, pela *História Cultural* (Belieiro, 2017).

nos anos 1990, a produção historiográfica regional experimentou um período, ao mesmo tempo, “de fronteira” e “de passagem historiográfica”, ou seja, foi um contexto em que se deu não só “choques de perspectivas de interpretação” como também a paulatina transferência da “hegemonia” teórica das correntes marxistas para as diversas vertentes da “história cultural”, cujo predomínio teórico/metodológico foi sedimentado, de fato, na década posterior (Silva, 2015, p. 362).

As reflexões dos autores citados nos ajudam a compreender esses fenômenos. Somado a esses fatores, outra contribuição para a mudança de direção que o conhecimento histórico tomara, atribui-se à chegada na década 1990, de novos docentes no Programa de Pós – Graduação da UFG.

A formação acadêmica em outras instituições, e, sobretudo, adeptos de outras vertentes historiográficas, permitiram que os recém chegados historiadores contribuíssem para “que o ambiente acadêmico goiano experimentasse o afluxo de outras perspectivas de se pensar o conhecimento histórico” (Silva, 2015, p. 369), ajudando na implementação de novas linhas de pesquisas no Programa de mestrado em História da UFG, acarretando, de certa forma, na exploração de novas temáticas na década em questão.

Nos anos 1990, com a contratação de professores especificamente do campo da teoria da história, tais como Luiz Sérgio Duarte (1994) e Carlos Oiti Berbert Júnior (1997), se inicia uma progressiva transformação e diversificação no que concerne ao tratamento da disciplina. Isso porque ambos os professores têm sua formação ligada a uma tradição alternativa à historiografia dos *Annales*. Ambos tiveram Estevão Chaves de Rezende Martins como orientador e, por conseguinte, estabeleceram diversos vínculos com importantes referências do pensamento historiográfico alemão (notadamente, o teórico da história Jörn Rüsen), como também do pensamento latino-americano e anglo-saxão. Nesse período se inicia, mesmo que lentamente, uma consolidação do campo da teoria da história, por meio de orientações de monografias, dissertações, teses e projetos de iniciação científica que buscavam tratar de temas relativos à teoria da história para além de seu referente puramente “metodológico” e “empírico” (Assunção; Gonçalves, 2020, p. 11).

Como já havíamos sinalizado, uma das características marcante da historiografia dos anos 1980, foi a interdisciplinaridade oriunda da historiografia francesa da terceira geração de historiadores dos *Annales*. Como consequência desse processo, seria a grande diversidade temática. A interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, tais como a geografia, as ciências sociais e com a antropologia, permitiria aos historiadores desse período uma nova concepção de história, ou seja, uma modernização historiográfica²³ contrapondo o modelo factual e político da historiografia tradicional, conduzindo o conhecimento historiográfico da época ao seu processo de antropologização²⁴, modificando as perspectivas operacionais dos historiadores.

O diálogo com a disciplina da Antropologia viria a “modifica as perspectivas temporais do historiador, indo, então, em busca dos acontecimentos repetitivos, tais como as festas

²³ “A historiografia do século XX precisa ser pensada numa perspectiva global, ou seja, para esses autores, a produção do conhecimento histórico passa também por um processo de globalização”. Nessa perspectiva pensar de maneira global implicaria num processo de modernização, cujo modelo propulsor seria a constituição de um base mais científicas para construção de pesquisas históricas através da interdisciplinaridade entre as diversas ciências (Iggers; Wang, 2007, p. 1-16 *apud* Belieiro, 2017, p. 32).

²⁴ A respeito do processo de *Antropologização* da história, para mais informações consultar a tese de doutoramento do historiador Belieiro (2017). Na tese, o historiador procurou desenvolver as relações teóricas e metodológicas entre a Nova História e a Antropologia. Segundo o autor, tal processo desembocaria no fenômeno da antropologização da Nova História, acarretando mudanças nas formas de conceber o tempo, no tratamento com as fontes e nas formas das construções das narrativas historiográficas. BELIEIRO, Thiago Granja. A presença dos *Annales* no Programa de Pós-graduação em História da Universidade de São Paulo (1985-1994). Tese (Doutorado em História). Faculdade Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista. Assis, 2017. 2017.

religiosas, ou mesmo, aos aspectos biológicos da existência, como nascimentos, casamentos e a morte” (Belieiro, 2017, p. 35).

Nesse sentido, que temáticas ligadas à religião, ao regionalismo local, aos movimentos separatistas e à construção da rodovia Belém Brasília se fizeram presentes diante do rol de historiadores que tiveram como foco de análise a região que compreende o estado do Tocantins, nos anos 1990. Diante dessas questões, elencamos um grupo de cinco historiadores que desenvolveram trabalhos acerca de temas que não estão vinculadas as abordagens teóricas/metodológicas do marxismo.

No inventário, tem-se destaque a dissertação de mestrado defendida em 1990 pela historiadora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante, com o título “*O movimento separatista do norte de Goiás 1821 – 1988*”. A autora faz uma abordagem histórica do *Movimento Separatista do Norte*, durante os séculos XIX e XX, até a criação do Estado do Tocantins, no ano de 1988. Tem em Palacin uma de suas principais referências teóricas, procurando fazer a abordagem do movimento separatista a partir de uma série de documentação primária composta por proclamações, atas resoluções, jornais, além de contar com entrevistas e bibliografia que viesse a complementar e dar fôlego ao trabalho.

O trabalho de Margareth Pereira Arbués, defendida no ano de 1995, intitulada de “*A Migração e a construção de uma (nova) identidade regional: Gurupi (1958 - 1988)*”, está dividida em três capítulos. O trabalho tem por objetivo fazer a reconstrução da história da cidade de Gurupi “através das frentes migratórias que chegaram à região” atraídos pelo sonho do enriquecimento rápido e a constituição de uma nova identidade regional. No primeiro capítulo, a historiadora abordou sobre o contexto histórico na qual está inserido o município de Gurupi e a região do norte goiano. Dissertando sobre os aspectos que diz respeito a ocupação e povoamento, as mudanças na estrutura urbana e rural e seus impactos no dia a dia da cidade.

No segundo, Arbués teve em vista fazer uma caracterização da migração como elemento fundamental no processo de modernização e incorporação ao capitalismo e à economia nacional. Por fim, no terceiro capítulo, a autora procurou resgatar através dos discursos orais e das crônicas regionalistas, questões que dizem respeito a identidade social, incluindo as diferenças regionais e locais.

Através do resgate histórico da cidade de Gurupi, a autora procurou analisar os aspectos identitários da cidade. Para tanto, não procurou na bibliografia especializada modelos teóricos que viessem a dar conta da fundamentação da modernização do seu espaço urbano e rural, mas, apenas verificar alternativas para compreensão do significado progresso enquanto representação para o município (Arbués, 1995, p. 13–14). Para realização da pesquisa, a autora

contou com uma documentação formada por fontes impressas e orais, tendo em Thompson principal referência.

A dissertação Napoleão Araújo de Aquino defendia no ano de 1996, cujo título é “*A Construção da Belém - Brasília e a Modernidade no Tocantins*”, está composta por três capítulos. O autor procurou investigar a construção da rodovia e seus desdobramentos nos processos de urbanização e modernização do Antigo Norte de Goiás. No primeiro capítulo do trabalho, o historiador procurou situar o Norte de Goiás na primeira metade do século, para que se tivesse um panorama da região no período anterior à construção da rodovia.

No segundo capítulo, Aquino debruçou sobre a rodovia, procurando resgatar as origens da Belém- Brasília, sobre o governo do então presidente do Brasil na época, Juscelino Kubitschek, responsável pela obra de construção da rodovia, e por último, do seu impacto. Por fim, no terceiro e último capítulo do seu trabalho, foram enfocados os desdobramentos modernizadores da construção da rodovia, tais como os aspectos da urbanização, modernidade, constituição identitária tocantinense e a capital do Estado, a cidade de Palmas.

A partir de uma perspectiva sociocultural, o autor dedica suas atenções para os aspectos culturais da população, com “[...] o aspecto dos costumes, das mentalidades, enfim, do cotidiano das populações e os choques culturais provocados com os impulsos modernizantes” (Aquino, 1996, p. 19). Tal perspectiva de análise fizeram com que o autor baseasse suas discussões dentro das correntes interpretativas da *Nova História*.

Edivaldo Antônio dos Santos, defendeu sua dissertação no ano de 1996, com o título “*Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881 - 1930), fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil*”. O seu trabalho é composto por quatro capítulos e teve em vista analisar o trabalho dos missionários dominicanos da Ordem dos Frades Pregadores, que se estenderam pelos estados do Goiás e do Tocantins, entre 1881 e 1930, a fim de aprofundar a trajetória dos dominicanos pelo Brasil Central e aprofundar o significado apostólico e cultural de sua presença entre os indígenas e os sertanejos. No primeiro capítulo, o autor apresenta o ideal missionário dos dominicanos a época da fundação da Ordem em 1216, e dos frades franceses no seu país de origem antes de se estabelecerem no Brasil.

No segundo capítulo, o historiador procurou traçar o perfil do missionário, sujeito dotado de fervor missionário e preparado espiritualmente para enfrentar as aflições do sertão, elencando como característica principal o ser missionário. Para o terceiro capítulo, Edivaldo teve em vista apresentar a inserção do dominicano na nova mentalidade eclesiástica da segunda metade do século XIX e suas contribuições, no momento que a Igreja Católica passava por processo de renovação intitulada de Romanização do Igreja. E por fim, para o quarto e último

capítulo, foi apresentado pelo autor uma série de atividades apostólicas nas quais os Filhos de São Domingos estiveram inseridos como sujeitos marcados por uma história com diversos conflitos.

Devido ao caráter analítico acerca do fenômeno religioso da ação apostólica dos dominicanos, coube ao autor abordar ao tema a partir de uma perspectiva da interdisciplinaridade, a partir da mediação da teologia, conforme conta na introdução do texto da dissertação.

A Teologia é a ciência que busca a compreensão (Lógos) da ação de Deus (Theós) no mundo. Através da utilização também da teologia como referencial teórico, é possível recuperar para a história as características transcendentais e espirituais de uma obra evangelizadora e cultural como o foi a dos frades dominicanos neste período analisado (Santos, 1996, p. 05).

E por fim, a dissertação da historiadora de Maria de Fátima Oliveira, defendida no ano de 1997, intitulada “*Um Porto no Sertão: Cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880 - 1910*”, é composta por quatro capítulos. A historiadora objetivou contribuir para o conhecimento de parte da história de Porto Nacional, na qual afirma a autora, região pouco estudada e “considerada o berço cultural da antiga região norte de Goiás”. No primeiro capítulo, a autora teve em vista destacar a retrospectiva histórica da cidade, desde a sua origem, desenvolvimento e inserção na região do antigo norte goiano.

Além disso, analisa-se também o problema da rivalidade norte/ sul, as tentativas dos governantes para lidar com esse problema e a ideia de riquezas inexploradas. No segundo capítulo a autora procurou explorar o Rio Tocantins, destacando os obstáculos enfrentados pela navegação da cidade de Porto Nacional até Belém. Além do mais, procurou destacar os significados socioeconômico e as melhorias para navegação, o dia-a-dia das viagens e o tipo de comércio realizado através de embarcações rústicas com Belém.

No terceiro capítulo, foram discutidos os fatores que contribuíram para a singularidade da cidade de Porto em relação às outras, como a chegada dos padres dominicanos à cidade, a criação de três jornais na cidade e a presença de um médico. No capítulo final, Maria de Fátima ressaltou as celebrações religiosas e pagãs, os aspectos socioculturais, a legislatura e os produtos consumidos na época.

No trabalho, a autora procurou dar visibilidade aos aspectos sociais, “observando os diferentes aspectos das relações sociais concretas, incorporando o político e o econômico, além de outras áreas da experiência humana” (Oliveira, 1997, p. 14), daí decorre a escolha da abordagem pelo viés do cotidiano, característico da *Nova História*.

Como podemos ver, o modelo teórico/metodológico interpretativo proveniente da corrente historiográfica da *Nova História* foi consubstancial para a inflexão no aumento de pesquisas realizadas no final dos anos 1990 em diante, marcando, sobretudo, uma variedade temática a serem exploradas por historiadores e historiadoras, e o destaque para o abandono da vertente marxista.

Deste modo, nosso intuito, foi o de caracterizar os trabalhos desenvolvidos nos anos 1990, para demonstrar como os aportes teóricos marxistas e da nova história se fizeram presentes nesses trabalhos e como os mesmos podem ser indicativos para pesquisas futuras a partir de novas abordagens e perspectivas.

Apesar de não ter sido um item a ser explorado de forma exaustiva na nossa pesquisa, vale destacar a densidade da importância desse recurso para os historiadores. Nesse sentido, foram explorados os mais diversos tipos de documentos, tais como proclamações, atas, resoluções, jornais e revistas, relatos de fontes orais e a utilização de fontes impressas (boletins, relatórios, suplementos e Censos, jornais), censos populacionais, relatórios, decretos, panfletos, discursos e etc.

2.3 Muda-se o tempo, muda-se os temas

A *Nova História*, apresenta como uma de suas características principais, a sua abordagem com foco na cultura. Deste modo, o que leva a sua diferenciação das demais correntes historiográficas, é que ela procura dar prioridade as práticas e as representações culturais, procurando entender como a cultura influencia e ao mesmo tempo pode influenciar, no decorrer do tempo, as sociedades. Além de permitir o estabelecimento de olhares múltiplos acerca dos objetos que até então tinham sido habitualmente beneficiados por um tratamento historiográfico pelo viés da economia, da política e da demografia (Barros, 2011).

Deste modo, essa perspectiva de análise ampliou o campo de observação do historiador, permitindo a análise de vários aspectos da cultura e representação humana. A cultura, por sua vez, não é mais percebida dentro da sua dinamicidade, contudo, ela é vista agora como internamente diversificada (Barros, 2011). Para evidenciar o caso da historiografia acadêmica do Tocantins, nesse processo de antropologização²⁵, dentro do recorte temporal compreendido

²⁵ [...] o diálogo que a Nova História estabelece com as Ciências Sociais, levou a uma antropologização da História, fenômeno observado tanto na historiografia francesa, quanto, de modo específico, na historiografia brasileira dos anos 80 e 90. Esse fenômeno epistemológico não significa, contudo, a transformação da História ou a perda de sua identidade, mas significa mudanças importantes em algumas de suas bases temáticas, teóricas e metodológicas (Belieiro, 2017, p. 24).

no período entre 2000 a 2020, como fonte de investigação, optamos pela escolha de trinta e oito trabalhos, entre teses de doutorados e dissertações de mestrados de diferentes lugares de produção. A escolha dos trabalhos se deu em função da disponibilidade dos mesmos nos acervos digitais na quais fiz consulta. Vale ressaltar também que outros trabalhos ficaram de fora por não estarem disponibilizados na sua íntegra.

Observamos que os anos 1990 serviria como um ensaio para o que viria, em relação as abordagens temáticas, os anos precedentes. Nesse sentido, ganham relevo a partir dos anos 2000, trabalhos de dissertações e de doutorados que perfilariam em torno das seguintes temáticas, como:

- História Local e Identidades

Quadro 04 – Dissertações e teses de doutorados nos 2000, temática Hist. Local e Identidades

TÍTULO	AUTOR
<i>Representações da identidade do Tocantins na literatura e na imprensa 1989 a 2002</i> (2010).	Ana Elisete Motter
<i>Os nordestinos na formação de Palmas (1990-2002)</i> (2017).	Luciana Rodrigues Fracadosso
<i>O combinado agro-urbano de arraías-goiás (1962 - 1964): uma utopia no coração do Brasil</i> (2018).	Clovis Donizeth Garcia Riesco

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

- Conflitos Agrários e Lutas por terras

Quadro 05 – Dissertações e teses de doutorados nos 2000, temática Conflitos Agrários e Lutas por terras

TÍTULO	AUTOR
<i>Encontros de sangue: Cultura da violência na região dos Vales dos Rios Araguaia-Tocantins - 1830 a 1930</i> (2012).	Euclides Antunes de Medeiros
<i>A luta pela terra na região norte de Goiás: Assentamento Juarina - 1968 1988</i> (2015).	Eonilos Antônio de Lima
<i>Representações do cotidiano no reassentamento São Francisco de Assis no Tocantins - 1988 a 2019</i> (2019).	Samara Letycia Moura Borges

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

- Trabalho escravo, negros e suas representações

Quadro 06 – Dissertações e teses de doutorados nos 2000, temática Trabalho escravo e suas representações

TÍTULO	AUTOR
<i>Trabalho escravo contemporâneo: A degradação do humano e o avanço do agronegócio na região Araguaia-Tocantins</i> (2012).	de Paulo Henrique Costa Mattos
<i>Nas Palmas da capoeira: Resistência cultural pela chapada dos negros em Arraías - TO (1984 - 2012)</i> (2012).	Silvia Adriane Tavares Moura

<i>A comunidade quilombola córrego fundo no município de Brejinho de Nazaré – TO (2014).</i>	Kátia Maria Carvalho de Moraes Marques
<i>“De fraco a forte”: Estratégias políticas dos movimentos quilombolas no TO (2019).</i>	Claudia Borges dos Santos

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

- Indígenas e Políticas indigenistas

Quadro 07 – Dissertações e teses de doutorados nos 2000, temática Trabalho escravo e suas representações

TÍTULO	AUTOR
<i>Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão - As práticas das políticas indígenas e indigenistas no norte da capitania de Goiás no século XVIII (2005).</i>	de Juciene Ricarte Apolinário
<i>Confrontando mundos: Os Xerente, Xavante, Xacriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da capitania de Goiás 1749 – 1851(2006).</i>	Cleube Alves da Silva
<i>A trajetória dos índios Krahô-Kanela: etnicidade, territorialização e reconhecimento de direitos territoriais (2011).</i>	Victo Ferri Mauro
<i>Professora Leolinda Daltro e os missionários: disputas pela catequese indígena em goiás (1896-1910) (2012).</i>	Patrícia Costa Grigório
<i>História sobre o povo Javaé (INY) e suas relações com as políticas indigenistas: da colonização ao Estado brasileiro 1775 – 1960 (2014).</i>	André Egídio Pin
<i>Leolinda Daltro, a caminhante do futuro: Uma análise de sua trajetória de catequista a feminista (Rio de Janeiro/ Goiás - 1896 a 1920) (2014).</i>	Paulete Maria Cunha Santos
<i>Divergências entre o CIMI e a FUNAI na região do Araguaia - Tocantins 1972 – 1985 (2015).</i>	Orlando Silva Sales
<i>Os Javaé e o Protestantismo: Salvação e resistência 1896 – 1937 (2019).</i>	Ordália Cristina Gonçalves de Araújo
<i>Protagonismo indígena na capitania de Goiás e suas estratégias e atuações frente as políticas indigenistas no séc. XVIII (2019).</i>	Patrícia Emmanule Nascimento

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

- Movimento Separatista

Quadro 08 – Dissertações e teses de doutorados nos 2000, temática Movimento Separatista

TÍTULO	AUTOR
<i>A crise política da província de Goiás e o movimento separatista do Norte no período da independência do Brasil, 1820 – 1824 (2015).</i>	Asaph Ariel Naves de Araújo

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

- Biografias

Quadro 09 – Dissertações e teses de doutorados nos 2000, temática Biografia

TÍTULO	AUTOR
<i>Sertão, nação e região: Cunha matos e os dilemas do Brasil e de Goiás na primeira metade do século XIX</i> (2003).	Tairone Zuliani de Macedo
<i>Francisco Ayres, lembranças de um porvir: Porto Nacional e a modernização no Norte de Goiás</i> (2016).	Radamés Vieira Nunes

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

- Religião e religiosidades

Quadro 10 – Dissertações e teses de doutorados nos 2000, temática Biografia

TÍTULO	AUTOR
<i>Religiosidade e devoção: As festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e em Natividade – TO</i> (2010).	Noeci Carvalho Messias
<i>As igrejas neopentecostais e a redefinição do protestantismo no Brasil: Um estudo de caso em Imperatriz - MA e Araguaína - TO (1990 a 2013)</i> (2012).	Bertone de Oliveira Sousa
<i>Entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos: A ordem dos pregadores nos sertões do Antigo Norte de Goiás</i> (2015).	Cesar Evangelista Fernandes Bressanin
<i>Festa e devoção popular do Divino Espírito Santo em Araguaína - Tocantins: 1974 – 2014</i> (2015).	Francisco de Assis Cruz da Silva
<i>Catolicismo Orionita no extremo Norte Goiano nos relatos de memória dos “Filhos da Divina Providência” - 1952 – 1980</i> (2017).	Raylinn Barros da Silva
<i>Fé e devoção no culto a nossa Senhora do Rosário e ao Divino Espírito Santo na festa da Sucupira – TO</i> (2017).	Weverson Cardoso de Jesus

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

- Guerrilha do Araguaia

Quadro 11 – Dissertações e teses de doutorados nos 2000, temática Guerrilha do Araguaia

TÍTULO	AUTOR
<i>Caminhos cruzados: Trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia</i> (2006).	Deusa Maria de Sousa

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

- Rios Tocantins e Araguaia

Quadro 12 – Dissertações e teses de doutorados nos 2000, temática Rios Tocantins/Araguaia

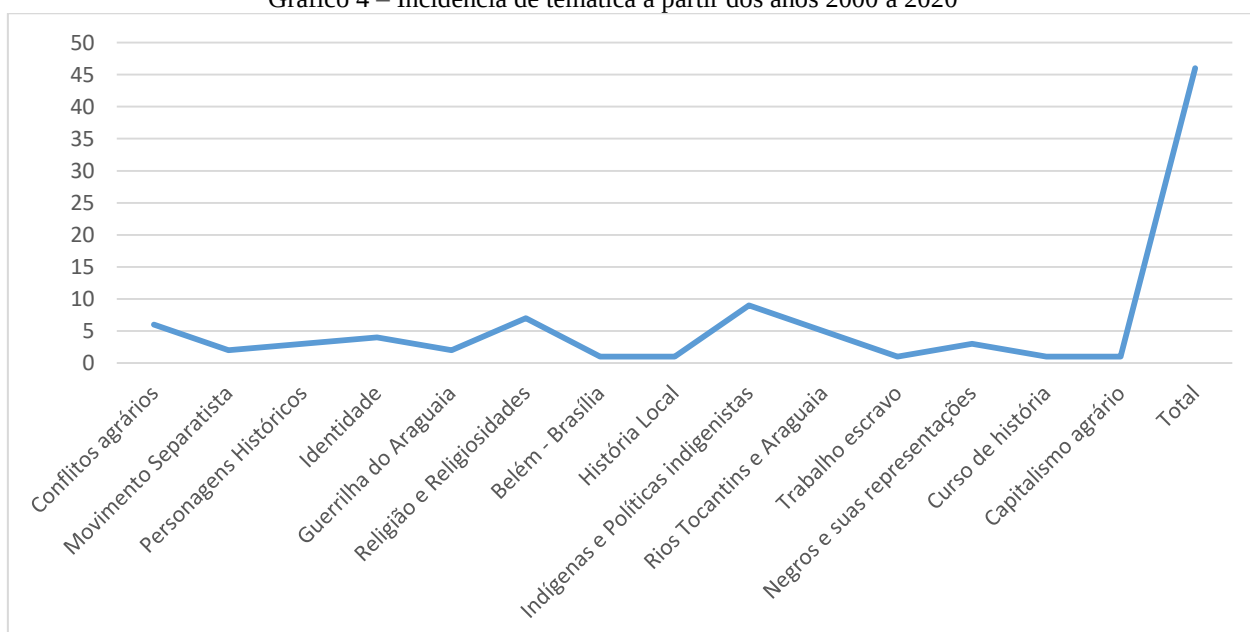
TÍTULO	AUTOR
<i>Caminhos que andam: O rio Tocantins e a navegação fluvial</i> (2006).	Kátia Maia Flores
<i>Cidades ribeirinhas do rio Tocantins: Identidades e fronteiras</i> (2007).	Maria de Fátima Oliveira
<i>Nas águas do Araguaia: A navegação e a hibridez cultural</i> (2008).	Francisquinha Laranjeira de Carvalho
<i>Trilhas, Veredas e Ribeiras: Os modos de viver dos sertanejos pobres nos vales dos rios Araguaia e Tocantins (séc. XIX e XX)</i> (2010).	Olivia Macedo Miranda Cormineiro
<i>Pello rio dos Tocantins à bayxo athe Bellem do Gram Pará: Territorialidade e saber sobre o espaço nos setecentos</i> (2015).	Deusdedith Alves Rocha Júnior
<i>A ficcionalização dos sertões: Discursos poéticos sobre os vales dos rios Araguaia e Tocantins</i> (2017).	Olivia Macedo Miranda Cormineiro

- Fonte: Dados da pesquisa (2023).

De acordo com o inventário temático, podemos notar que muitos trabalhos passaram a ser produzidos a partir de vários *lugares de produção*, o que não se viu na década 1990, onde a maioria das pesquisas foram oriundas do Programa de Pós – Graduação da em História da UFG.

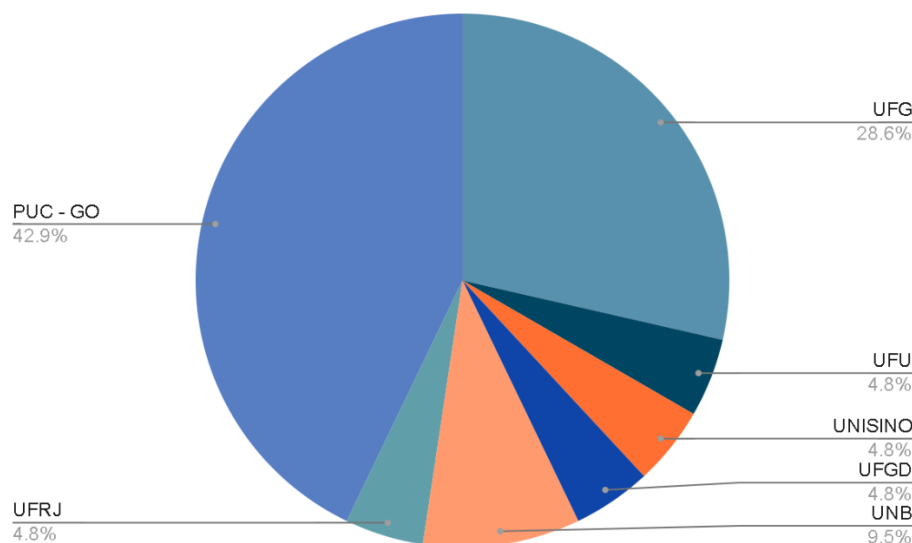
O deslocamento para outras instituições de Pós – Graduação de outras regiões do Brasil, assinalou o crescimento do número de pesquisas, e, conseqüentemente, da variedade de temática, conforme observa-se (gráfico 4). Se para a década de 1990, constatamos um quantitativo de oito produções, para os anos 2000 em diante assinala um número de trinta e oito pesquisas, conforme demonstrado no (gráfico 5).

Gráfico 4 – Incidência de temática a partir dos anos 2000 a 2020



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

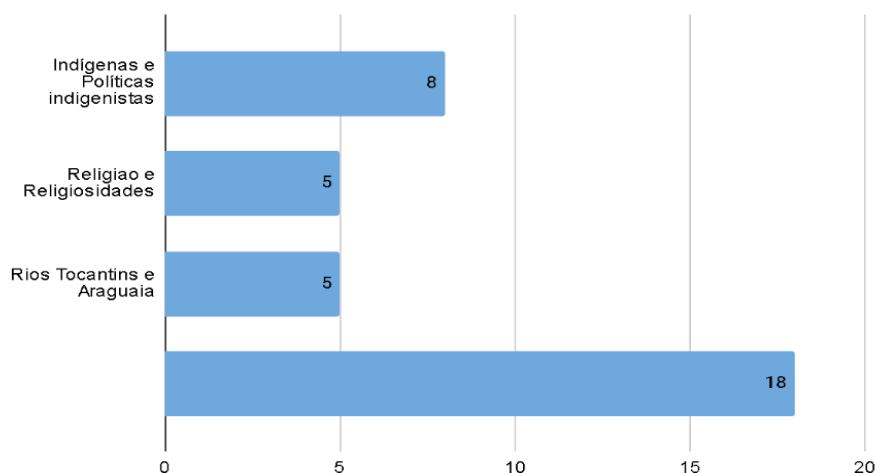
Gráfico 5 – Lugares de produção nos anos 2000 a 2020



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Cotejando as informações dos dados da pesquisa, o campo dos domínios temáticos da historiografia regionalista acadêmica produzida sobre o Tocantins, tendem a abarcar em sua grande maioria, para os estudos voltados a religião e religiosidades, aos indígenas e políticas indigenistas e para os rios Araguaia e Tocantins (gráfico 6), ou seja, são campos habitualmente recorrentes do modelo de abordagem historiográfica da *História Cultural*.

Gráfico 6 – Temáticas recorrentes nos anos 2000



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Conforme se vê, esses valores representam um percentual de 14.3% de temáticas ligadas aos povos indígenas e as políticas indigenistas, e de 8.9% para temas ligados a religião e religiosidade e os rios Tocantins e Araguaia, do universo da amostra. Com o escopo temático

delimitado, acreditamos que as temáticas acima entraram no rol de temas recorrentes para o marco temporal em questão (2000 – 2020).

Outra característica acerca da temática dos *Indígenas* e das *Políticas indigenistas*, é que praticamente todos os trabalhos apresentam em seus marcos temporais, longos períodos de duração. Para tanto, são sete pesquisas com essa característica, contando apenas com uma pesquisa que não se enquadra dentro desse modelo. A caracterização principal desses trabalhos, decorrem do processo antropologização das abordagens, decorrentes dos debates da corrente historiográfica da *nova história*, conforme veremos nos próximos parágrafos.

Juciene Ricarte Apolinário defendeu a tese de doutorado *Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão - As práticas das políticas indígenas e indigenistas no norte da capitania de Goiás no século XVIII*, em 2015. A autora procurou analisar as políticas indigenistas no antigo norte do Goiás do século XVIII, “enquanto processos políticos dinâmicos, formados pela interação dos sujeitos históricos, indígenas e não-indígenas diante das diversas situações coloniais construídas em uma região de mineração” (Apolinário, 2005, p. 8).

Compreendendo a dinamicidade sociocultural de cada comunidade indígena, a autora destaca na introdução de seu trabalho a conexão com o processo de antropologização da história, mencionando a ajuda obtida nos estudos de diversos autores da área da antropologia para que pudesse dialogar com as práticas da história de análise diacrônica e sincrônica. Dessa forma, a historicidade presente nas diferentes sociedades indígenas permitiu à historiadora trabalhar de forma interdisciplinar com outros campos do conhecimento.

Cleube Alves da Silva defende a dissertação de mestrado *confrontando mundos: Os Xerente, Xavante, Xakriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da Capitania de Goiás (1749-1851)* em 2006. Na dissertação o autor procurou demonstrar como os grupos indígenas Akroá, Xavante, Xerente Xakriabá criaram elementos e novas conexões étnicas e culturais derivadas dos contatos com os conquistadores luso-brasileiros na capitania goiana nos períodos que vai de 1749 até o ano de 1851. Segundo o autor o a pesquisa não se trata de um trabalho que permeia o campo de uma pesquisa etno-histórica, entretanto o autor buscou nos documentos oficiais um olhar numa perspectiva etnológica buscando olhar o indígena como um “agente sociopolítico, portador de uma cultura e um ser que buscou alternativas diversas diante do contato” com os conquistadores, fato esse que gerou uma ressignificação no seu modo de ser no enfrentamento e na convivência, resultante das situações de contato.

Para o autor, a escolha pelo modelo operacional a partir da etno-história permitiu fazer uma observação dos agentes sociais, enquanto sujeitos que participam do processo histórico e,

buscando olhar os nativos como sujeitos ativos e participativos do contexto sócio-histórico que estão inseridos (Silva, 2006). Na busca pela escolha de novas formas de produzir conhecimento histórico, foram os caminhos que levaram o autor a procura amparo nos passos teóricos/metodológicos da etno-história, ou seja, a sua investida pela interdisciplinaridade.

Victo Ferri Mauro defende a tese *A trajetória dos índios Krahô-Kanela: etnicidade, territorialização e reconhecimento de direitos territoriais* em 2011. Na tese o autor procura desenvolver um resgate histórico dos povos Krahô-Kanela, a partir dos anos de 1920 até os dias atuais, registrando os seus desdobramentos no tempo presente. Expulsos das suas terras - Mata Alagada - por volta do ano de 1976, a mando de uma suposta empresa que teria comprado suas terras, passaram cerca de 30 anos para conseguir recuperá-las. Durante esse período, passaram por diversas dificuldades, sobretudo decorrentes do não reconhecimento como indígenas por parte da FUNAI, resultando na falta de empenho por parte dos agentes públicos no sentido de buscar soluções efetivas para a demanda fundiária desse povo (Mauro, 2011).

A aproximação do autor com outras áreas do conhecimento, sobretudo com a Antropologia, se deu a partir da necessidade do enriquecimento do debate acerca dos agentes sociais, e por conta de a Antropologia ser a primeira área de formação. É a partir dessas constatações que decorrer a interdisciplinaridade.

Paulete Maria Cunha Santos defende a tese *Leolinda Daltro, a caminhante do futuro: Uma análise de sua trajetória de catequista a feminista (Rio de Janeiro/ Goiás - 1896 a 1920)* no ano de 2014. Na tese a autora procurou analisar as experiências da educadora baiana Leolinda Daltro como catequista dos povos indígenas do Brasil central - na região entre os rios Tocantins-Araguaia - e sua trajetória como mediadora e feminista após seu regresso ao Rio de Janeiro. Nesse sentido, a autora procurou compreender as repercussões de suas experiências bem como as articulações com uma ampla rede de personagens da sociedade regional e nacional. Diante do exposto, situa-se, portanto, a memória individual da protagonista.

Embora a autora não deixe claro na tese a opção pela interdisciplinaridade com a Antropologia, procurou esboçar um compilado de referências que procuraram analisar a trajetória de seu objeto de estudo, a indigenista Leolinda Dalto. Dessa revisão bibliográfica, destaca-se profissionais de diferentes áreas do conhecimento, como historiadores, educadores e sobretudo, antropólogos, como as contribuições de Mariza Corrêa (2003)²⁶ e de Ladislao Vásquez (2006)²⁷.

²⁶ Antropóloga, autora da obra *Antropólogas & Antropologia* (2003).

²⁷ Antropólogo, autor da obra *Pensamentos indigenistas em nuestra América* (2006).

André Egídio Pin defendeu a tese *História sobre o povo Javaé (INY) e suas relações com as políticas indigenistas: da colonização ao Estado brasileiro 1775 – 1960* no ano de 2014. Para tanto, o autor procurou tratar da relação do povo Javaé com os não indígenas desde os anos de 1775, período que data, segundo o autor, do primeiro registro escrito sobre os Javaé, até a década de 1960 “os postos Damiana da Cunha e Canoanã instalados pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) erigidos nas aldeias Barreira Branca e Canoanã”. Nesse sentido, a pesquisa procurou demonstrar como a política indigenista da “Coroa portuguesa, do governo provincial de Goiás e do Estado republicano brasileiro” chegaram para os povos em questão.

A interdisciplinaridade com outras ciências foi decorrente do curso de Educação Intercultural da UFG, que é voltado para as populações indígenas da região do Araguaia – Tocantins baseado nos princípios pedagógicos da interculturalidade e da transdisciplinaridade. (Pin, 2014).

Orlando Silva Sales defendeu *Divergências entre o CIMI e a FUNAI na região do Araguaia - Tocantins 1972 – 1985* no ano de 2015. Na pesquisa, o autor procurou discorrer sobre as “mudanças de concepção acerca da política indigenista ao longo do séc. XX”. Para tal intento, o autor enveredou pelas transformações que ocorreram no seio da religião a partir de meados do séc. passado. Os caminhos traçados vão desde o Concílio Vaticano II, na qual influenciaram fortemente as Conferências Episcopais na América Latina, contudo, paralelamente a isso, o autor desenvolve uma análise da política indigenista governamental durante o início do regime republicano brasileiro.

No texto, o autor não traz abertamente o indicativo de que se baseou na interdisciplinaridade para compreensão do seu objeto de estudo, contudo, traz apontamentos de como de como a inserção dos estudos e métodos de outras ciências puderam alterar na estrutura de comunidades indígenas.

A relação das atividades missionárias junto aos povos indígenas sofreu mudanças com a introdução de elementos da ciência antropológica que deu condições para o reconhecimento do outro em sua diferença, o que vem sendo chamado de alteridade. As primeiras experiências embasadas da concepção de alteridade no campo missionário religioso foram sendo introduzidas pelas Irmãs de Jesus de Charles de Foucauld e pelos jovens missionários jesuítas que ingressaram na missão. Estes questionaram o modelo tradicional de missão e propuseram uma nova forma missionária junto à Prelazia de Diamantino (Sales, 2015, p. 12).

Ordália Cristina Gonçalves de Araújo defendeu a tese *Os Javaé e o Protestantismo: Salvação e resistência 1896 – 1937* em 2019. No trabalho a autora buscou analisar a postura decolonial do povo Beró Biawa Mahadu (Javaé) do Vale do Araguaia “frente aos processos de salvação e de civilização” que foram propostos pelos missionários protestantes por volta dos

anos de 1896 e 1937, por meio de atitudes de resistências referente ao projeto em questão, na qual os desdobramentos “foram o parco resultado por parte dos projetos missionários protestantes à época”

Para a autora, o distancia da História com a Antropologia provocou uma visão compreendida dentro de um processo de aculturação proveniente dos primeiros contatos com o seu colonizador, cujo o resultado estaria na perda gradativa de sua identidade e igualmente a sua cultura. Destaca que o revisionismo antropológico contribuiu para um novo olhar acerca dos nativos brasileiros, sobretudo, no que concerne as questões conceituais.

o estudo dos povos considerados a-históricos ficou a cargo da Antropologia, que centrava esforços na compreensão de culturas indígenas em um enfoque sincrônico, ou seja, sem considerar as mudanças pelas quais elas passaram ao longo do tempo. A cultura, assim como a identidade, compunha um arcabouço investigativo antropológico considerado fixo e estável. Contudo, a emergência dos movimentos indígenas contribuiu para a revisão dessas categorias até então utilizadas para se referir aos indígenas brasileiros, trazendo não apenas mudanças na compreensão de conceitos como aculturação, cultura, tradição e identidade, mas também a aproximação entre a História, a Antropologia e disciplinas afins (Araújo, 2019, p. 45).

Patrícia Emmanule Nascimento defendeu a tese *Protagonismo indígena na capitania de Goiás e suas estratégias e atuações frente as políticas indigenistas no séc. XVIII* no ano de 2019. Na tese a autora buscou analisar o protagonismo dos indígenas no estado do Goiás durante o séc. XVIII. No período em questão os primeiros aldeamentos foram construídos na capitania, e a “partir do último quartel do XVIII, foram fundados os aldeamentos pombalinos”. Nesse sentido, a autora procurou compreender as relações Inter étnicas na capitania de Goiás, dentro e fora dos aldeamentos, “a partir do enfoque enactivo e da interculturalidade crítica”.

Na tese, a autora não aponta diretamente as suas inclinações teóricas e influencias dos estudos antropológicos, contudo, ressalta um conjunto de autores e obras que são de grande importância para quem se projeta aos estudos dos povos indígenas e das políticas indigenistas.

A caracterização das pesquisas a partir categorização da interdisciplinaridade, permitiu compreendermos que, os povos nativos sempre foram vistos como povos a-históricos, subalternos e sujeitos a perda da sua identidade, e, que, a partir dos novos olhares disseminados pelo processo da antropologização da história lançados à luz dos debates da *nova história*, permitiu aos historiadores se debruçarem sobre essas populações a partir de interpretações plurais do seu universo cultural, além, é claro, da importância que povos originários tem para a região.

3 OLHARES INICIAIS - APRESENTAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Para os pesquisadores que se aventuram nos caminhos em torno da reflexão do trabalho do historiador, tem em Michel de Certeau (1982) um dos principais eixos teóricos norteadores, com a obra, “*A Escrita da História*”. De acordo com Certeau (1982, p. 56), encarar a história como uma operação é, sobretudo, compreendê-la dentro de um processo na qual envolvem a combinação de três perspectivas, que abarcam o “*lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura)”.

Segundo o historiador francês, a história garante o seu estatuto científico, na medida que se apoia em torno de um conjunto de procedimentos metodológicos que permitem ao historiador a analítica do seu objeto do estudo, portanto, a história é

científica a opera à que transforma o ‘meio’ – ou que faz de uma organização (social, literária, etc.) a condição e o lugar de uma transformação. Dentro de uma sociedade ela se move, pois, num dos seus pontos estratégicos, a articulação da cultura com a natureza. Em história, ela instaura um ‘governo da natureza’, de uma forma que concerne à relação do presente com o passado – não sendo este um ‘dado’, mas um produto (Certeau, 1982, p. 80).

Nesse sentido, o historiador francês enfatiza que, as questões procedimentais em história, começam

com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto (Certeau, 1982, p. 81).

A partir da operação historiográfica de Certeau, ao elaborar uma história sobre o Tocantins, pergunta-se, o que e quais temas inquietavam os historiadores? De onde e como exatamente operavam? Nesse sentido, não se trata de inventariar um conjunto de historiadores pioneiros nos constructos históricos sobre a região do atual Tocantins, mas, refletir sobre esses estudos, do ponto de vista da indicação de novos olhares para a constituição de novos estudos.

A partir de Certeau inserimos a historiografia regionalista acadêmica tocantínea, com dupla função na pesquisa. Atribuindo a ela, o caráter de nossa fonte pesquisa, juntamente como nosso objeto reflexão. Pois, do mesmo modo que os documentos tem historicidade, a historiografia acadêmica regionalista escrita sobre o Tocantins, transformada em fonte de pesquisa, também é vista sob esta mesma perspectiva.

Deste modo, as operações historiográficas são frutos do contexto histórico, das ideologias que predominavam, das condições políticas e sociais do seu contexto de produção, deste modo, são reveladoras de ideias que são inerentes a época de sua escrita.

Com essas perspectivas que se instalaram as nossas práticas para a abordagem historiográfica. Para tanto

a abordagem historiográfica, por sua vez, busca a compreensão da história através das obras históricas, das visões ou teorias que as orientam ou circunstanciam, bem como o estudo das forças de percepção, vale dizer, das perspectivas ou ideologias que subjazem às obras, no interior das quais ganha realce o significado dos temas e problemáticas selecionadas (Arruda; Tengarrinha, 1999, p. 12).

Para compor a apresentação da produção historiográfica acadêmica sobre o Estado do Tocantins dos anos 1990 até 2000, dentro dos moldes da abordagem historiográfica dos historiadores Arruda e Tengarrinha (1999), objetivamos abordá-la por via de um balanço da produção do conhecimento histórico que abrange o período em questão (1990 – 2020).

Nesse sentido, o balanço ou uma avaliação da produção precedente

pode ser uma característica comum do trabalho historiográfico, mas a produção de um balanço historiográfico, por sua vez, pode se dar de maneira autônoma e, neste caso, não necessariamente tem como finalidade justificar uma pesquisa histórica. Em outras palavras, a avaliação/balanço historiográfico feita dentro de um trabalho historiográfico – como uma tese, por exemplo – apresenta uma relação demasiado orgânica com este, de modo que a avaliação tende a ser fechada e se dar apenas em torno da problemática específica sobre a qual se debruça o trabalho historiográfico. O balanço, por sua vez, quando é autônomo, isto é, quando não apresenta vinculação a um trabalho historiográfico, pode assumir outras funções, como a de prezar por uma avaliação mais ampla (Adolfo, 2018, p. 501).

Um dos problemas apresenta acerca dos estudos sobre historiografia, é que a mesma não apresenta um modelo conceitual fixo.

A dificuldade em se trabalhar com o campo historiográfico é imensa, na proporção da falta de parâmetros conceituais minimamente estabelecidos para o conceito de “historiografia”. Isso é observável, particularmente, no produto de boa parte daqueles que vêm se propondo ao exercício da crítica historiográfica e da incipiente história da historiografia no Brasil, [...] (Malerba, 2002, p. 29).

Deste modo, optou-se pelo modelo interpretativo de historiografia mais adequado à proposta da pesquisa. Portanto, operamos com a historiografia acadêmica do Tocantins, entendida aqui como o conhecimento disciplinar que abrange o conjunto de trabalhos produzidos nas universidades, – Teses e Dissertações –, composto por um arcabouço teórico, métodos e técnicas que são inerentes à disciplina histórica, para darmos sentido à operacionalidade historiográfica (Certeau, 1982).

3.1 A historiografia acadêmica do Tocantins – quantificação e caracterização

O balanço do conhecimento da historiografia acadêmica regionalista produzida sobre o Estado do Tocantins, que trataremos em diante, é composto pelo total de quarenta e seis trabalhos (entre Dissertações de mestrados e Teses de doutorados), conforme o anexo da (quadro 13), representado pelos inventários produções acadêmicas dos anos 1990 a 2020.

Quadro 13 – Teses e dissertações sobre o Tocantins dos anos 1990 a 2020

	AUTOR(A)	TÍTULO	ANO
01	Liliana Patrícia Lemus Sepúlveda Pereira	Os conflitos pela terra na região do bico do papagaio - Tocantins na década de 1980.	1990
02	Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante	O movimento separatista do norte de Goiás 1821 – 1988.	1990
03	Mário Aldighieri	Josimo: uma vida no conflito social do bico do papagaio.	1991
04	Margareth P. Arbués	A Migração e a construção de uma (nova) identidade regional: Gurupi (1958 - 1988).	1995
05	Romualdo Pessoa Campos Filho	A Esquerda em Armas: História da Guerrilha do Araguaia (1972 - 1975).	1995
06	Edivaldo Antônio dos Santos	Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881 - 1930), fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil.	1996
07	Napoleão Araújo de Aquino	A Construção da Belém - Brasília e a Modernidade no Tocantins.	1996
08	Maria de Fátima Oliveira	Um Porto no Sertão: Cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880 - 1910.	1997
09	Juciene Ricarte Apolinário	Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão - as práticas das políticas indígena e indigenista no norte da capitania de goiás - século XVIII,	2005
10	Cleube Alves da Silva	Confrontando mundos: os Xerente, xavante, xacriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da capitania de goiás (1749 - 1851).	2006
11	Katia Maia Flores	Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial nos sertões do brasil.	2006
12	Deusa Maria de Sousa	Caminhos cruzados: Trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia.	2006
12	Maria de Fátima Oliveira	Cidades ribeirinhas do rio Tocantins - identidades e fronteiras	2007

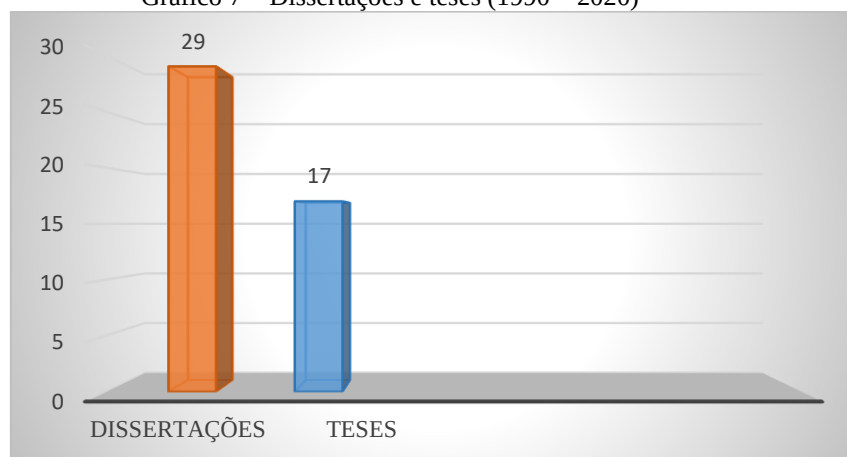
13	Francisquinha Laranjeira Carvalho	Nas águas do Araguaia: a navegação e a hibridez cultural.	2008
14	Marcos César Borges da Silveira	Herdeiros do Sísifo: trabalho e trabalhadores no Norte do antigo do Goiás (1960 - 1975).	2009
15	Olivia Macedo Miranda Cormineiro	Trilhas, veredas e ribeiras: os modos de viver dos sertanejos pobres nos vales dos rios Araguaia e Tocantins (séc. XIX e XX).	2010
16	Ana Elisete Motter	Representações da identidade do Tocantins na literatura e na imprensa 1989 - 2002.	2010
17	Noeci Carvalho Messias	Religiosidade e devoção: as festas do divino e do rosário em Monte do Carmo e em Natividade - TO.	2010
18	Moises Pereira da Silva	Padre Josimo Moraes Tavares e a atuação da comissão pastoral da terra (CPT) nos conflitos agrários do Araguaia -Tocantins. 1970- 1986.	2011
19	Victor Ferri Mauro	A trajetória dos índios Krahô-Kanela: etnicidade, territorialização e reconhecimento de direitos territoriais	2011
20	Paulo Henrique costa Mattos	O trabalho escravo contemporâneo: a degradação do humano e o avanço do agronegócio na região Araguaia-Tocantins.	2012
21	Euclides Antunes de Medeiros	Encontro de sangue: cultura da violência na região dos rios Araguaia e Tocantins 1830 - 1930.	2012
22	Silvia Adriane Tavares moura	Nas palmas da capoeira: resistência cultural pela chapada dos negros em Arraias 1984- 2012.	2012
23	Bertone de Oliveira Sousa	As igrejas neopentecostais e a redefinição do protestantismo no Brasil: um estudo de caso em Imperatriz - MA e Araguaína – TO (1990-2013)	2014
24	Paulete Maria Cunha dos Santos	Leolinda Daltro, a caminhante do futuro: uma análise de sua trajetória de catequista a feminista (rio de janeiro/ goiás 1896 - 1920).	2014
25	André Egídio pin	História sobre o povo Javaé (Iny) e sua relação com as políticas indigenistas: da colonização ao estado brasileiro (1775-1960).	2014
26	Katia Maria Carvalho de Moraes Marques	A comunidade quilombola córrego fundo no município de Brejinho de Nazaré - TO.	2014
27	Lucirene Ferreira Santana	História da infância e do brinquedo: um olhar nas bonecas Karajás-Ritxôko e saberes como artefatos culturais na construção da identidade das meninas na aldeia buridina.	2014
28	Asaph Ariel Naves de Araújo	A crise política da província de goiás e o movimento separatista do Norte no período da independência do Brasil, 1820- 1824.	2015
29	Cesar Evangelista Fernandes Bressanin	Entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos: a ordem dos pregadores nos sertões do antigo norte de goiás.	2015
30	Deusdedith Alves Rocha Júnior	"pellos rio dos tocantins à bayxo athe bellem do gram pará": territorialidade e saber sobre o espaço nos setecentos.	2015

31	Eonilson Antônio de Lima	A luta pela terra na região norte de goiás: assento Juarina (1968–1988).	2015
32	Francisco de Assis cruz da silva	Festa e devoção popular do divino espírito santo em Araguaína – TO: de 1970 a 2014.	2015
33	Orlando Silva Sales	Divergências entre o CIMI e a FUNAI na região do Araguaia - TO entre 1972 - 1985.	2015
34	Radamés Vieira Nunes	Francisco Ayres, lembranças de um porvir: porto nacional e a modernização no norte de Goyaz.	2016
35	Luciana rodrigues Fracadosso	Os nordestinos na formação de Palmas 1990 - 2002.	2017
36	Olivia Macedo Miranda de Medeiros	A ficcionalização dos sertões: discursos poéticos sobre os vales dos rios Araguaia e Tocantins.	2017
37	Raylinn Barros da Silva	O catolicismo Orionitas no antigo extremo norte goiano nos relatos de memória dos "filhos da divina providencia", (1952 - 1980).	2017
38	Weverson Cardoso de Jesus	Fé e devoção no culto à nossa senhora do rosário e ao divino espírito santo na festa da sucupira – TO.	2017
39	Claudia Borges dos Santos	"de fraco a forte": estratégias políticas dos movimentos quilombolas no Tocantins.	2019
40	Ordália Cristina Gonçalves Araújo	Os Javaé e o protestantismo: salvação e resistência (1896 - 1937).	2019
41	Patrícia Emanuelle Nascimento	Protagonismo indígena na capitania do Goiás e suas estratégias e a atuação frente as políticas indigenistas no século XVIII.	2019
42	Samara Letycia Moura Borges	Representações do cotidiano no reassentamento São Francisco de Assis no Tocantins - 1998 - 2019	2019
43	Patrícia Costa Grigório	Professora Leolinda Daltro e os missionários: disputas pela catequese indígena em goiás (1896-1910).	2012
44	Clovis Donizeth Garcia Riesco	O combinado agro-urbano de arraia-goiás (1962 - 1964): uma utopia no coração do brasil.	2018
45	Tairone Zuliani de Macedo	Sertão, nação e região: Cunha matos e os dilemas do brasil e de goiás na primeira metade do século XIX.	2003
46	Roniglese Pereira de Carvalho Tito	A Institucionalização do Ensino Superior de História em Porto Nacional, Tocantins (1963 – 2002).	2011

Fonte: Dados da pesquisa coletados junto ao site do programa de Pós-Graduação em História da UFG (2023).

A divisão do quantitativo global que levantamos na pesquisa, compreende um valor de vinte e nove dissertações de mestrado, e de dezessete teses de doutorados, articuladas em função dos seus respectivos lugares de produção social, político, econômico e cultural (Certeau, 1982), circunscritas por suas próprias determinações, disposta no (gráfico 7).

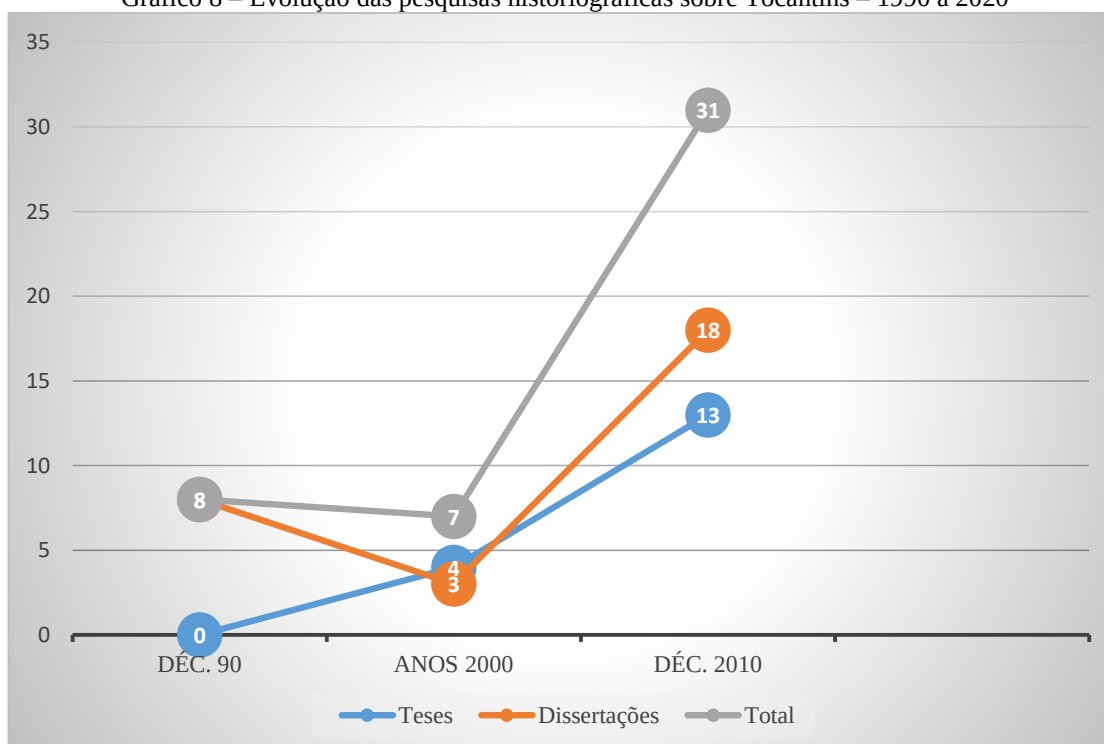
Gráfico 7 – Dissertações e teses (1990 – 2020)



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Preliminarmente, a análise que fazemos do gráfico em questão, é, que, podemos notamos a quantidade de dissertações de mestrado (63.0%), chega a ser quase que o dobro da quantidade de teses de doutorado (37.0%), isso dentro do período correspondente ao nosso recorte temporal (1990 – 2020). Nesse sentido, traçamos o estado da evolução das pesquisas que permeiam o conhecimento acadêmico sobre o Tocantins nos 30 anos, que, linearmente pode ser visto da seguinte maneira, conforme o (gráfico 8).

Gráfico 8 – Evolução das pesquisas historiográficas sobre Tocantins – 1990 a 2020



Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Apesar de um pequeno decréscimo dos anos 1990 ao 2000, para logo em seguida, subir vertiginosamente nos anos precedentes, a evolução do conhecimento histórico acadêmico regionalista sobre o Tocantins que está organizado no gráfico, não nos informa um panorama completo e amplo do estado da evolução dessa produção. Esse fator está condicionado por algumas questões que acabaram se tornando um dos principais pontos fracos da nossa pesquisa.

Um dos fatores se resumem na seguinte questão. Por se tratar de uma pesquisa de natureza quantitativa analítica historiográfica, nosso principal ponto de partida foi a buscar pelas Teses e pelas Dissertações nos repositórios digitais dos Programas de Pós-Graduação de diversas universidades brasileiras e estrangeiras, nas bibliotecas digitais, dentre outros lugares que nos informassem e, sobretudo, que estivessem disponíveis para o *download* dos arquivos.

Navegando pelo repositório dessas instituições, procuramos buscar trabalhos que tivessem por objeto de pesquisa o Tocantins, e também os trabalhos que fizessem referenciam a região compreendida ao antigo norte goiano. Portanto, dada a quantidade de instituições e dos trabalhos produzidos, não conseguimos um número bastante razoável para podermos apontar um panorama mais amplo do estado da evolução do conhecimento acadêmico sobre o Tocantins.

Outro fator que é necessário apontar, que, sobretudo, ajudou a implicar em traçar o estado da evolução do conhecimento histórico de maneira mais ampla, deveu-se ao fato de que nem todas as pesquisas acadêmicas desenvolvidas sobre o Tocantins e/ou região do antigo norte do Goiás, que tivemos contato no decorrer da pesquisa estavam disponíveis para o *download*, para que tivéssemos acesso ao conteúdo das narrativas da pesquisa.

Algumas dessas dissertações e teses que encontramos e não tivemos acesso ao conteúdo, foi basicamente impossível à analítica dos elementos que compõe a estrutura do trabalho (Pré textuais, dos Textuais e dos Pós-textuais). Para esses casos em específico, procurei não os inserir no trabalho, justamente por conta da impossibilidade de não poder fazer a analítica da operação historiográfica, podendo comprometer na apresentação dos dados.

3.2 Lugares de produção

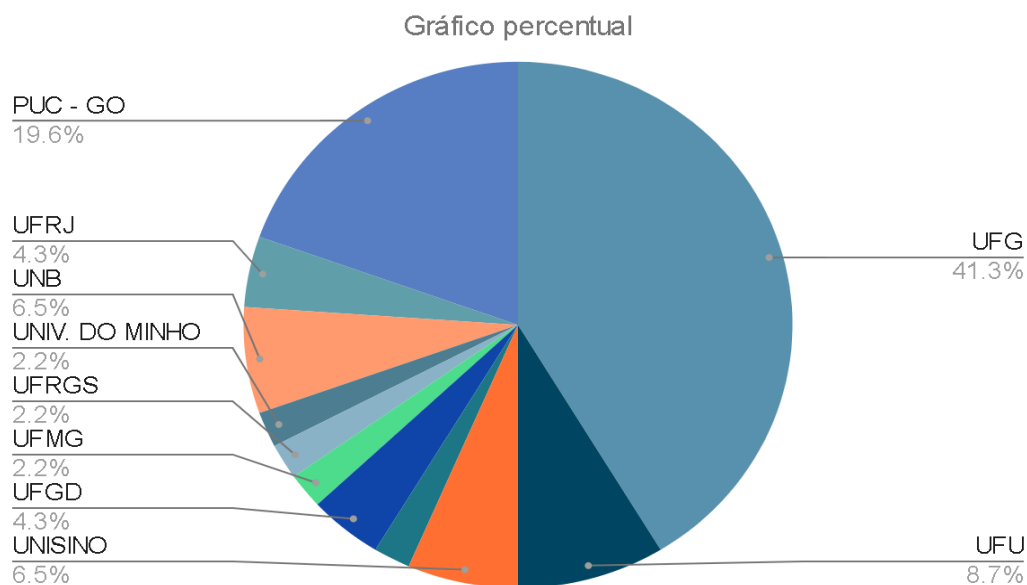
Sobre os lugares de produção, o conhecimento histórico acadêmico produzido sobre o Estado do Tocantins apresenta uma grande variedade de instituições, conforme podemos observar no (quadro 2), o quantitativo, e na imagem do (gráfico 9), o percentual de cada instituição universitária, respectivamente.

Quadro 14 – Quantitativo das instituições de Pós – Graduação

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	DISSERTAÇÕES	TESES	TOTAL
UFG	14	5	19
PUC - GO	9	0	09
UFU	1	3	04
UNISINO	1	2	03
UNB	2	1	03
UFRJ	1	1	02
UFGD	1	1	02
UFMG	0	1	01
UFRGS	0	1	01
UNIV. DO MINHO	0	1	01
UFPE	0	1	01
TOTAL	29	17	46

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Gráfico 9 – Percentual das Universidades



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A respeito do gráfico dos percentuais das universidades, podemos constatar que os Programas de Pós – Graduação que mais desenvolveram estudos sobre o Tocantins no período abrangendo os anos 1990 a 2020, está concentrado nos Programas de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, e no Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, ou seja, duas universidades goianas.

Analisando os números, o PPGH da UFG apresenta um total de dezenove (19) trabalhos acadêmicos (entre Teses e Dissertações), correspondendo a quase que metade das pesquisas (41.3%), conforme o gráfico 07. Tendo base o percentual das duas instituições, procuramos dividir a historiografia acadêmica do Tocantins em duas categorias, resultante dos respectivos programas de Pós – Graduação, em duas categorias. A primeira categoria está voltada para as historiografias acadêmicas que deram enfoque ou procuraram analisar o Estado do Tocantins, trazendo para dentro do seu recorte espacial, as delimitações territoriais do Estado, ou fazendo alusão a região do antigo goiano.

O segundo grupo, as historiografias acadêmicas que procuraram em suas análises, trabalhar a questão espacial de forma indireta, sem se preocupar em abarcar as delimitações espaço/ territoriais do Tocantins por completo, ou seja, apenas fazendo alusão a algum momento histórico para região do atual território do Estado do Tocantins, ou, do antigo norte goiano, dentro de um ou mais subtítulo da pesquisa.

Para as Dissertações de mestrado, o programa apresenta um valor correspondente a quatorze (14) pesquisas, com predominância, sobretudo, para a década 1990. Desse total, o programa do PPGH – GO apresenta onze (11)²⁸ pesquisas de dissertação de mestrado que se enquadram na primeira categoria, ou seja, objetivaram estudar diretamente o espaço regional do Estado do Tocantins, enquanto que, para as dissertações de mestrados que procuram analisar a região indiretamente, o programa apresenta um total de três (03)²⁹ que se enquadram na segunda categoria.

Para as Teses de doutorado, o PPH da UFG apresenta um quantitativo de cinco (05) trabalhos historiográficos acadêmicos. Sendo que, desses quantitativo, os que procuraram analisar o espaço territorial do Tocantins diretamente, ou seja, as teses que se enquadram na

²⁸ *Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881 - 1930), fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil*, de Edivaldo Antônio dos Santos (1996); *Os conflitos pela terra na região do bico do papagaio - Tocantins na década de 1980*, de Liliana Patrícia Lemus Sepúlveda Pereira (1990); *O movimento separatista do norte de goiás 1821 – 1988*, de Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante (1990); *Josimo: uma vida no conflito social do bico do papagaio*, de Mário Aldighieri (1991); *A Migração e a construção de uma (nova) identidade regional: Gurupi (1958 - 1988)*, de Margareth P. Arbués (1995); *A Construção da Belém - Brasília e a Modernidade no Tocantins*, de Napoleão Araújo de Aquino (1996); *História sobre o povo Javaé (INY) e suas relações com as políticas indigenistas: da colonização ao Estado brasileiro 1775 – 1960*, de André Egidio Pin (2014); *A luta pela terra na região norte de Goiás: Assentamento Juarina - 1968 1988*, de Eonilos Antônio de Lima (2015); *Padre Josimo Moraes de Tavares e a atuação da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), nos conflitos agrários do Araguaia-Tocantins 1970 – 1986*, de Moises Pereira da Silva (2011); *Catolicismo Orionita no extremo Norte Goiano nos relatos de memória dos “Filhos da Divina Providência” - 1952 – 1980*, de Raylinn Barros da Silva (2017); *Fé e devoção no culto a nossa Senhora do Rosário e ao Divino Espírito Santo na festa da Sucupira – TO*, de Weverson Cardoso de Jesus (2017).

²⁹ *A Esquerda em Armas: História da Guerrilha do Araguaia (1972 - 1975)*, de Romualdo Pessoa Campos Filho (1995); *Padre Josimo Moraes de Tavares e a atuação da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), nos conflitos agrários do Araguaia- Tocantins 1970 – 1986*, de Moises Pereira da Silva (2011); *Sertão, nação e região: Cunha matos e os dilemas do brasil e de goiás na primeira metade do século XIX*, de Tairone Zuliani de Macedo (2003).

primeira categoria, constituem três (03)³⁰ pesquisas, enquanto que, indiretamente, o programa apresenta quantitativo de duas (02)³¹ pesquisas de doutorado.

O Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, apresenta um total de nove (09) dissertações de mestrado (19.6%), e, nenhuma historiografia acadêmica a nível de doutorado. Dessas nove dissertações, seis (06)³² se enquadram na primeira categoria, objetivando analisar o diretamente seus objetos de estudo dentro do território do Tocantins, e, contando com apenas três (03)³³ dissertações que analisam o território do Tocantins indiretamente.

Acerca desse fator, apontamos as especificidades regionais que o Estado do Tocantins apresenta com o Estado do Goiás. Pois até pouco tempo os dois pertenciam a mesma unidade federativa, ocorrendo o desmembramento do Estado do Tocantins no ano 1988, através da Constituição Federal do Brasil, promulgada no mesmo ano. Evento esse marcado por longo processo de lutas e reivindicações iniciado ainda nos tempos do império, sobretudo, por parte da população da região norte, onde compreende hoje o atual Tocantins.

Nesse sentido, podemos concluir que a predominância das historiografias acadêmicas defendidas no programa de Pós – Graduação da UFG e da PUC - GO, que objetivaram analisar Tocantins, podem ter, além das raízes históricas, a localização geográfica, que permite aos historiadores desenvolverem pesquisas com temáticas voltadas para essa região. Nesse sentido, o acesso aos acervos dos arquivos localizados no Goiás, constituem uma rica fonte de documentação. Esses locais institucionais, guardam vasta documentação para estudos sobre o antigo norte goiano, conforme veremos mais adiante.

³⁰ *Um Porto no Sertão: Cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880 – 1910*, de Maria de Fátima Oliveira (1997); *Religiosidade e devoção: As festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e em Natividade – TO*, Noeci Carvalho Messias (2010); *As igrejas neopentecostais e a redefinição do protestantismo no Brasil: Um estudo de caso em Imperatriz - MA e Araguaína - TO (1990 a 2013)*, de Bertone de Oliveira Sousa (2012);

³¹ *Os Javaé e o Protestantismo: Salvação e resistência 1896 – 1937*, de Ordália Cristina Gonçalves de Araújo (2019); *Protagonismo indígena na capitania de Goiás e suas estratégias e atuações frente as políticas indigenistas no séc. XVIII*, de Patrícia Emmanule Nascimento (2019).

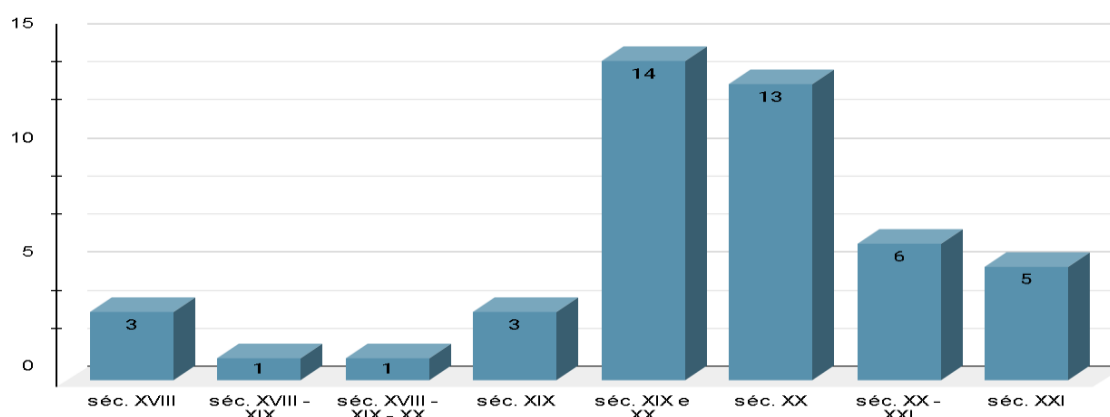
³² *Nas Palmas da capoeira: Resistência cultural pela chapada dos negros em Arraias - TO (1984 - 2012)*, de Silvia Adriane Tavares Moura (2012); *A comunidade quilombola córrego fundo no município de Brejinho de Nazaré – TO*, de Kátia Maria Carvalho de Moraes Marques (2014); *Entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos: A ordem dos pregadores nos sertões do Antigo Norte de Goiás*, de Cesar Evangelista Fernandes Bressanin (2015); *Festa e devoção popular do Divino Espírito Santo em Araguaína - Tocantins: 1974 – 2014*, de Francisco de Assis Cruz da Silva (2015); *Os nordestinos na formação de Palmas (1990-2002)*, de Luciana Rodrigues Fracadosso (2017); *O combinado agro-urbano de arraias-goiás (1962 - 1964): uma utopia no coração do brasil*, de Clovis Donizeth Garcia Riesco (2018).

³³ *Nas águas do Araguaia: A navegação e a hibridez cultural*, de Francisquinha Laranjeira de Carvalho (2008); *Trabalho escravo contemporâneo: A degradação do humano e o avanço do agronegócio na região Araguaia-Tocantins*, de Paulo Henrique Costa Mattos (2012); *Divergências entre o CIMI e a FUNAI na região do Araguaia - Tocantins 1972 – 1985*, de Orlando Silva Sales (2015);

3.3 Os marcos temporais

Para os marcos temporais, eles foram organizados conforme eram informados nas pesquisas. Deste modo, foram arranjados graficamente, seguindo a linearidade de acordo com os períodos abrangentes nas pesquisas. Contudo, houve a necessidade de organização de intervalos que compreendesse um marco temporal mais abrangente, ou seja, que ultrapasse um ou mais século, conforme demonstrado no (gráfico 10).

Gráfico 10 – Recorte temporal



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Analisando o gráfico, e, embora ele nos informe uma variedade cronológica considerável, encabeçando os marcos temporais que se estende do século XVIII até o XXI dos dias atuais, contudo, ele nos apresenta uma predileção pelas pesquisas que abrangem os séculos XIX, e o século XX. Acerca desse baixo número de pesquisas que recaem sobre o século XVIII, provavelmente estejam ligados a determinados fatores que condicionam os pesquisadores a não recuarem temporalmente a períodos muito distante, pois, na medida que o historiador recua temporalmente, mais escassas se tornam as fontes sobre determinada região e/ou tema.

Ainda sobre o século XVIII, esse período corresponde ao processo de ocupação econômica, tendo a extração do ouro a característica principal (Parente, 2007). Segundo a historiadora Parente (2007), a ocupação do territorial da colônia brasileira, no que diz respeito aos seus aspectos econômicos, ocorreu seguindo as particularidades de cada região.

No caso do Goiás, ela obedeceu a dois fatores, um interno e um externo. Para os fatores internos, atendia aos interesses da política mercantilista absolutista portuguesa, pois a economia mineradora deveria atender a política externo, fortalecendo o Estado Nacional Português, e na acumulação de riquezas por conta da burguesia mercantil metropolitana. Para os fatores

internos, apenas os de ocupação econômica se tornaria inviável sem o seu respectivo povoamento (Parente, 2007).

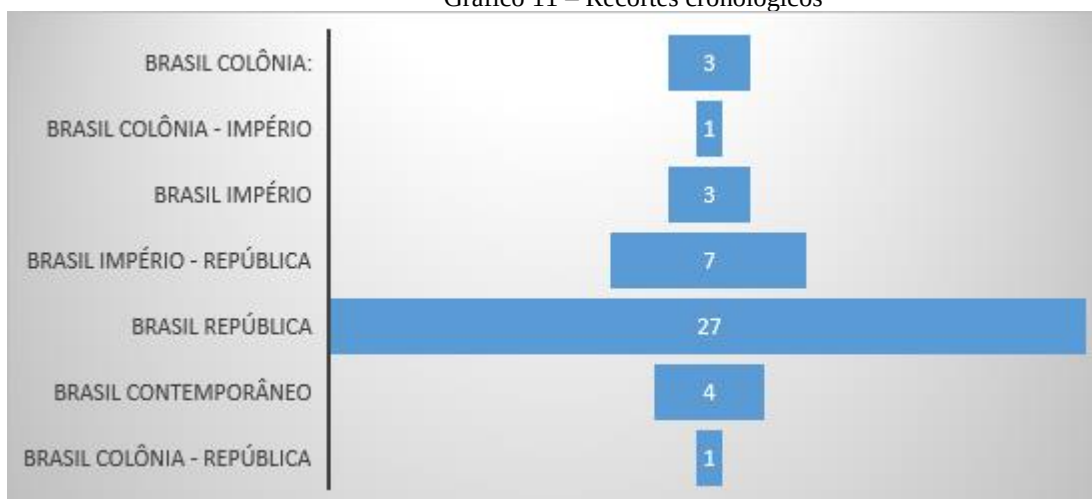
Portanto, vale ressaltar que o século XVIII é campo fértil de pesquisa para estudos que versam sobre o processo de povoamento do Norte da capitania, a economia aurífera e para estudos sobre as populações indígenas e negros, temas já abordados na historiografia.

Em relação os séculos XIX e XXI, o quantitativo que o gráfico acima nos informa é bem diferente. Nele percebemos que há um predomínio muito grande de pesquisas que compreendem essa temporalização. Portanto, nota-se que há quatorze (14) trabalhos que concentraram suas análises no período compreendido entre o XIX e XX, corresponde ao percentual de 30.4% das pesquisas, e de treze (13) pesquisas com enfoque para o século XX, trazendo o percentual de 28.3%.

3.4 Recortes cronológicos

Com relação a periodização, a metodologia adotada foram os períodos históricos que as teses e dissertações abarcavam. Deste modo, optamos pela divisão tradicional da história (Colônia – Império – República, incluindo a categoria contemporâneos para os trabalhos que objetivaram analisar seus objetos de estudo dentro de um período recente do nosso século). Apesar dessa divisão tradicional, optamos pela criação de categorizações acerca dos trabalhos na qual os marcos temporais se estendiam de um período para o outro, tais como Brasil – Império, conforme podemos observar no (gráfico 11). Os recortes cronológicos que se sobressaíram nos trabalhos analisados, foram os seguintes, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 11 – Recortes cronológicos



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Para os estudos que se enquadram no recorte temporal do Brasil Colonial, encontramos quatro (04) pesquisas que datam desse período, contudo, apresenta um trabalho que data de um período para outro, ou seja, da Colônia até a República. Desse total, apresentam duas (02) teses de doutorado, que compreende os trabalhos da historiadora, Juciene Ricarte Apolinário³⁴, defendida no ano 2005, e do historiador, Deusdeth Alves Rocha Júnior³⁵, defendida no ano 2015. E por duas (02) dissertações de mestrado, dos historiadores Cleube Alves da Silva³⁶, defendida no ano 2006, e a dissertação de André Egídio Pin³⁷, defendida no ano 2014.

O gráfico também nos aponta para as seguintes características. Das 46 pesquisas acadêmicas sobre o Tocantins, nelas constam um quantitativo predominante de 27 trabalhos que tiveram o recorte cronológico voltado ao período republicano brasileiro, equivalente ao percentual de 58.7%, entre os períodos estudados. Equivale dizer que, grande parte dessas pesquisas compreendidas dentro do contexto republicano, estão situadas a partir da segunda metade do século XX em diante.

Para o recorte temporal em questão, o destaque vai para as pesquisas que envolveram os efeitos da ditadura brasileira na região do antigo norte goiano, mais especificamente, a área conhecida como a região do *Bico do Papagaio*³⁸. Nessa região, os efeitos da ditadura brasileira acabaram provocando diversas disputas agrárias, cujo os objetivos envolviam o progresso do capitalismo no campo para o desenvolvimento do país.

O estudo sobre a questão agrária no Tocantins – Araguaia, as formas de luta e as políticas do governo militar, estão dentro de uma reflexão mais ampla sobre a política e a questão fundiária brasileira como um todo. Nesse sentido, a existência, em grandes dimensões, de terras utilizáveis no Brasil e, concomitante, a constatação de parcela significativa da população brasileira vivendo na miséria e, pior ainda, sem o necessário para a dieta alimentar, tornou a questão da propriedade e utilização da terra um tema recorrente, cuja vastidão de abordagens tem tentado explicar teoricamente para que se possa superar esse paradoxo característico do campo brasileiro. É nesse espaço, distante dos grandes centros de poder, que se tem verificado com muita nitidez a crueldade da opressão levada a cabo pelos agentes do capitalismo. Mas é também

³⁴ “Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão – As práticas das políticas indígenas e indigenistas no norte da capitania de Goiás no século XVIII”

³⁵ “Pello rio Tocantins à bayxo athe Bellem do Gram Pará: Territorialidade e saber sobre o espaço nos setecentos”.

³⁶ “Confrontando mundos: Os Xerente, Xavante, Xacriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da capitania de Goiás 1749 – 1851”.

³⁷ “História sobre o povo Javaé (Iny) e sua relação com as políticas indigenistas: da colonização ao estado brasileiro (1775-1960)”.

³⁸ Entre a segunda metade da década de 1970 e a seguinte faixa de terras no extremo norte goiano, correspondendo naquele período aos limites geográficos de quinze municípios contados a partir de Araguaína, ficou conhecida através da imprensa como Bico do Papagaio em função do traçado no mapa muito parecido com o bico da ave de mesmo nome (Silva, 2011, p. 107). Na região, ainda de acordo com Silva (2011), acabou se tornando palco de diversos conflitos de luta pela terra, derramamento de sangue e de várias mortes. Isso se deu devido a presença de estrutura mínima, o que acabou desvalorizando as terras da região para fins comerciais, contudo, tratava-se de uma região de terras férteis, o que favoreceu a chegada de diversas famílias campesina expulsas de outras regiões do país.

neste espaço que as alternativas vão sendo elaboradas e iniciativas de resistência e de mudanças vão sendo experimentadas (Silva, 2011, p. 11).

Nesse sentido, vão surgir vários trabalhos de pesquisas envolvendo os conflitos agrários na região norte do antigo Goiás. Vão e destacar as pesquisas dos seguintes historiadores, Liliana Patrícia Lemus Sepúlveda Pereira (1990)³⁹; Mário Aldighieri (1991)⁴⁰; Romualdo Pessoa Campos Filho (1995)⁴¹; Marcos César Borge da Silveira (2009)⁴²; Moises Pereira da Silva (2011)⁴³; Eonilos Antônio de Lima (2015)⁴⁴. Nesses trabalhos, os historiadores desenvolvem uma série de estudos envolvendo os conflitos na região Araguaia – Tocantins. Conflitos decorrentes da luta armada que giram em torno da guerrilha do Araguaia, e/ou pelo contexto dos atores que se envolveram pela defesa do campesinato, em detrimento dos grupos dominantes, com destaque para a atuação do Padre Josimo juntamente a Comissão da Pastoral da Terra (CPT).

Portanto, geograficamente, podemos notar que o antigo norte goiano, mais especificamente a região do Bico do Papagaio, é constituído de um espaço recheado para os historiadores produzirem pesquisas no que diz respeito aos reflexos dos conflitos agrários. Isso sem levarmos em consideração outras perspectivas de análises decorres de outras abordagens, carentes de pesquisas na historiografia acadêmica regional sobre o Tocantins.

A instalação do Programa de Pós – Graduação em História das Populações da Amazônia, em 2020, ligada ao curso de História do campus da Universidade Federal do Tocantins, do campus de Porto Nacional, diversos pesquisadores procuraram abordar a região do antigo norte goiano, com outros enfoques. No período compreendido entre anos 2021 a 2023, o programa já conta com a presença de dezessete trabalhos de pesquisas depositados no banco de dados do seu repositório. Nele, há diversos trabalhos que versam sobre os mais diferentes temas.

Dentre eles, duas dissertações de mestrado nos interessam analisar, das historiadoras Andréa Siqueira de Melo (2022)⁴⁵ e Virginia Maria Lima Barbosa (2023)⁴⁶, que em seus objetos de estudos, objetivaram analisar o babaçu, em perspectivas de análise diferentes.

³⁹ “Os conflitos pela terra na região do bico do papagaio - Tocantins na década de 1980”.

⁴⁰ “Josimo: uma vida no conflito social do bico do papagaio”.

⁴¹ “A Esquerda em Armas: História da Guerrilha do Araguaia (1972 - 1975)”.

⁴² “Herdeiros do Sísifo: Trabalho e trabalhadores no norte do antigo Goiás (1960 - 1975)”.

⁴³ “Padre Josimo Moraes de Tavares e a atuação da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), nos conflitos agrários do Araguaia- Tocantins 1970 – 1986”.

⁴⁴ “A luta pela terra na região norte de Goiás: Assentamento Juarina - 1968 1988”.

⁴⁵ “As quebradeiras de coco babaçu e os desafios do uso sustentável da floresta: a luta pela terra pós democratização do Brasil e desenvolvimento econômico (2022).

⁴⁶ “A lei babaçu livre como estratégia de proteção do patrimônio cultural das quebradeiras de coco do norte do Brasil (2023).

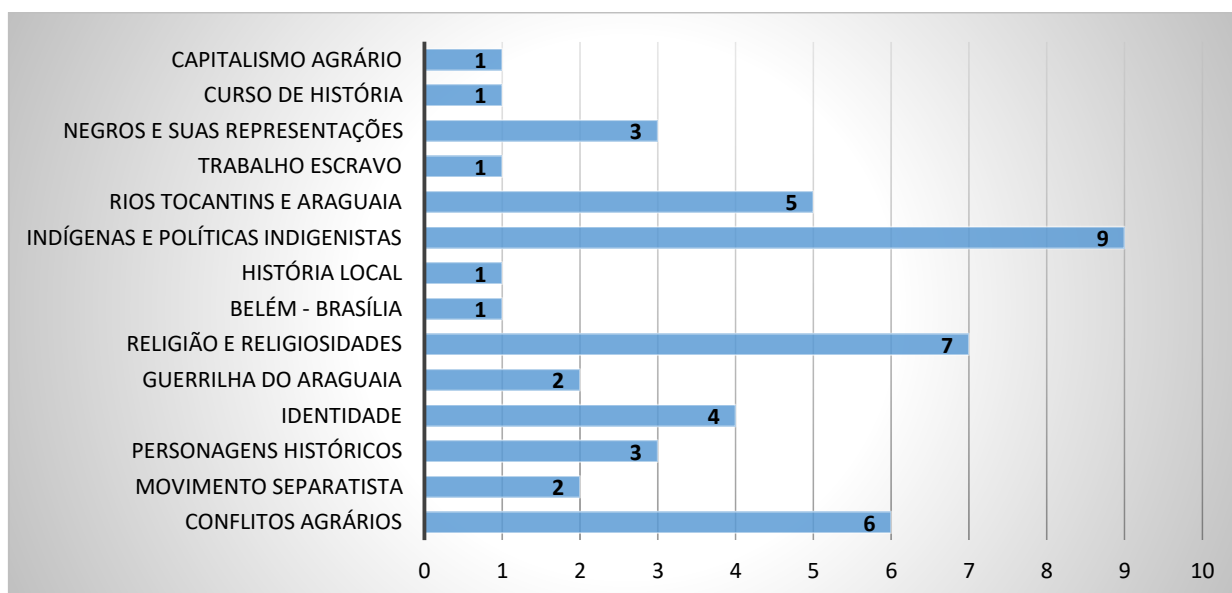
Apesar da perspectiva da abordagem acerca do babaçu, praticamente, em determinados momentos convergirem para determinados olhares, as pesquisadoras diferem em seus objetos de análises. Andréa Siqueira de Melo procurou analisar as comunidades extrativistas da região na luta pela terra, que desempenharam um papel relevante na criação da Lei do Babaçu Livre, abordando a representação da natureza, dada a relevância que a palmeira tem para as comunidades locais.

A pesquisadora Virginia Maria Lima Barbosa, voltou seus olhares para analisar a Lei Babaçu Livre como uma medida para preservar o patrimônio cultural das quebradeiras de coco babaçu no Norte do Brasil, tornando possível perceber que a Lei é uma iniciativa pioneira em relação a um novo direito, que ultrapassa o direito de propriedade. Contudo, o que vemos, é como a luta pela terra na região norte, no tempo presente, ainda é provocadora de conflitos na região. Decerto que a região campo aberto para diversas pesquisas sobre diversos olhares, tal qual preconizaram as historiadoras, ao analisarem o babaçu.

3.5 Das temáticas recorrentes

Além das temáticas tradicionais, objetos de reflexão dos historiadores que procuram analisar a região nos anos 1990, o conhecimento acadêmico produzido sobre o Tocantins, ou sobre o antigo norte goiano, apresenta uma diversidade temática. Conforme o (gráfico 12), ele nos mostra os indicadores da diversidade de temas explorados pelos historiadores e historiadoras, em diferentes lugares de produção.

Gráfico 12 – As temáticas (1990 – 2020)



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No gráfico, a organização das temáticas foi de acordo como os autores as apresentavam no texto, e/ou sua identificação se dava, quando não vinham apresentadas diretamente, através da busca pelas palavras chaves. Deste modo, agregamos uma ou mais temática dentro de um contexto mais amplo, a título de um melhor arranjo metodológico. A título de exemplo, as temáticas que giram em torno dos indígenas e das políticas indigenistas. Para esses casos, preferimos abarcar dentro de um mesmo campo temático, denominado de *indígenas e políticas indigenistas*, todos os trabalhos que fizessem alusão aos povos originários, para não cometermos nenhum erro de mencionar uma pesquisa ou outra dentro de campo que talvez não lhe fosse conveniente.

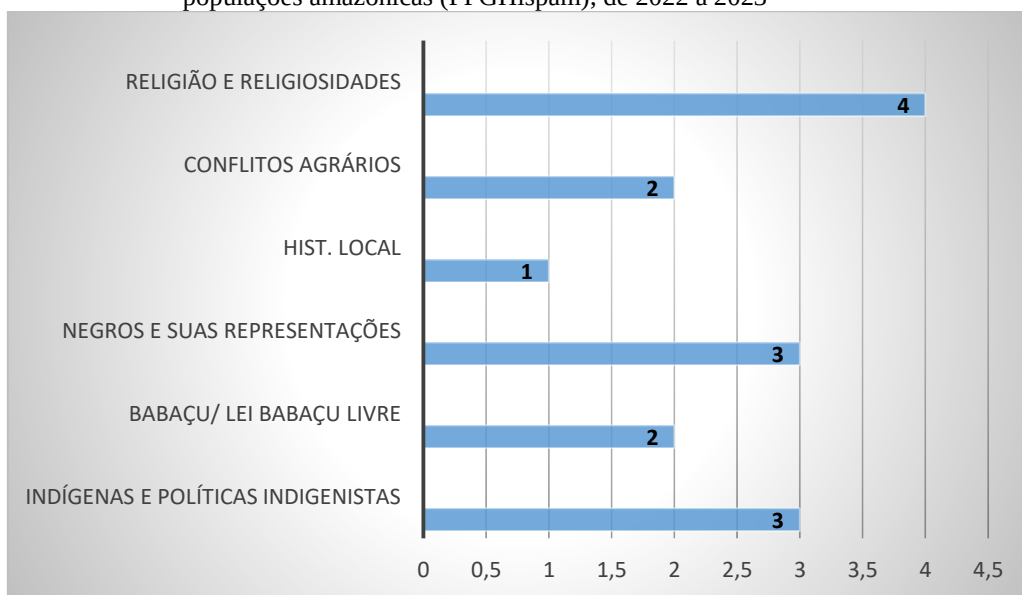
Deste modo, conforme podemos observar, há quatro (04) temáticas que se destacam, dentre elas, os *indígenas e políticas indigenistas*. De acordo com Apolinário (2005), vivem no Estado do Tocantins, atualmente, nove representações étnicas constituídas pelos povos Akwe (Xerente), os povos Iny (Karajá, Javaé e Karajá/ Xambioá), os Timbiras (Apinajé e Krahô), os Krahô – Canela, Ava – Canoeiro e Guaraní, estimados em aproximadamente em 9.000 indígenas.

Constituem, historicamente, parcela da população do antigo norte goiano, assim como o negro escravo, que se destacou nos estudos que circunscrevem o ciclo da mineração. Entretanto, até por volta de meados do século XVIII, eram tratados de acordo com o interesse do momento do colonizador e do governo de Portugal (Parente, 2007), que hora os viam como inimigos, por representarem entraves a exploração do ouro, e hora tinha que conviver pacificamente nos sistemas de aldeamentos. Nesse sentido, não é à toa que a temática em questão se tornou objeto de estudo pelos historiadores.

Outro fato importante a destacar, é que, as temáticas “*indígenas e políticas indigenistas*”, “*religiões e religiosidades*”, “*conflitos agrários*” e os “*Rios Tocantins e Araguaia*”, que, além do destaque em termos quantitativo, estão inseridas dentro do recorte temporal dos anos 2000 em diante. Isso implicar dizer que a mudança na operação historiográfica desse período acabou produzindo uma vasta produção de trabalhos com outros enfoque e perspectivas. Tornando amplo o leque amplo, em decorrência da interdisciplinaridade da História em conjunto com a Antropologia.

Se formos analisar a produção do PPGHispam, do curso de História do campus de Porto Nacional, conforme o (gráfico 13), no período compreendido entre os anos 2022 a 2023, apresenta uma inclinação considerável de dissertações de mestrado que se enquadram nas temáticas que foram apresentadas no parágrafo acima.

Gráfico 13 – Dissertações de mestrado defendidas pelo Programa de Pós – Graduação em História das populações amazônicas (PPGHispam), de 2022 a 2023



Fonte: Dados da pesquisa coletados no repositório da UFT (2023)⁴⁷.

Apesar do pouco tempo de existência do Programa de Pós – Graduação em História do campus de Porto Nacional, o repositório é constituído por um total de dezessete (17) dissertações, das quais quinze (15) dissertações foram objetos de nosso interesse. Desse valor, três delas convergem para o quadro temático recorrente de pesquisas sobre o Tocantins e região do antigo norte goiano, conforme podemos notar no gráfico.

3.6 Dos arquivos

A historiografia produzida sobre o Estado do Tocantins é constituída por uma série de instituições arquivistas nos quais os historiadores se debruçaram para produção do conhecimento histórico acadêmico sobre a região do antigo norte goiano. A partir da relação das instituições arquivísticas inventariadas na tabela abaixo, nos informa um conjunto de arquivos que foram objetos de análise das suas fontes primárias pelos historiadores (quadro 3).

Quadro 15 – Arquivos mencionados no pesquisas acadêmicas em teses e dissertações (1990 – 2020)

ARQUIVOS PESQUISADOS
• Arquivos da Câmara municipal de Porto Nacional; • Arquivo da Cenog; Arquivo da CONORT;

⁴⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Programa de pós-graduação em história das populações amazônicas**. Palmas/TO, [2023]. Disponível em: BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFT. Acesso em: 29 dez. 2023

• Arquivos da Diocese de Tocantinópolis;
• Arquivo Geral da Ordem Dominicana em Roma; • Arquivo da Província São Tomás de Aquino do Brasil, em São Paulo; • Arquivo Geral da Ordem Dominicana na Cúria Generalícia em Roma;
• Arquivos Estadual de Goiânia; • Arquivo Histórico do Estado de Goiás;
• Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa - Portugal; • Arquivo Nacional do Rio de Janeiro; • Arquivo Nacional da Torre do Tombo; • Arquivo da Universidade Coimbra;
• Arquivo Nacional; • Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores; • Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;
• Instituto Histórico e Geográfico de Goiás; • Instituto de pesquisas e estudos históricos do Brasil Central;
• Arquivo Histórico do Museu das Bandeiras - Cidade de Goiás; • Fundação Cultural Frei Simão Dorvi– Cidade de Goiás-GO; • Gabinete Literário Goiano – Cidade de Goiás-GO;
• Arquivo do IBGE; • Arquivos da CPT Nacional;
• Arquivo da SECOM - Secretaria de comunicação do TO; • Arquivo da Fundação Espaço Cultural;
• Arquivo Histórico Estadual de Goiás; • Arquivo Casa Paroquial da Igreja local de Monte do Carmo; • Arquivo do Acervo particular da família Ayres – Porto Nacional/TO
• Arquivo da CPT Araguaia – Tocantins;
• Arquivos da Diretoria de Assuntos Fundiários – DAF – da FUNAI.
• Arquivo da ACCN – Associação Cultural Chapada dos Negros.
• Arquivos da Fundação da Biblioteca Nacional; • Arquivos privado de Leolinda Dalto;
• Arquivos digitais Center Research Libraries; • Arquivo da FUNAI - PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT; • Arquivo do Museu do Índio – RJ;
• Arquivo Histórico Ultramarino do GO, PA e SP;
• CPT de Araguaína; CPT de Xinguara - PA; • Arquivo do INCRA; • Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia;
• Arquivo Nacional do CIMI; • Arquivo da Diocese de Goiás;

• Arquivo privado da família Joaquim Ayres Silva; • Arquivo do IBGE de Goiás;
• Arquivo Paroquial de Dianópolis; • Arquivo do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC);
• Arquivo Histórico do Goiás; • Arquivo Histórico Ultramarino; • Museu das Bandeiras (MUBAN), na Cidade de Goiás,
• Arquivo Público do DF;
• Arquivos do campus de Porto Nacional; • Arquivos do Ministério da Educação, do Conselho Estadual de Educação de Goiás e do Tocantins, da Secretaria da Educação de Goiás e Tocantins; • Arquivos da UNITINS.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Na pesquisa histórica, os arquivos desempenham papel de grande importância, pois são lugares que acumulam material rico para os historiadores, fornecendo acesso a documentação primária para construções de narrativas que tratam de determinados contextos históricos.

Nesse sentido

Para as Ciências Humanas, os centros de memória e custódia de documentos arquivísticos e publicações de época, são fundamentais para o desenvolvimento das pesquisas, com destaque especial, na área de História, ao papel dos arquivos. Assim sendo, cabe entender as instituições arquivísticas como o laboratório do historiador, onde ele poderá trabalhar suas questões e comprovar (ou não) suas hipóteses através, não de tubos de ensaios, mas dos documentos (Barbatho; Aguiar, 2013, p. 5).

A ampliação do conceito de fontes acabou provocando uma nova postura frente a atuação dos historiadores em relação aos documentos, e, também com os arquivos, que mudaram suas perspectivas e os motivos de sua existência (Haike, Stanley, 2016). A partir dessa mudança de postura que se estabelece a importância dos arquivos com a historiografia.

Ao inventariar esse conjunto de instituições arquivistas, nosso propósito foi o de criar caminhos para os pesquisadores pensarem em novos objetos de estudos sobre o conhecimento histórico sobre a região. Contudo, há uma questão fundamental para esquecimentos acerca dos mesmos. A maioria dessas instituições ou centro de memória e custódia de documentos, contidos no inventário da tabela acima, não estão localizados dentro do espaço geográfico do Tocantins. Conforme já analisamos anteriormente, o Estado não possui um centro arquivístico. Isso gera debates e reflexões para pensarmos na construção desses lugares, para a constituição de estudos históricos mais consistentes na região.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desmembramento do Estado do Tocantins do Estado do Goiás, a partir da Constituição de 1998, alavancou os estudos sobre a região do antigo norte goiano. Estudos que procuram dar uma identidade para a região, sejam eles pesquisas de cunho científico, ou seja, conhecimento histórico, e/ou estudos literários e memorialistas. Os historiadores, procuraram abordar temáticas que giraram em torno do seu povoamento, colonização, exploração do ouro, presença dos indígenas, movimentos separatistas, questões identitárias, os rios Tocantins e Araguaia, os conflitos provenientes da expansão agrícola na região, dentre outros.

A partir dos estudos de historiografia, realizamos um inventário da produção do conhecimento histórico acadêmico sobre o Tocantins, mapeando pesquisas desenvolvidas em diferentes lugares de produção. Essa análise nos permitiu identificar as abordagens, os recortes, temáticos e as perspectivas teóricas que orientam esses trabalhos, destacando como o contexto de produção influenciou a construção das narrativas históricas sobre a região.

Acerca da abordagem, ela possui um valor instrumental para o campo do conhecimento histórico, e assim, torna-se ferramenta inerente ao labor historiográfico, impondo-se como fator de profissionalização e de aprofundamento do seu estatuto de cientificidade (Godoy, 2009). A partir dela foi possível traçar reflexões sobre a historiografia acadêmica produzida sobre o Tocantins.

Com base no que foi apresentado, sinalizamos condições de pesquisas, com os inventários e caracterização desses estudos, para historiadores interessados em produzir conhecimento acerca da região. A metodologia adotada sobre os estudos de historiografia, nos permitiu mostrar indicativos para identificação de lacunas, tendências, preferências por áreas de interesses, temas, marcos temporais e instituições arquivistas.

Nesse sentido, conclui-se que a ambição em curso não é esgotar as discussões, e nem tampouco traçar perfis do atual estágio da historiografia acadêmica que está sendo produzida sobre o Tocantins, mas, a possibilidade de provocar uma reflexão profunda acerca do passado histórico da região, indo além da mera descrição de eventos ou fatos. O estudo urge da necessidade de uma análise crítica que questione as lacunas e os silêncios presentes na historiografia atual.

Deste modo, para além de uma mera descrição desses eventos e fatos, é possível aprofundar a análise em diversas direções, tais como uma investigação das fontes históricas que foram utilizadas, podendo revelar novas perspectivas de análises e interpretações do passado, assim como também, a análise da História do Tocantins a partir de uma abordagem comparativa

com outras regiões e ou localidades do Brasil, no sentido de identificar semelhanças, no que diferem e influencias mutuas.

REFERÊNCIAS

- ADOLFO, Roberto Manoel Andreoni. A Produção de balanços historiográficos no Brasil: entre o poder político e o poder discursivo (1990-2011). **História Unisinos**, v. 22, n. 3, p. 500-510, 2018. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2018.223.14>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- ALDIGHERI, Mário. **Josimo: uma vida no conflito social do Bico do Papagaio**. 1991. 212 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1991. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/M%C3%81RIO_ALDIGHERI_1_A_201_mesclado-girado.pdf. Acesso em: 30 dez. 2023.
- ALVES, Clarissa de Lourdes Sommer. **Operações historiográficas em arquivos?: uma análise sobre o ofício de historiadoras e historiadores em arquivos públicos estaduais brasileiros na atualidade**. 2019. 308 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/2114991>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- AMADO, Janaína. Apresentação. In: SILVA, Marcos A. (org.). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=79874. Acesso em: 10 jan. 2023.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros povos indígenas nas fronteiras do sertão: as práticas das políticas indígenas e indigenistas no norte da capitania de Goiás no século XVIII**. 2005. 268 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós – Graduação em História da Universidade Federal do Pernambuco, Recife. 2005. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7522/1/arquivo7826_1.pdf. Acesso em: 30 dez. 2023.
- AQUINO, Napoleão Araújo de. **A construção da Belém-Brasília e a modernidade do Tocantins**. 1996. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/napoleao_dissertacao_de_mestrado_\(1\).pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/napoleao_dissertacao_de_mestrado_(1).pdf). Acesso em: 30 dez. 2023.
- ARAÚJO, Asaph Ariel Naves de. **A Crise política da província de Goiás e o movimento separatista do Norte no período da independência do Brasil, 1820 – 1824**. 2015. 74 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Minho – Portugal, [S. l.], 2015. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/41052/1/Asaph%20Ariel%20Naves%20de%20Ara%20c3%bajo.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2023.
- ARAÚJO, Ordália Cristina Gonçalves de. **Os Javaé e o protestantismo: salvação e resistência 1896 - 1937**. 2019. 360 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/98332e97-306d-4de0-917a-dd42ef11eb8d>. Acesso em: 8 dez. 2023.

ARBUÉS, Margareth Pereira. **A migração e a construção de uma (nova) identidade regional**: Gurupi (1958-1988). 1995. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995. Disponível em: http://www.emaginedesign.com.br/pos_hostoria2011/margareth_pereira_reduzida.pdf. Acesso em: 30 dez. 2023.

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, Jose Manuel. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: Edusc, 1999.

ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes de; GONÇALVES, Murilo. Cartografias da Teoria da História e História da historiografia no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (1972–2018). In: ASSUNÇÃO, Marcello Felisberto Moraes de et al. (orgs.). **Teoria e história da historiografia no século XXI**: ensaios em homenagem aos dez anos da Revista de Teoria da História. Vitória: Milfontes, 2020. Disponível em: https://editoramilfontes.com.br/acervo/Teoria_e_historia_da_historiografia_no_seculo_XXI.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

BARBATHO, Renata Regina Gouvêa; AGUIAR, Leandro Coelho de. Os arquivos e a História: a importância dos documentos arquivísticos e das Instituições de custódia na pesquisa histórica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES., 13., 2021. Gramado. **Anais [...]**. Gramado, 2021. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/8847#:~:text=Dito%20de%20outro%20modo%2C%20a,filhos%20em%20benef%C3%ADcio%20do%20genitor>. Acesso em: 7 jun. 2024.

BARBOSA, Virginia Maria Lima. **A Lei babaçu livre como estratégia de proteção do patrimônio cultural das quebradeiras de coco do norte do Brasil**. 2023. 110 f. Dissertação (Mestrado em História das Populações Amazônicas) – Programa de Pós – Graduação em História das Populações Amazônicas, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2023. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/5590/1/Virginia%20Maria%20Lima%20Barbosa%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BARROS, José D'Assunção. Nova História cultural: considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, v. 12, n. 16, p. 38-63, 1 maio 2011. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2011v12n16p38>. Acesso em: 30 dez. 2023.

BELIEIRO, Thiago Granja. **A presença dos Annales no Programa de Pós-graduação em História da Universidade de São Paulo (1985-1994)**. 2017. 217 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/eed5017e-61a5-49f3-afb0-c231fccadac5>. Acesso em: 30 dez. 2023.

BRESSANIN, Cesar Evangelista Fernandes. **Entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos**: a ordem dos pregadores nos sertões do Antigo Norte de Goiás. 2015. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/3369/1/CESAR%20EVANGELISTA%20FERNANDES%20BRESSANIN.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BORGES, Samara Letycia Moura. **Representações do cotidiano no reassentamento São Francisco de Assis no Tocantins - 1988 a 2019**. 2019. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, DF, 2019.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Portugal: Publicações Europa América, 1990.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **A esquerda em armas: história da Guerrilha do Araguaia (1972-1975)**. 1995. 239 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/ROMUALDO_PESSOA_CAMPOS_FILHO_1_A_214_mesclado.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

CARVALHO, Francisquinha Laranjeira de. **Nas águas do Araguaia: A navegação e a hibridez cultural**. 2008 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Goiás, Goiânia, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/2261/1/FRANCISQUINHA%20LARANJEIRA%20CARVALHO.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O Movimento Separatista do Norte de Goiás 1821-1988**. 1990. 332 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1990. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/MARIA_CAVALCANTE_1_A_330_mesclado-girado.pdf. Acesso em: 8 dez. 2023.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense/Universitária, 1982.

CORDEIRO, Cecília Cerqueira. Historiografia e história da historiografia: alguns apontamentos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 28., 2015. Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428357432_ARQUIVO_ArtigoSNH2015_Historiografia.pdf. Acesso em: 30 dez. 2023.

CORMINEIRO, Olivia Macedo Miranda. **Trilhas, veredas e ribeiras: Os modos de viver dos sertanejos pobres nos vales dos rios Araguaia e Tocantins (séc. XIX e XX)**. 2010. 261 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16383/1/olivia.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2023.

CORMINEIRO, Olivia Macedo Miranda. **A ficcionalização dos sertões: Discursos poéticos sobre os vales dos rios Araguaia e Tocantins**. 2017. 335 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/21003/3/A%20ficcionaliza%3a%a7%3a%a3o%20dos%20sert%3ab5es.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2023.

FERREIRA, Antônio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In. LUCA, Tania Regina de; Pinsky, Carla Bassanezi (org.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: contexto, 2017.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald A. A Historiografia brasileira nos últimos 20 anos: tentativa de avaliação crítica. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 13, p. 147-163, jun. 1994. Disponível em:

https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/5727831927d4bd23efdf7960/1462207262480/11_Fico+e+Polito.pdf. Acesso em: 30 dez. 2023.

FLORES, Kátia Maia. **Caminhos que andam: o rio Tocantins e a navegação fluvial**. 2006. 202 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VGRO-6Y8LXR/2/tese_k_tia_maia_flores.pdf. Acesso em: 8 dez. 2023.

FRACADOSSO, Luciana Rodrigues. **Os nordestinos na formação de Palmas (1990-2002)**. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2007. Disponível em:

<https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/3742/2/LUCIANA%20RODRIGUES%20FRACADOSSO.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2023.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

GAIO, Gêssica Góes Guimarães. José Honório Rodrigues e a autonomização da História da Historiografia. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 476, p. 97-126, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-476/item/108606-jose-honorio-rodrigues-e-a-autonomizacao-da-historia-da-historiografia-no-brasil.html>. Acesso em: 30 dez. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIRALDIN, Odair (org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG, 2002.

GODOY, João Miguel Teixeira de. Formas e problemas da historiografia brasileira. **História Unisinos**, v. 13, n. 1, p. 66-77, jan./abr. 2009. Disponível em:

<https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5074>. Acesso em: 30 dez. 2023.

GRIGÓRIO, Patrícia Costa. **Professora Leolinda Daltro e os missionários: disputas pela catequese indígena em goiás (1896-1910)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000781715&local_base=UFR01. Acesso em: 8 dez. 2023.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio 1936.

IGLÉSIAS, Francisco. **Os historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2000. Disponível em: <https://www.resenhacritica.com.br/wp-content/uploads/2021/09/IGLESIAS-2000-Historiadores-do-Brasil-Capitulos-de-historiografia-brasileira.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2023

JESUS, Weverson Cardoso de. **Fé e devoção no culto a nossa Senhora do Rosário e ao Divino Espírito Santo na festa da Sucupira - TO**. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Tocantins, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/460c921d-6cd1-460c-a5e6-66f911e2d2b7>. Acesso em: 8 dez. 2023.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A História em questão**: historiografia Brasileira contemporânea. Petrópolis: Vozes, 1976.

LIMA, Eonilos Antônio de. **A luta pela terra na região norte de Goiás**: assentamento Juarina - 1968 1988. 2015. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/113/o/D2015-07.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2023.

MACEDO, Tairone Zuliani de. **Sertão, nação e região**: Cunha Matos e os dilemas do Brasil e de Goiás na primeira metade do século XIX. 2003. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/113/o/MACEDO__Tairone_Zuliani_de.pdf. Acesso em: 8 dez. 2023.

MALERBA Jurandir. Em busca de um conceito de Historiografia: elementos para uma discussão. **Varia História**, Ouro Preto, n. 27, p. 27-47, 2002. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/611/pdf_1. Acesso em: 30 dez. 2023.

MALERBA, Jurandir (org.). **A Escrita da história**: teoria e História da Historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

MARQUES, Kátia Maria Carvalho de Moraes. **A comunidade quilombola córrego fundo no município de Brejinho de Nazaré - TO**. 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/3345>. Acesso em: 8 dez. 2023.

MARTINS, Estevão de Resende. Conhecimento histórico e historiografia brasileira contemporânea. **Revista Portuguesa de História**, v. 42, p. 197-219, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/4428952/Conhecimento_historico_e_historiografia_brasileira_contemporanea. Acesso em: 30 dez. 2023.

MATTOS, Paulo Henrique Costa. **Trabalho escravo contemporâneo**: A degradação do humano e o avanço do agronegócio na região Araguaia-Tocantins. 2012. 476 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/2241>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MATOS, Júlia Silveira. Tendências e debates: da escola dos Annales à história nova. **Historiae**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 113-130, 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2283>. Acesso em: 30 dez. 2023.

MAURO, Victor Ferri. **A trajetória dos índios Krahô-Kanela**: etnicidade, territorialização e reconhecimento de direitos territoriais. 2011. 212 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Grande Dourado, Dourados, 2011. Disponível em:

<https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/06/Victor-Ferri-Mauro.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MEDEIROS, Euclides Antunes de. **Encontros de sangue: cultura da violência na região dos Vales dos Rios Araguaia-Tocantins - 1830 a 1930**. 2012. 281 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16305/1/d.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MELO, Andréa Siqueira. **As Quebradeiras de coco babaçu e os desafios do uso sustentável da floresta: a luta pela terra pós democratização do Brasil e desenvolvimento econômico**. 2022. 131 f. Dissertação (Mestrado em História das Populações Amazônicas) - Programa de Pós – Graduação em História das Populações Amazônicas, Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2022. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/5476/1/Andr%C3%A9a%20Siqueira%20de%20Melo%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MESSIAS, Noeci Carvalho. **Religiosidade e devoção: as festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e em Natividade - TO**. 2010. 352 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/teseserver/api/core/bitstreams/adab47a7-cc48-4b8b-be9d-b525354963d5/content>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MORETTO, Cleiane Maria. Uma revisão historiográfica sobre a temática regional. **Revista Semina**, v. 15, n. 2, 2016. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/6858/4096>. Acesso em: 30 dez. 2023.

MOURA, Silvia Adriane Tavares. **Nas Palmas da capoeira: Resistência cultural pela chapada dos negros em Arraias - TO (1984 - 2012)**. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/3314/1/SILVIA%20ADRIANE%20TAVARES%20MOURA.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2023.

MOTTER, Ana Elisete. **Representações da identidade do Tocantins na literatura e na imprensa 1989 a 2002**. 2010. 158 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2010. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/2185/AnaMotterHistoria.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 jun. 2023.

NASCIMENTO, Patrícia Emmanule. **Protagonismo indígena na capitania de Goiás e suas estratégias e atuações frente as políticas indigenistas no séc. XVIII**. 2019. 271 f. Tese (Doutorado de História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/dddea208-092f-4ccf-92e1-27cbd1bb7c42>. Acesso em: 30 dez. 2023.

NASCIMENTO, Rafael Cerqueira do. **A Narrativa histórica da superação do atraso: um desafio historiográfico do Espírito Santos**. 2016. f. 291. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/Hist%C3>

%B3ria-UFES/UFES_PPGHIS_RAFAEL_CERQUEIRA_NASCIMENTO.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

NUNES, Radamés Vieira. **Francisco Ayres, lembranças de um porvir**: Porto Nacional e a modernização no Norte de Goiás. 2016. 345 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17850/1/FranciscoAyresLembrancas.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2023.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Um porto no sertão**: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910. 1997. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/OLIVEIRA__Maria_de_F_tima._1997.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Cidades ribeirinhas do rio Tocantins**: Identidades e fronteiras. 2007. 224 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/oliveira_MariadeFatima.pdf. Acesso em: 8 jun. 2023.

OLIVEIRA, Maria da Gloria de. A história da historiografia brasileira e suas evidências. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 5, n. 10, p. 274-278, 2012. DOI: 10.15848/hh.v0i10.439. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/439>. Acesso em: 7 ago. 2022.

OLIVEIRA, Maria da Gloria de; GONTIJO, Rebeca. Sobre a História da Historiografia brasileira: um breve panorama. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 472, p. 13-38, jul./set. 2016. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-472/item/108388-sobre-a-historia-da-historiografia-brasileira-um-breve-panorama.html>. Acesso em: 7 ago. 2022.

PALACÍN, Luís. **1722-1822**: Goiás: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas. 1972. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1972.

PALACÍN, Luís. **Coronelismo no Extremo Norte de Goiás**: o Padre João e as três Revoluções de Boa Vista. São Paulo: Loyola, 1990.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia: UFG, 2003.

PEREIRA, Liliana Patrícia Lemus Sepúlveda. **Os conflitos pela terra na Região do Bico do Papagaio – Tocantins na década de 1980**. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1990. Disponível em: <https://www.historiografia.com.br/tese/177>. Acesso em: 7 ago. 2022.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. O pensamento histórico brasileiro: relações com vertentes europeias e americanas; tendências temáticas e teóricas recentes. **História em Revista**, v. 9, n. 9, 2003. DOI <https://doi.org/10.15210/hr.v9i9.11705>. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/164694/000433783.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 ago. 2022.

PIN, André Egídio. **História sobre o povo Javaé (INY) e suas relações com as políticas indigenistas**: da colonização ao Estado brasileiro 1775 - 1960. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/D2014-08.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2023.

POLTRONIERI, Fernando Fiorotti. **O Negócio da história**: a companhia das letras e o campo historiográfico brasileiro (1986-2000). 2020. 374 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/44171630/_O_neg%C3%B3cio_da_hist%C3%B3ria_A_Companhia_das_Letras_e_o_campo_historiogr%C3%A1fico_brasileiro_1986_2000_. Acesso em: 7 ago. 2022.

PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. **História do Tocantins**. Goiânia: Três Poderes, 1994.

REZENDE, Eliane Mendonça Márquez de. **Uberaba**: uma trajetória socioeconômica (1811-1910). 1987. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/ELIANA_REZENDE_1_A_125_mesclado-girado.pdf. Acesso em: 8 dez. 2023.

RIESCO, Clovis Donizeth Garcia. **O combinado agro-urbano de arraiais-goiás (1962 - 1964)**: uma utopia no coração do Brasil. 2018. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/4014/2/Clovis%20Donizeth%20Garcia%20Riesco.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2023.

ROCHA JÚNIOR, Deusdedit Alves. **Pello rio dos Tocantins à bayxo athe Bellem do Gram Pará**: territorialidade e saber sobre o espaço nos setecentos. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://docs.repositoriobiocultural.org/2021/08/03/pello-rio-dos-tocantins-a-bayxo-athe-bellem-do-gram-para-territorialidade-e-saber-sobre-o-espaco-nos-setecentos/>. Acesso em: 8 jan. 2023.

SALIBA, Elias Thomé. Pequena história do documento: aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In. LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: contexto, 2017.

SALLES, Gilka Vasconcelos F. de. A Pesquisa histórica em Goiás. **Revista de História**, [S. l.], v. 43, n. 88, p. 453–491, 1971. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131205/127610>. Acesso em: 03 abr. 2023

SALLES, Gilka Vasconcellos Ferreira de; FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. O Mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972-1995). **História Revista**, v. 1, n. 2, p. 7, 1996. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/10930/7233>. Acesso em: 8 jan. 2023.

SALES, Orlando Silva. **Divergências entre o CIMI e a FUNAI na região do Araguaia - Tocantins 1972 - 1985**. 2015. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

Disponível em:

<https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/3335/1/ORLANDO%20SILVA%20SALES.pdf>.

Acesso em: 8 jan. 2023.

SANTOS, Cláudia Borges dos. **De fraco a forte: estratégias políticas dos movimentos quilombolas no TO**. 2019. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, DF, 2019. Disponível em:

<http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/36720>. Acesso em: 30 dez. 2023.

SANTOS, Edivaldo Antônio dos. **Os Dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): Fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996. Disponível em:

<https://www.historiografia.com.br/tese/2667>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SANTOS, Paulete Maria Cunha. **Leolinda Daltro, a caminhante do futuro: uma análise de sua trajetória de catequista a feminista (Rio de Janeiro/ Goiás - 1896 a 1920)**. 2014. 163 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4097/Paulete%20Maria%20Cunha%20dos%20Santos.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 dez. 2023.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. **A invenção da Historiografia brasileira profissional, acadêmica: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)**. 2018. 438 Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/32449/4/TESE%20Wagner%20Geminiano%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2023.

SILVA, Cleube Alves da. **Confrontando mundos: Os Xerente, Xavante, Xacriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da capitania de Goiás 1749 - 1851**. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourado, Dourados.

Disponível em:

<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1710/1/CleubeAlvesdaSilva.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2023.

SILVA, Edson Armando; PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro. Balanço aos 20: a Revista de História Regional no campo historiográfico brasileiro. **Revista de História Regional**, v. 21, n. 2, p. 307-337, 2016. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/9490>. Acesso em: 10 jan. 2023.

SILVA, Francisca Araújo da. **Uma tentativa de colonização: a colônia agrícola do lata em Rondônia (1943-1972)**. 1987. 181. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1987. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/FRANCISCA_DA_SILVA_1_A_180_mesclado-girado.pdf. Acesso em: 8 dez. 2023.

SILVA, Francisco de Assis Cruz da. **Festa e devoção popular do Divino Espírito Santo em Araguaína - Tocantins**: 1974 - 2014. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/3340/1/FRANCISCO%20DE%20ASSIS%20CRUZ%20DA%20SILVA.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2023.

SILVA, Haike Roselane Kleber da; SILVA, Stanley Plácido da Rosa. O Arquivo público do estado de São Paulo e a historiografia da pós-graduação paulista. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 26, n. 53, p. 141-170, jul./dez. 2016. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/611/pdf_1. Acesso em: 30 dez. 2023.

SILVA, Rogerio Chaves da. Revisitando os caminhos historiográfico de Luís Palacin. **História Revista**, Goiânia, v.13, n.1, pp.249-466, jan.-jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/5425>. Acesso em: 02 ago. 2023.

SILVA, Rogerio Chaves da. **O jesuíta e o historiador**: a produção historiográfica de Luís Palacin sob o prisma da matriz disciplinar de Jorn Rusen. 2006. 198 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Goiás, Goiânia, 2006. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/Rogerio_Chaves_da_Silva.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

SILVA, Rogerio Chaves da. Padre Luís Palacin e a ciência da História de Goiás. **Revista de História da Universidade Estadual de Goiás**, Porangatu, v. 2, n. 1, p. 223-235, 2013. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/1485/968>. Acesso em: 30 dez. 2023.

SILVA, Rogerio Chaves da. Reflexões sobre os (des)caminhos da História regional na produção historiográfica em Goiás (1972-2010). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27., Natal, 2013. **Anais [...]**. p. 1-17, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364577168_ARQUIVO_TextoCompleto_RogerioChaves_SimpósioNacionalANPUH.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

SILVA, Rogerio Chaves da. **Reflexões sobre o “fazer histórico”**: uma História da Historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). 2015. 502 f. Tese (Doutorado em História), – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/T2015-06.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

SILVA, Moisés Pereira da. **Padre Josimo Moraes de Tavares e a atuação da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), nos conflitos agrários do Araguaia- Tocantins 1970 - 1986**. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstreams/95db9406-7b42-400c-92cd-845c6b141d3f/download>. Acesso em: 8 jan. 2023.

SILVA, Otávio Barros da. **Breve História do Tocantins e de sua gente**: uma luta secular. Araguaína: Federação das Indústrias do Estado do Tocantins; [Brasília, DF]: Solo, 1966.

SILVA, Raylinn Barros da. **Catolicismo Orionitas no extremo Norte Goiano nos relatos de memória dos Filhos da Divina Providência - 1952 - 1980**. 2017. 232 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/5e13c8b6-9407-4631-9a97-68db8bc0363e>. Acesso em: 30 dez. 2023.

SILVEIRA, Marcos César Borges da. **Herdeiros do Sísifo**: trabalho e trabalhadores no norte do antigo Goiás (1960 - 1975). 2009. 228 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/96128>. Acesso em: 8 jan. 2023.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História: questão de método. In: SILVA, Marcos A. (org.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

SOUSA, Bertone de Oliveira. **As igrejas neopentecostais e a redefinição do protestantismo no Brasil: Um estudo de caso em Imperatriz - MA e Araguaína - TO (1990 a 2013)**. 2014. 195 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tedeserver/api/core/bitstreams/d2d9df99-2a7f-4e2e-ba7f-d3e00794fe2d/content>. Acesso em: 8 jun. 2023.

SALOMON, Marlon. O que era a pós-graduação. In: SALOMON, Marlon *et al.* (org.). **50 anos de Pós-Graduação em História na UFG**. Goiânia: Cegraf UFG, 2022. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/EBOOK-50anosdeposgraduacaonaUFG1.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2023.

SOUSA, Deusa Maria. **Caminhos cruzados**: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia. 2016. 295 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1833/Caminhos%20cruzados.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 jan. 2023.

TITO, Roniglese Pereira de Carvalho. **A Institucionalização do ensino superior de história em Porto Nacional, Tocantins (1963 – 2002)**. 2011. 272 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/34/teses/772710.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2023.

TORRES, Luiz Henrique. O conceito de história e historiografia. **BIBLOS**, v. 8, p. 53–59, 2007. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/443>. Acesso em: 03 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO GOIÁS. Programa de Pós – Graduação em História da UFG. **Dissertações defendidas pelo PPGH da UFG**. Goiânia, [2023]. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/p/1266-dissertacoes-e-teses>. Acesso em: 29 dez. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Programa de pós – graduação em história das populações amazônicas**. Palmas/TO, [2023]. Disponível em: BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFT. Acesso em: 29 dez. 2023.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v.3, n.1. 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1710>. Acesso em: 29 ago. 2022.

APÊNDICE

APÊNDICE A - PROPOSTA DE PRODUTO DA PESQUISA

TEMA: A HISTÓRIA DO TOCANTINS POR MEIO DA HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA REGIONALISTA.

A dissertação teve por característica, discorrer acerca da historiografia regionalista produzida sobre o Estado do Tocantins, e para tanto, nosso principal foco de análise foram as produções acadêmicas em teses e dissertações a partir dos seus elementos pré e pós-textuais.

Como proposta para nosso produto final, além de incluir a própria dissertação, disponibilizamos um conjunto de fontes (teses e dissertações), que podem ajudar tanto no sentido de referenciar pesquisas, quanto na elaboração de aulas. A partir da historiografia regionalista sobre o Tocantins, os professores podem realizar atividades a serem desenvolvidas em sala.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Público alvo: Alunos do 9º ano do ensino fundamental.

1 Objetivo

Esta proposta de atividade tem por finalidade, introduzir os estudantes a percepção da importância dos estudos da história regional, incentivando-os a explorar e conhecer a importância dos estudos históricos locais.

2 Materiais necessários

- a) bibliografias que tratam sobre a temática regional;
- b) textos retirados dos elementos pré-textuais (introdução) para serem utilizados como fontes de pesquisa;

3 Duração da aula

2 aulas (50 min cada);

a Estratégias de ensino

4.1 Primeira aula – teórica (50 min)

- a) apresentação da informação: primeiro passo, apresentação para os alunos sobre o que é história regional, procurando destacar as relações que esse modelo de abordagem estabelece com as histórias locais, para compreensão de um contexto amplo;
- b) contextualização: discussão a respeito dos exemplos de eventos históricos nacionais, e explorá-los dentro de contextos regionalizados da história do Tocantins, e a partir de então, informá-los sobre a sua importância;

5 Segunda aula – Prática (50 min)

- a) pesquisa guiada: divida os alunos em grupos, logo em seguida, selecione e distribua alguns textos produzidos a partir dos elementos pré-textuais referentes a historiografia acadêmica regionalista do Tocantins para cada grupo;
- b) peça aos alunos que extraíam dos textos, as principais nuances históricas, incluindo os personagens envolvidos, os eventos históricos, em qual região estão inseridos, quais fontes primárias e secundárias foram utilizadas, e por fim, quais arquivos pesquisados;

6 Reflexão final

- a) após a realização das atividades, os alunos podem socializar as descobertas, destacando alguns aspectos que foram levantados na pesquisa;
- b) o encerramento das atividades deve girar em torno da importância da história regional, enquanto modelo operacional para compreensão das realidades locais do Tocantins;

7 Avaliação

O processo avaliativo se dará por meio participação dos alunos durante a realização das atividades de pesquisa, na apresentação e exploração dos dados levantados pelos grupos e na

capacidade de reflexão demonstrada pela explanação da importância da história local do Tocantins;

8 Considerações sobre a proposta de intervenção

A proposta de intervenção proporciona aos alunos a oportunidade ter contato com as realidades plurais da história local do Tocantins, o interesse pela sua história a níveis regionais e locais, e, sobretudo, instigá-los a análise crítica e o incentivo a pesquisa.

REFERÊNCIAS

MORETTO, Cleiane Maria. Uma revisão historiográfica sobre a temática regional, **Revista Semina**, v. 15, n. 2, 2016. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/6858/4096>. Acesso em: 30 dez. 2023.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História: questão de método. In: SILVA, Marcos A. (org.). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v.3, n.1. 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1710>. Acesso em: 29 ago. 2022.

ANEXOS

ANEXO A - FICHA CATALOGRÁFICA

I – Ficha catalográfica.

AUTOR	
TITULO	
TEMÁTICA	
RECORTE TEMPORAL	
PERIODIZAÇÃO	
ANO	
PROGRAMA	
DESCRIÇÃO/ RESUMO	
ARQUIVOS:	
OBSERVAÇÕES	

ANEXO B - FICHA PARA CARACTERIZAÇÃO DOS TEXTOS

Título: A HISTÓRIA DO TOCANTINS POR MEIO DA HISTORIOGRAFIA ACADÊMICA REGIONALISTA.	
INSTITUIÇÃO DE ENSINO:	
Professor:	
Quantidade de aulas:	
Turmas:	
MODELOS SUGESTIVO DE FICHA PARA CARACTERIZAÇÃO DOS TEXTOS:	
Autor?	
Qual o título da pesquisa?	
Qual o ano da realização da pesquisa?	
Qual a temática identificada na pesquisa?	
Houve personagens? Caso sim, quais?	
Em que ano o contexto da história?	
Qual região ou município do Estado?	
Quais fontes foram utilizadas (tipos):	
Quais os arquivos pesquisados:	
• Construção de texto reflexivo com base nos dados levantados:	